



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Djalma Fiuza Almeida

**A INTEROPERATIVIDADE DO SUJEITO COMO CONDIÇÃO DA
GOVERNANÇA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

SALVADOR

2017



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Djalma Fiuza Almeida

**A INTEROPERATIVIDADE DO SUJEITO COMO CONDIÇÃO DA
GOVERNANÇA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC); Linha de Pesquisa (LPq) 4 – Educação, Currículo e Processos Tecnológicos; da Universidade do Estado da Bahia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Arnaud Soares de Lima Junior.

SALVADOR
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Almeida, Djalma Fiuza

A interoperabilidade do sujeito como condição da governança e da democratização da informação. / Djalma Fiuza Almeida –. Salvador, 2017.

158 f.

Orientador: Arnaud Soares de Lima Junior.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade.

Contém referências.

1. Direito a informação – Brasil. 2. Democratização da Informação. I. Lima Junior, Arnaud Soares de. II. Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc.

CDD 358.0853

FOLHA DE APROVAÇÃO

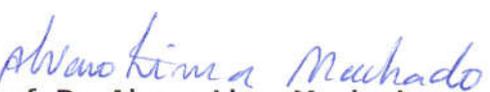
A INTEROPERATIVIDADE DO SUJEITO COMO CONDIÇÃO DA GOVERNANÇA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

DJALMA FIUZA ALMEIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 01 de setembro de 2017, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof. Dr. Arnaud Soares de Lima Júnior
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil


Prof. Dr. Antônio Wilson Silva de Souza
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em História da Arte
Universidade do Porto, UP, Portugal


Prof. Dr. Alvaro Lima Machado
Instituto Federal da Bahia
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - Uneb, Brasil


Profa. Dra. Dídima Mello Andrade
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil


Profa. Dra. Obdália Santana Ferraz Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

a Ayla Tinoco Almeida

*Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes
são o mínimo de vida, o mínimo de existência.*

Bakhtin

Agradeço a todos os que dialogam comigo nesta "Doutoração":
Arnaud, Ana Cláudia, Álvaro, Antônio Wilson, Obdália, Dídima,
Serafim, Isa, Adriana, Ilo, Vitor, Danielle, Andressa, Joara, Frank,
Leonardo, Danton, Alício, Eduardo, Matheus, Roberta, Valnice,
técnicos e gestores da UNEB, membros dos grupos TECINTED e
EELIS, membros do Instituto Dr. Sérgio Santana, professores e
técnicos do PPGEduc.

"(...) o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro
em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos
endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode
reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem
tampouco torna-se simples troca de idéias a serem consumidas
pelos permutantes”.

Paulo Freire

LISTA DE FIGURAS

Quadro 01 - Possível origem da palavra Interatividade segundo Alex Primo	51
Quadro 02 - Polissemia do termo Interação em diferentes áreas científicas	52
Quadro 03 - Sentido comercial usado para as palavras interação e interatividade	54
Esquema 01 - Construção sintática da palavra latina Inter+Agere ou Inter+Actio	55
Quadro 04 - Preços de computadores, valor mensal do salário mínimo e valor mensal pago pelo Programa Bolsa Família – Ano de referência 2014	85
Mapa 01 - Pontos indicando zonas com disponibilidade de Banda Larga Fixa no Brasil	89
Mapa 02 - Pontos Pontos indicando zonas com disponibilidade de Banda Larga Fixa no Bahia	90
Mapa 03 - Pontos indicando zonas com disponibilidade de acesso à internet entre Salvador e Feira de Santana. Registra-se também com isso a situação de cidades como Camaçari, Alagoinhas, Dias D'Ávila, Santo Amaro, Mata de São João, São Francisco do Conde, Pojuca, Catu, dentre outras	91
Mapa 04 - Pontos indicando zonas com disponibilidade de acesso à internet em localidades como Barra, Ondina, Graça, Rio Vermelho, Comercio, Pituba e Caminho das Árvores	92
Mapa 05 - Pontos indicando zonas com disponibilidade de acesso à internet em localidades como Palestina, Cajazeiras, Coutos, Boca da Mata de Valéria, Fazenda Cassange , Águas Claras, entre outros	93
Gráfico 01 - Proporção de domicílios com computador em regiões do mundo e no Brasil (2008 – 2015) - Percentual sobre o total de domicílios	101
Gráfico 02 - Proporção de domicílios com computador, por classe social (2008 – 2015) - Percentual sobre o total de domicílios	102
Gráfico 03 - Proporção de domicílios com acesso à internet, por área (2008 – 2015) - Percentual sobre o total de domicílios	103
Gráfico 04 - Proporção de domicílios com acesso à internet, por área (2008 – 2015) - Percentual sobre o total de domicílios	105
Gráfico 05 - Indivíduos que nunca usaram a internet (2015) - Estimativas em milhões de pessoas	107
Gráfico 06 - Proporção de usuários de internet, por frequência do acesso individual (2008 – 2015) - Percentual sobre o total de usuários da Internet	108

Gráfico 07 - Proporção de usuários de internet, por dispositivo utilizado para acesso individual (2014 – 2015) - Percentual sobre o total de usuários da Internet	110
Gráfico 08 - Proporção de usuários de internet, por dispositivo utilizado para acesso individual (2015) - Percentual sobre o total de usuários da Internet	111

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01** - Domicílios com acesso e sem acesso à internet, por região (2015) - Estimativas em milhões de domicílios e percentual sobre o total de domicílios 104
- Tabela 02** - Proporção de usuários de internet por equipamentos utilizados para acesso à rede, por classe social (2014-2015) - Percentual sobre o total de usuários de Internet.. 113
- Tabela 03** - Proporção de usuários de telefone celular, por atividades realizadas no telefone celular nos últimos três meses (2014-2015) - Percentual sobre o total de pessoas que utilizaram telefone celular nos últimos três meses..... 118

SUMÁRIO

Nota de Entendimento: o uso da Primeira Pessoa.....	11
Resumo	13
Abstract	14
1 Metodologia: contribuições Epistemológicas.....	15
1.1 O Método nesta pesquisa: uma topografia das relações entre sujeito-objeto e os limites para sua formalização	25
1.2 O Sujeito Subjetivo	31
1.3 Epistemologia: problematizando o Continuum Sujeito-Objeto	37
1.4 O Impossível da Linguagem	41
2 A Interoperatividade como Nomeação	50
3 O Impossível do Acesso à Informação	61
3.1 A informação como signo ou ordenamento de signos	67
4 A Sociedade do Conhecimento e a Democratização da Informação	74
4.1 Garantir o acesso à propriedade dos meios e serviços e as questões jurídico-legais: entraves e possibilidades	80
4.2 Relações possíveis do Sujeito com as Tecnologias de Informação e comunicação, a Governança Pública e a Democratização da Informação.....	120
5 Considerações Finais	137
Referências	153

Nota de Entendimento: O uso da Primeira Pessoa

“Sentimos que, mesmo depois de serem respondidas todas as questões científicas possíveis, os problemas da vida permanecem completamente intactos.”
Ludwig Wittgenstein

O presente trabalho foi escrito na Primeira Pessoa, encorajamento importante nesta Tese. Entendo que para o **Discurso Epistemológico**,¹ adotado em minha pesquisa, escrever desta forma é mais coerente pela condição subjetiva do *Ser Sujeito*; e não deveria fazê-lo de outra forma. Compreendo que o Discurso Epistemológico trata-se de uma epistemologia que remete ao Saber do Sujeito, um tipo de laço subjetivo e ontológico. Logo a epistemologia refere-se, aqui, a um posicionamento num Lugar lógico, um posicionamento singular, autêntico e, por isto, Estético, sendo, neste termo, criador.

Neste viés epistemológico, defendo que o Objeto simbolicamente abordado é inerente ao Eu Sujeito. Um bom exemplo é que nenhum autor ou categoria teórica aqui pesquisada é externa ao Eu, enquanto um Significante. Refiro-me ao Significante enquanto expressão do sentido último que o Sujeito elabora. Não é a fala ou a escrita o sentido Real do Sujeito, mas uma inscrição que não cessa. Significante e significado são defendidos a partir da perspectiva Lacaniana.²

Sim, defendo que exista a Obra em Si, mas também existe uma “obra para mim”³ e é apenas desta que posso falar. A partir de minha Subjetividade organizo, minha escrita dentro dos limites daquilo que, neste momento, posso dizer, enquanto simbólico articulado. Poderia ceder ao uso de uma “outra pessoa”, mas ceder a isso seria o primeiro passo a ceder no que me constitui Sujeito. Sou Escuta e Fala desta Obra.

¹ Como aquilo que remete à laços Subjetivos que só é possível devido à condição ontológica do Ser. O Discurso do Sujeito.

² Questões que são mais amplamente tratadas na literalidade do Capítulo 2 - Metodologia: contribuições epistemológicas.

³ “Obra para mim”, que está na mesma ordem das proposições filosóficas da relação entre o “em si” da Coisa e o “para si” da Coisa para o Sujeito.

Acredito que, no uso da primeira pessoa, o texto se torna mais fluido e claro, uma escolha estética,⁴ por se tratar de uma manifestação de minha percepção singular de mundo, pois **a produção de conhecimento origina-se de outra dinâmica que é o Saber do Sujeito**; em outras palavras é o Saber que lhe permite a geração de sentido como uma expressão estética.

Desta forma, quando escrevo “Nós” entendo que exista um paradoxo, pois sou também a voz do outro, mas de um outro para “mim”, a partir do Meu Lugar, do outro por “mim”, como uma verdade. Quando digo “Nós” já não é o outro por ele mesmo.

Seguirei escrevendo em primeira pessoa até o fim por uma questão de Coerência Subjetiva. Entretanto, a Coerência Subjetiva exige uma razão para ser apresentada, articulada, encarnada como textualidade. Disto não se pode fugir, sob pena de se comprometer a literalidade autoral, bem como a própria Tese, já que é disto, em última instância, que esta escrita trata.

⁴ Como expressão do Sujeito, uma condição ontológica que permite atribuir sentido.

RESUMO

“A promessa da completude, a promessa de que o homem se veja enfim uno e resolvido nos move; e nesta dinâmica infinda, sem sabermos, encontramos o que não nos define. Curiosamente, o que conta nesta conta não se trata do ponto em que chegaremos no hoje ou no amanhã. Tudo se trata, afinal, do processo, de vivê-lo, de fruí-lo.”⁵

Como se dá o Acesso à Informação pelo Sujeito (Subjetivo) e qual a sua relação com a Governança e a Democratização da Informação? Esta Tese articula uma literalidade que estabelece um sentido possível para estas questões temáticas. Aponta mais para a autoria e autorização, capaz de articular sentido, para além de um mero rigor puramente científico, em razão de que o Sujeito visado nesta tese não se reduz ao puro sujeito epistêmico da Ciência. O que não implica em demérito a este último (Sujeito Epistêmico), mas uma demarcação necessária de minhas elaborações, parte significativa da Tese que, entre outras questões, tem a particularidade de enfrentar o problema da instância da escrita, do acordo da textualidade, do desafio da formalização, porém, como um Saber,⁶ que se autoriza a partir de uma escritura sobre a coisa simbólica, sobre a **Interoperatividade**⁷ enquanto uma condição do Sujeito e seus potenciais de significação. Trata-se, então, das relações possíveis e irreduzíveis de operações dos Sujeitos (Subjetivos) diante de estruturas capitalistas, político-institucionalizada, jurídicas, instrumentais, funcionais e, principalmente, simbólicas; de informações dispostas ideologicamente na sociedade de hoje, profunda e tecnicamente informatizada. O que exigiu um aprofundamento epistemológico, uma crítica e um deslocamento de sentido, uma vez que, originalmente, estava circunscrito a uma pragmática científica nos termos da Interoperabilidade e do “Acesso à Informação”, com todo peso que se fazia recair nos aspectos instrumentais, lógico-operacionais, na idealização de um sujeito formal epistêmico tratado sob uma perspectiva científica moderna. **Tratarei da subversão do sentido de Acesso à Informação, saindo de uma pretensão de conceito para uma condição de Significante do Sujeito**, dando lugar ao papel da subjetividade, como condição fundamental para emancipação dos Sujeitos na busca/luta por liberdade enquanto um ideal, desenvolvendo, enquanto Tese, o arcabouço teórico que fundamenta o sentido da **Interoperatividade do Sujeito como condição da Governança e da Democratização da Informação**.

Palavras-Chave: Acesso à Informação. Governança Pública. Democratização da Informação. Interoperatividade. Subjetividade.

⁵ Trecho de uma mensagem pessoal destinada ao meu orientador, elaborada em novembro de 2013.

⁶ Questão que fundamenta o sentido de Sujeito (Subjetivo) assumido na minha tese. O Saber é autoexpressivo, não depende das formalidades sociais pré-definidas, pois se "materializa" em atos, sendo esta a expressividade própria do Saber. A Noção que tenho do termo será tratada, adiante, na seção 2.4.

⁷ Neologismo cunhado durante a elaboração da minha dissertação de mestrado. O termo será amplamente abordado no Capítulo 3 – A Interoperatividade como nomeação.

ABSTRACT

“The promise of completeness, the promise that man finally sees himself as one integral being moves us; and in this never-ending flow, unbeknownst to us, we find what does not define us. Curiously, what counts is not where we will arrive today or tomorrow. Everything is, after all, the process, of living it, of enjoying it.”⁸

How is Access to Information Provided by the (Subjective) Subject and what is its relationship with Governance and the Democratization of Information? This thesis articulates a literality that establishes a possible meaning for these thematic issues. It points more to authorship and authorization, capable of articulating meaning, beyond mere purely scientific rigor, on the grounds that the Subject sought in this thesis is not reduced to the pure epistemic subject of Science. This does not imply demerit of the latter (Epistemic subject), but a necessary demarcation of my elaborations, a significant part of the thesis that, among other issues, has the particularity of facing the problem of writing, agreement of textuality, the challenge of formalization, however, as a Knowledge⁹ that is authorized from a deed on the symbolic thing, on **Interoperactivity**¹⁰ as a condition of the Subject and its potential for meaning. It is, then, the possible and irreducible relations of operations regarding Subjects (Subjective) faced with capitalist structures that are political-institutionalized, legal, instrumental, functional and, above all, symbolic; of information ideologically disposed in today's society, deep and technically computerized. This demanded an epistemological deepening, a criticism and a displacement of meaning, since originally it was circumscribed to scientific pragmatics in the terms of the Interoperability and the “Access to Information”, with all the weight that was presented as instrumental aspects, logical-operational, in the idealization of a formal epistemic subject treated under a modern scientific perspective. **I will deal with the subversion of the sense of Access to Information, going from a pretension of concept to a condition of Significance of the Subject, demonstrating the role of subjectivity, as a fundamental condition for the emancipation of the Subjects in the quest for freedom, as the framework of a Thesis that underlies the meaning of Subject Interoperactivity as a condition of Governance and Democratization of Information.**

Key words: Access to Information. Public Governance. Democratization of Information. Interoperactivity. Subjectivity.

⁸ Excerpt from a personal message addressed to my advisor, prepared in November 2013.

⁹ Question serving as foundation to the meaning of Subject (Subjective) assumed in my thesis. Knowledge is self-expressive, it does not depend on the pre-defined social formalities, because it "materializes" in acts, being this the expressiveness proper to Knowledge. The notion I have of the term will be dealt ahead in the section 2.4.

¹⁰ Neologism coined during the elaboration of my master's thesis. The term will be extensively covered in Chapter 3 - Interoperactivity as an Appointment.

1 METODOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Antes de abordar o Método, mais objetivamente, destaco que para meu processo de produção acadêmica, como formalização institucional, tenho ciência de que devo cumprir os acordos acadêmicos que definem exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) como, por exemplo, apresentar uma temática-objeto dentro eixo formativo da Linha de Pesquisa 4; estar inserido em um Grupo de Pesquisas (GP); publicar regularmente; cumprir prazos; participar de eventos (colóquio, seminários e jornadas); ser orientado e estudar/pesquisar. Mais do que deveres, acredito que estes compromissos ajudam a melhor fundamentar meu Objeto de pesquisa e organizar meu processo investigatório, cuja textualidade permite uma socialização dentro de um acordo de escrita específica.

Tenho como implicação, neste dinamismo, compreender e comunicar os eixos temáticos que abordo (Acesso à Informação, Governança e Democratização da Informação) de uma maneira ética, responsável e fundamentada. Isto deriva de uma decisão, um posicionamento e uma compreensão acerca do Sujeito que articula a minha forma de atribuir sentido. Inclusive, para que isto seja bem feito, nos termos do acordo da escrita acadêmica, é necessário ter uma consciência que resulta em uma prática intencionalmente orientada, politicamente posicionada e socialmente relevante. Para isto, percebo ser necessário que a questão do Sujeito esteja bem compreendida, elaborada, explicitada, assumida e sistematizada para só então tratar de sua **Interoperatividade** como contribuição original desta obra.

Este processo de produção contribui para uma formação específica da pesquisa acadêmica onde estabeleço minha relação com o campo investigado, com o refinamento no domínio técnico do acordo acadêmico, mas, sobretudo, com uma significação sobre o “Eu Sujeito-Pesquisador” e do meu lugar no social. Por este motivo, objetivo uma obra (reflexão) que explicita de maneira lógica articulada e pragmaticamente organizada a minha produção de conhecimento, enquanto recorte, para os campos temáticos já citados.

Compreendo a pesquisa como um trabalho, um trabalho intelectual que exige tempo, dedicação e competência. Por isso, **o texto é uma dimensão fundamental deste trabalho, enquanto pesquisa teórica, pois se exige um acordo de textualidade, sendo elaborado a partir do desejo de ser fidedigno com o que penso e com o que faço.** Os aspectos de

fundamentação se enlaçam com as pretensões de sentido deste (de mim mesmo) sujeito que pesquisa. Saliento que minha pesquisa não busca um receituário metodológico, pelo contrário, através da compreensão das possibilidades do fazer criativo e autoral, sou instigado a pensar a pesquisa em um sentido mais amplo, a partir do Sujeito Subjetivo que é Escuta e ao mesmo tempo Voz, alguém que opera o seu Saber para construção do conhecimento. Sendo assim, farei uma articulação de sentido que possa esclarecer/justificar/atender os objetivos do meu contexto de investigação, enquanto processo de produção de conhecimento. Por isso, focarei nos contornos epistemológicos que orientam este trabalho, ou como prefiro denominar, a sua Coerência Epistêmica a partir da compreensão do Sujeito e do Objeto do Conhecimento.

Neste sentido, compreendo e defendo que o Saber, enquanto condição ontológica de um Sujeito, sendo e estando sobre um processo qualquer, que o torna capaz de autoexpressividade, de singularização disso, de criação e de enunciação. **De forma que a produção de conhecimento implica um segundo momento e uma outra dinâmica que deriva do Saber do Sujeito.** Por esta via, neste momento-texto, eu considero a questão metodológica um efeito de algo fundamental que é a produção do sentido, pelas sendas do Saber e que, em consequência, gera-se também conhecimento. Esta é a ponta do *iceberg* mais explicitada numa tese “academicista”, olvidando-se aquilo que é mais basilar e genésico, e escondido, que é a geração de sentido. Isto tudo, na esteira de Lima Jr (2015; 2012; 2005) quando afirma que toda epistemologia implica, enquanto sua condição *sine qua non*, em uma Estética, pois está no âmbito da criação de sentido pelo Sujeito. Sem o Saber, não há possibilidade de criação de tese; não há, portanto, Tese sem que o objeto não possa não ser, em certa e em profunda medida, o Sujeito aí implicado subjetivamente.

O registro de um Saber é diferente de uma explicação, na medida em que não é uma mera articulação lógico-formal, no sentido de uma metrificacão e montagem de conceitos. Dessa forma, o Saber é uma articulação e uma autorização que o Sujeito se permite fazer e que origina a episteme científica, mas é anterior a ela enquanto condição do Sujeito, enquanto uma ação criativa. Ou seja, é um Ato Expressivo do Sujeito, do Ser, sendo um ato ontológico que atua a Coisa de um modo único, singular e irreduzível. Ato que presentifica a Coisa como acontecimento, que se desdobra a partir daí por si mesmo; opera a um só golpe o Ser do Sujeito e o Ser da Coisa pelo Sujeito enquanto um significante, portanto, articulando-os como dinamismos e como Real, que é “(...) aquilo que não cessa de não se escrever” (LACAN, 1992b) ou mesmo, do ponto de vista da linguagem, disto no/pelo simbólico, “aquilo que não

cessa de não falar” (LACAN *apud* SANTANA, 2012). Esta noção basilar está na gênese da problemática do Sujeito porque, já em Descartes “ser” e “saber” se implicam mútua e necessariamente. Sendo esta emergência na ordem simbólica como um impossível de inscrição em definitivo.

Embora não seja esta a função primeira deste recorte de tese, não poderia deixar de iniciar esta reviravolta na metodologia da pesquisa, pois já não a compreendo e nem a trato mais como simples arranjo racional das etapas e dos procedimentos da investigação e nem mesmo como um processo exclusiva e especificamente técnico e científico. Então, vai-se aqui adentrando águas mais profundas da oceânica questão dos infinitos potenciais e impossibilidades da complexa unidade forma-conteúdo, no âmbito da construção e expressão simbólica do Sujeito e desta sua condição singular de produção e expressão de sentido, que também não pode deixar de ser “Voz”, “Enunciação”, já que o sentido próprio da Coisa não é redutível ao simbólico e, ao mesmo tempo, não pode não ser relativa ao Sujeito, enquanto sentido do Sujeito, ou mesmo de um sentido para um Sujeito como representação da Coisa, sendo um significante do Sujeito – A Coisa, enquanto Real, é um Impossível¹¹, bem como o problema das humanidades não serem suportadas pela Ciência, havendo aí uma incongruência (LACAN, 1998).

Ao longo de diálogos e estudos, percebi que algumas pesquisas em educação tratam os termos Método e Metodologia como sinônimos, ou com pouca clareza no estabelecimento de uma diferenciação lógica de sentido, quando tratam da abordagem metodológica. Por isso, já demarco a minha abordagem metodológica como uma narrativa que trata da forma como o Método organizou esta Pesquisa. Esta abordagem orientou a elaboração de sentido que resultou neste trabalho de pesquisa. É na abordagem metodológica, o lugar (conceitual) de onde se parte para a construção da concepção de conhecimento, a concepção de pesquisa e, principalmente, a concepção e relações entre sujeito-objeto do conhecimento. Por isso, me detenho em melhor elaborar o entendimento dos termos para minha pesquisa. Com isto, cumpre-se também o mínimo que usualmente se pede em pesquisa acadêmica, qual seja, que a metodologia neste processo de pesquisa também é o planejamento da execução da pesquisa (investigação e da exposição formal de seus achados, com fins sociais e humanos), ou seja, uma operacionalização da pesquisa que inclui os seus instrumentos de coleta de informações

¹¹ Ver a esse respeito Lacan (*apud* Lima Jr, 2015) e Santana (*apud* Lima Jr, 2015). Retomarei esta questão ao longo da Tese.

que são assumidos como referências. Apesar de nem sempre se relacionar a elementos “materiais”, sempre se relacionará a elementos pragmáticos. É uma lógica de funcionamento, ou seja, uma racionalização instituída como lógica do meu processo.

Esta seção tenta, em suma, dar conta do sentido metodológico que norteia a práxis desta pesquisa em termos epistemológicos. Uma compreensão de pesquisa sob uma organização lógica que resulta na Coerência Epistêmica deste trabalho. Por isso, não será concretizada sem uma imersão teórica no sentido que abordo o Método, encontrando soluções lógicas de organização do sentido, caracterizando possibilidades ou verdades relativas.

As questões que abordo nesta pesquisa me levaram a tratar de uma base epistemológica que pudesse dar conta de um Sujeito não parametrizável por ser assumido, de partida, como Subjetivo e Singular, que não é redutível à formalização lógica e/ou conceitual – simbólica, mas que, acima e apesar de tudo, articula-se como Real, a partir da divisão mesma do não saber, do não sentido, movido, portanto, pela verdade como causa (SANTANA *apud* LIMA JR, 2015). Com efeito, o Real para Lacan é “tudo aquilo que não cessa de não se escrever” (LACAN, 1992b). Ou, como dito por Santana (2012), a partir de Lacan: aquilo que não cessa de não falar. O Real é impossível e não comporta simbolização. Não tem o mesmo sentido da Realidade filosófica, mas enquanto realidade psíquica do Sujeito. A realidade pela condição simbólica e autoexpressiva do Sujeito, pela sua condição ontológica do “Saber Ser”. Aquilo que é relativo ao sentido do Sujeito como seu Significante e também como estando além do que a linguagem e o simbólico podem cobrir. Portanto, aquilo que escapa e que falta, mas que se articula como Saber e Ato autoexpressivo e autocomunicativo, incessante¹² – “não cessa de não se escrever”, “não cessa de não falar”, digo não cessa de não faltar, a “hiância” do ser dita por Lacan (1992b).

Acredito que as ciências, de modo amplo, caminham na construção de constructos lógicos que possam dizer pelo Sujeito. Buscando chegar a uma completude entre o Real e o Simbólico. Uma verdade conceitual que pudesse esgotar a Coisa em Si, entretanto, toda vez que algo escapa ao conceito e se inscreve incessantemente, busca-se um conceito mais abrangente que possa dar conta da verdade anterior e instaure uma nova verdade. Acreditando que o simbólico faça uma transposição da realidade (mesmo que de fragmentos dela). Não

¹² Contribuições do processo de orientação e de diálogo com Lima Jr, em 04/11/2016.

acreditava nisso e, por isso, desejava encontrar/articular outro Discurso para trazer como Tese o que defendo como Interoperatividade do Sujeito.

Neste processo, uma das reflexões mais angustiantes, durante a construção¹³ da Escrita, foi estabelecer uma definição, ou melhor, dizer minha compreensão metodológica para esta pesquisa, por entender que não deveria fazê-lo antes de uma elaboração clara da epistemologia que fundamenta meu método e de sua importância para aquilo que dá contornos ao meu texto como formalização de sentido. Um sentido simbólico oriundo de um Saber que se apresenta articulado e organizado na redação deste Trabalho Teórico. Por isto, esta *angústia* é tomada como um desafio que demanda elaboração de sentido. Dar conta de uma escrita original assume ares de uma superação e de um alcance de si mesmo, pois o trabalho é dito de si mesmo, mas também se dirige a um objeto, no qual “interopera” um sujeito próprio e, neste sentido, o significante “desliza” de um Sujeito a Outro. Minha escolha de Tese não trata do sentido subjetivo pelo qual lido com o acesso à informação, mas de como Eu o compreendo, embora algo do meu modo de ser possa e deva aparecer enquanto escritura.

No seu livro, *A Escritura e a Diferença*, Derrida (2009) nos diz que:

[...] a angústia da escritura não é, não deve ser um *pathos* determinado, é porque não é essencialmente uma modificação ou um afeto empírico do escritor, mas a responsabilidade desta angústia, dessa passagem necessariamente estreita da palavra na qual as significações possíveis se empurram e mutuamente se detêm. (DERRIDA, 2009, p.10).

É nesta passagem estreita, do Saber enquanto condição ontológica para a escrita, enquanto formalidade simbólica, que acontece uma substituição e uma suplementação da Coisa, mas, aqui, assumido como uma responsabilidade do que posso falar, ou seja, a “escrita não decalca o significante”, mas, ao mesmo tempo, “não há reta senão pela escrita” (LACAN, 1992c, p.115). Ciente deste impossível, autorizo-me na escrita desta Tese. Todavia, diante da institucionalidade acadêmica, objetivei apresentar-me em uma base epistemológica diferente, por me colocar em um lugar de Discurso outro, ser e estar num “bem dizer” (LACAN, 1992c) que apresente a razão para o recorte temático que apresento. Nesta abordagem, o que escrevo e transcrevo que, por vezes, não é demonstrativa, resguarda uma lógica que opera um sentido,

¹³ Entendo a escrita como uma construção, pois se estrutura em uma organização semântica, sintática e lógica que dão contornos para formalização do sentido que se apresenta. No entanto, enquanto construção, cabe ao Sujeito que constrói dar sua forma original, uma gênese singular e criativa (estética). Um sentido imaginário que já não é o Real em Si, mas um real do Sujeito. Por isso, não se trata de uma estrutura estática, mas dinâmica, pois sempre se reinscreve. Dar sentido ao Real é a função do Simbólico, porém o sentido é sempre um sentido Imaginário.

uma apropriação de recursos que se articulam enquanto uma organização possível, a manifestação de um Saber através do registro escrito, tendo por intenção “*literalizar*”, ou seja, escrever sem conceituar. As escolhas para esta produção resultarão em uma “*literal-ação*” que resguarda o seu rigor, a sua coerência metodológica, um encontro do autor não com o que está fora, mas com o que está fora-dentro-fora. Pela metáfora da *banda de Möbius*,¹⁴ posso dizer que não há uma divisão, mas uma continuidade, pois entendo que o que está fora se dinamiza com o que está dentro.

Aspirava e me inspirava em articular argumentos sobre a metodologia a ser referenciada, combinada, negada ou criada. Foi durante as leituras e o diálogo de orientação que percebi que a apropriação das bases epistemológicas de meu trabalho, principalmente a compreensão e relação entre Sujeito e Objeto, tornar-se-ia uma subsunção para definição de qualquer sentido pretendido, pois existia algo anterior a uma definição metodológica que precisava ser discutido, elaborado, apropriado e redigido. Por isso, não há como tratar da Metodologia, neste trabalho, sem uma imersão no Método e sem uma imersão fundamental na Epistemologia, pois isto deriva da exigência e do modo como eu compreendo e trato os sentidos fronteiros da relação Sujeito-Objeto na Interoperatividade, como instância dinamizada e atuada pela Subjetividade e pelo Saber, questões que são tratadas como campos teóricos desta obra.

Partindo de uma compreensão inicial que a Epistemologia na Pesquisa Acadêmica tem se reduzido à Epistemologia da Ciência, onde são tratados os conceitos, hipóteses, princípios, técnicas, instrumentalidades, quantificações, metodologias e resultados; questionava-me sobre a possibilidade de construção a partir de outra abordagem de fundamentação de sentido, onde **O Sujeito É antes mesmo de uma operacionalização lógica do consciente que é derivada e alcançada por um Método.** Desta forma, as implicações subjetivas da escrita não vêm do externo para o interno, no sentido de analisar o que está disposto enquanto estrutura física, processos de funcionamento e políticas instituídas para, a partir daí, identificar através de registros, observações, raciocínios ou quantificações que determinem a realidade. Por isso, a subversão deste sentido não é como o externo significa para o sujeito, mas como tudo isto pode ser elaborado pelo sujeito, enquanto um sentido que tenha um valor, que se estabeleça

¹⁴ Metáfora usada na obra de Lacan para abordar o aparelho psíquico e a alienação do sujeito.

como uma verdade relativa. Tendo a verdade como um saber (individual e singular) do Sujeito.

Nomeio a abordagem de fundamentação de sentido, desta Tese, como **Método Proposicional**. A expressão Proposicional tomo como referência da Tese do meu Orientador. O termo me provocou em pensar por uma outra via de significação, promovendo o Sujeito a um papel central na organização de sua prática e no estabelecimento de novas abordagens de uso, manipulação, criação e ressignificação de instrumentos, sejam estes artefatos, processos, modelos, entre outros. Incluindo, também, processos cognitivos inerentes aos processos ou dinâmicas organizacionais, especialmente de natureza pública e/ou social, incluindo o papel da subjetividade na sua constituição.

O Método Proposicional é uma proposição lógica, formal e fundamentada, sendo a pesquisa também um processo historiográfico de produção de sentido, que se constitui a partir de diferentes modos epistemológicos, visando dar sentido simbólico para realidade. O que só se dá através de um deslocamento. Por isso, a produção de sentido é um processo inacabado, transitório e dinâmico, que se institui a partir da subjetividade humana, enquanto ato criativo e transformativo. Assim, a pesquisa não se restringe ao processo histórico de produção de conhecimento científico, mas ao processo histórico de produção de sentidos. A racionalidade científica é uma possibilidade legítima e necessária, que atende algumas demandas, mas contém também algumas impossibilidades e, por isso, não é a única forma do conhecer (LIMA Jr., 2005).

É nos limites da minha expressividade que remeto a não expressividade, limite do possível, de como admitir isto, de como viver isto, de como pensar e dar sentido a isto, de como atuar isto na prática e aqui, enquanto produção acadêmica, resulta em um meio de tratar disto textualmente como um dos compromissos deste trabalho. Nesta complexidade reside a exigência da tomada de posição que cada Sujeito precisa fazer, precisa ser e precisa estar implicado. Ser autêntico no sentido de ser ele mesmo, assumindo a Autoria de Si (permitam-me a redundância).

Por isso, não pude deixar de me defrontar e de assumir a falta inscrita na própria dinâmica da escrita e do texto. Assim, todo texto além de ser “litoral” (LACAN, 1992c) é também “escritura” (DERRIDA, 2002). E o processo de Tese não escapa ao constante devir do Sujeito

marcado pela falta, de forma que não pode deixar de ser mais um momento do meu constante dar conta de minha falta constitutiva e do apaziguamento comigo mesmo como ser relativo e dividido. Então, de alguma forma, embora isto não interesse de imediato aqui, devido ao corte formal assumido pelo trabalho, a produção da Tese como texto e como conhecimento não deixar de ter relação fundamental com um sentido outro que opera e reinscreve-se, sem nunca se esgotar, como dinâmica significativa do meu Desejo, do meu Gozo, do meu Saber, do meu Inconsciente. Neste sentido, a reflexão aqui arregimentada, bem como toda munição lógica e formal desenvolvida tem relação direta com o Discurso no qual estou e sou singularmente. Esta mesma questão que me levou a estar assim relacionado com o problema metodológico, que também é uma forma de relação com informações dispostas e disponibilizadas, é a mesma que, de certa forma, está na fenda do problema de minha Tese: as relações possíveis e irreduzíveis de operações dos sujeitos diante de estruturas pragmáticas, funcionais e materiais de informações dispostas política e ideologicamente na sociedade de hoje, profunda e tecnicamente informatizada.

Em resumo, entendo a metodologia como um encaminhamento didático do processo da pesquisa e não da construção do Objeto, por isso também proposicional. Por exemplo, em educação há muito é questionada a eficiência na utilização de cálculos de probabilidades como diagnóstico de fenômenos sociais, numa pretensa previsibilidade e definição de leis no comportamento de professores e estudantes. Com isto, questiono A Verdade obtida com o uso de padrões de convergência para fazer previsões, pois enquanto um Significante, e não só enquanto um significado para pesquisa lógico-formal, os Sujeitos não são redutíveis a um “homem médio”, indivíduo ou, como recorte temático desta Tese, mero **usuário de sistemas que acessa a informação**, crença que me parece ser oriunda de um pretensioso positivismo estatístico radical ou um preconceituoso determinismo científico comportamental, na busca de um conhecimento verdadeiro que se torne uma regra geral ou, em outras palavras, um constructo lógico que seja universal. A idéia de um “homem médio” surge de uma busca por encontrar traços identitários, estabelecer padrões e caracterizar universalmente, onde o Sujeito torna-se indivíduo, ou seja, um elemento dentro de um conjunto analisado estatisticamente. Desta forma, o que for aplicado ao conjunto tem como efeito um mesmo resultado na maior parte de seus elementos. O problema é que este constructo lógico abole o Sujeito Subjetivo.

Portanto, a convencional “Metodologia da Pesquisa”, que é parte indispensável ao texto da Tese, além de poder cumprir uma função técnica e pragmática, como uma forma de

racionalização do processo de investigação, repousa na questão basilar do Método, que é epistemológica, ao tratar de fato sobre o Sujeito, o Objeto, suas relações possíveis e impossíveis (silêncio),¹⁵ sobre como este processo não escapa à condição simbólica da linguagem, com seus dinamismos e características específicos, levando-nos – eu e todos os aventureiros do âmbito da pesquisa acadêmica, a uma compreensão/posicionamento/expressividade intelectual no âmbito do conhecimento humano – apropriado, produzido, reproduzido, recriado, ressignificado, etc. Neste ponto, não há como uma Tese não ser também um posicionamento singular do pesquisador quanto à produção de sentido que advém do Saber que resulta em produção de conhecimento, o que também implica um domínio linguístico e simbólico instituído e, sobretudo, Estar e Ser um Discurso que os possa relativizar a partir de uma expressividade e um Saber que é subjetivo. Neste aspecto, portanto, incide a demarcação deste trabalho, a partir de um Método Proposicional, em relação a minha racionalidade epistemológica.

Assim, defendo que a questão Epistemológica é mais ampla do que o processo institucional de produção de conhecimento científico, com seus princípios e métodos, sendo esta a perspectiva que se assume aqui como fulcro para as elaborações da Tese. Para tratar do acesso à informação, a partir da Interoperatividade, como condição da Governança e da Democratização da Informação, estou defendendo outro lugar de sentido epistemológico, uma demarcação de sentido para Sujeito, para Objeto e para suas relações neste trabalho de pesquisa.

Entendo que cada um de nós nasce com sua “autocomposição” singular que se faz um Ser,¹⁶ sendo esta condição humana muito evidente, mesmo que a simplifiquemos por racionalidades e instrumentos quantificadores. Digo isto, porque normas padronizadas e estruturas regulamentadoras a qual o Doutorado está subordinado, muitas vezes, introduzem burocracias para reforçar conformidades que tornam áridos os solos para que cultivemos o conhecimento e desenvolvamos a intelectualidade. Assim o Método (Proposicional), nesta construção teórica, só pode ser dito pelo Sujeito, pois só o Sujeito poderá falar do sentido disto para ele mesmo, por isso não escapa à busca de um significado ou um conceito a ser aprendido pelo

¹⁵ Pois não cabe simbólico, por mais que se diga algo, esta permanecerá como uma metáfora deste silêncio que é Real.

¹⁶ Questões que são abordadas no Grupo de Pesquisas Epistemologia Estética, Linguagem e Subjetividade (EELIS), durante os estudos em Freud e Lacan do Instituto de Psicanálise Dr. Sérgio Santana. Abrindo um ponto de fuga para futuras elaborações e aprofundamentos.

Sujeito. O Método é aqui assumido como um compromisso de refletir aquilo que o fundamenta nesta Tese.

Na escolha do Objeto, embora façamos um recorte, que é abstrato, o recortado foi constituído entre outras coisas pelo desejo do pesquisador, cabendo a ele a busca pelo arcabouço simbólico para lidar com os desafios de escriturar o seu desejo através de uma lógica que dê contornos a sua questão e disto não se pode fugir. Aqui, demarco que a metodologia acontece em termos de uma pragmática da pesquisa, de como desenvolvo a pesquisa. Por isso a redução de compreender metodologia como um manual ou um conjunto de regras através das quais o objeto se revela, se torna incompatível com a epistemologia com que abordo este trabalho. Assim, nesta obra, retomo o Método, que é o conjunto de compreensões que articula Sujeito-Objeto do conhecimento e suas relações com a Interoperatividade, gerando uma pragmática em termos de organização lógica, do sentido teórico que proponho dentro dos limites da linguagem e assumindo o deslocamento simbólico que é feito da Coisa em Si. Sendo este Método Proposicional, principalmente, uma/minha forma de fazer, valorizar, observar e atribuir sentido, consoante à compreensão e proposição de Lima Jr (2005) de que, na base, a Pesquisa e a Epistemologia são relativas ao processo humano mais amplo de produção de sentido e ao modo específico como cada sujeito, aí, alcança autonomia expressiva, linguística e discursiva, autorizando e instrumentalizando lógicas, pragmáticas, inteligibilidades e racionalidades transitórias, inacabadas, abertas, dinâmicas, relativas, lacunares e resvalantes.

O aprofundamento dos campos teóricos que tratam do acesso à informação, bem como sua institucionalização e dimensões críticas que a literatura não aborda, resulta na necessidade de uma inovação dos ajustes metodológicos. Por isso, a busca de uma epistemologia que permita fazer uma construção metodológica no sentido do Método e não de uma construção meramente didática ou instrumental. Toda lógica é uma escala para organização de sentido, mas sempre algo escapa à escala. Para haver lógica, subentende-se um sentido organizado e articulado. A verdade não está na estrutura lógica, mas como o sujeito se apropria disto enquanto um significante. A lógica que trato não faz uma transposição da Coisa para coisa representada. Não há, portanto, simetria entre **a Interoperatividade do Sujeito, enquanto condição articuladora de significantes**, e a Interoperatividade representada na lógica que literalizo e que é aqui nomeada. A Coisa é irredutível à lógica. Sempre existirá algo que não pode ser dito, com isto, a lógica é uma substituição e um suplemento da Coisa a um sentido,

sendo uma substituição e um suplemento, já não é mais A Coisa em Si. Eis o impossível da lógica (WITTGENSTEIN *apud* SANTANA, 2012), pois, há mais no não dito do que no dito e todo dito se reinscreve, pois se torna Coisa simbólica (na assertiva científica, objeto do conhecimento). Além de operarmos com estas contingências da gramática, é preciso ter clareza de que a verdade não está no signo (a verdade é causa). Toda escrita remete a um *topos*, sendo assim, toda escrita é um lugar vazio (DERRIDA *apud* LIMA JR, 2015) e um litoral (LACAN, 2003). A lógica como *Logos* (Palavra, Verbo, Lugar de Sentido e de Ação) tem mais relação com o dizer do que com o que foi dito, questões que tratarei na próxima seção.

1.1 O MÉTODO PROPOSICIONAL: UMA TOPOGRAFIA DAS RELAÇÕES ENTRE SUJEITO-OBJETO E OS LIMITES PARA SUA FORMALIZAÇÃO

“Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Esta revelação de ‘quem’, em contraposição a ‘o que’ alguém é — os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exhibir ou ocultar — está implícita em tudo o que se diz ou faz.”
Hannah Arendt

Começarei aqui por uma questão basilar. Sendo a Tese uma “Posição”,¹⁷ do grego “*Thésis*” (θέσις), ou ainda, se a Tese, como pretendido pela Ciência Moderna, é uma proposição intelectual fundada no Cogito,¹⁸ sendo o Cogito singular em cada Sujeito, não estaria

¹⁷ Tenho Tese como uma Escritura cuja origem vem de um Saber-Ser e não somente uma organização lógica oriunda de um pensar consciente.

¹⁸ Termo utilizado por Descartes em suas Meditações na tentativa de fundamentar sua Teoria do Conhecimento, ou seja, um Pensar Consciente. Com esse objetivo, Descartes pretende chegar a um fundamento que seja o mais evidente e verdadeiro. Ele se utiliza de um artifício para levar a cabo seu trabalho: o Princípio da dúvida (Duvidoso=falso). Apesar de estar muitas vezes implícito, entendo que o cartesianismo ainda é base das pretensões, de boa parte, das metodologias científicas hodiernamente utilizadas.

Descartes¹⁹ anunciando apenas uma das possibilidades de estruturação do seu Cogito? Questão que me parece evidente para o próprio Descartes, quando afirma que: “o meu desígnio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei por conduzir a minha” (DESCARTES, 2007, p. 4). Esta elaboração de Descartes, de certa forma, é um convite à criação no âmbito do Método e que marca a originalidade em ciência, mas o que não se vê no reprodutivismo acadêmico, por exemplo em educação, no que diz respeito à aplicação de metodologias homologadas cientificamente como manuais de referência.

Ao apropriar-me do livro *Discurso do Método* (DESCARTES, 2007) cheguei a dedução de que a condução racional para Ele é livre, mas que por sua escolha decidiu que fosse definida por um Método. Então, parece-me que, segundo Descartes, a liberdade para se conduzir a razão, a partir de sua *escolha*, deve ser definida por um Método, mais especificamente um Método Racional. Questiono-me se não seria possível uma condução racional sem uma orientação baseada em um Método Racional? O que origina a condução racional? É possível elaborar, pensar, formalizar de uma forma diferente? O Método não estaria na condução do próprio percurso lógico? Afinal, o que é Método? Questões de difícil resposta, pois a orientação de alguns trabalhos científicos, através de manuais metodológicos, se apresenta de forma insuficiente às minhas pretensões de pesquisa. Percebo aqui que não é possível novamente definir o meu Método sem uma base crítico-epistemológica.

Neste sentido,²⁰ o problema implícito em meus questionamentos é que Descartes reduz a razão/racionalidade ao modo elaborativo da Filosofia, como condição de verdade em absoluto usando como pretexto ser esta a condição de validação e legitimação da Ciência Moderna. Nos seus estudos e reflexões Lima Jr. (2012, 2015), diferentemente, adverte para o fato de que as “n” formas de elaboração simbólica do Sujeito, para a produção do sentido, é relativa à sua condição simbólica e linguística, portanto a um Saber ontológico subjetivo que, a depender da abordagem, pode ser compreendido como um dinamismo específico, aberto, inacabado, resvalante e lacunar, de ordem estritamente estética e ética, ou seja, Proposicional, por implicar necessariamente o Saber autoexpressivo e criativo do Sujeito, como singularidade e

¹⁹ Considerado autor de grande influência para o desenvolvimento da Ciência Moderna. O Cartesianismo pode ser compreendido como uma Episteme que funda princípios de diversos Métodos e, como consequência, Metodologias.

²⁰ Questões que foram elaboradas em diálogo com meu orientador durante a sessão de orientação do dia 05/11/2016.

não identidade e nem particularidade, o que, por outro lado, para Lima Jr (e concordando com ele) já está colocado amplamente por alguns autores pouco referenciados durante algum tempo dos circuitos modernos de reflexão e intelectualidade, tais como²¹: Jürgen Habermas, Jacques Lacan, Jacques Derrida e Ludwig Wittgenstein, talvez por uma inscrição excessivamente científico-capitalista nestes círculos, como acontece com a Universidade e a produção acadêmica.

Descartes (2007) trata da dúvida da percepção através de um meio lógico, uma espécie de sistema de respostas para dar sentido, mas sempre algo escapa, pois a dúvida se reinscreve, um sistema de questões mais abrangentes terá que determinar os erros do sistema anterior para ser mais verdadeiro, mas o problema é que a dúvida persiste. Poderíamos entender que, o que se elabora nesta formalização lógica, é uma resposta pontual e relativa, mas não absoluta. Nesse contexto ele coloca esta aparente percepção do campo lógico em um insistente sistema de questionamento, pois a dúvida persiste. Como garantia de que o pensamento esteja correto ele se apóia no método, pois é o Método que irá garantir se o pensamento está correto ou não. Na prática, se eu não fugir de determinadas regras que eu criei, o resultado que eu chego é verdadeiro e sempre o mesmo, sendo assim, eu supostamente me neutralizo na ação e externalizo algo para que eu não me engane, pois é este Método que irá garantir se o meu pensamento está correto ou não. Na prática, diferentemente disto, todo sentido pede naturalmente uma validade para um Sujeito qualquer, mas isto em razão de sua subjetividade e, com isto, de suas exigências internas e ontológicas, também existenciais, mas não em função de algo externo em absoluto, o que por isto mesmo não se alcança, estando por assim dizer num lugar de impotência, da obstrução do sujeito, de sua negação radical.

Aqui caberia a pergunta: como eu sei que o Método também não engana? É nesta perspectiva que observo que quem cria o seu Método assume um lugar de Sujeito na sua ação criadora; e os demais que utilizarem o seu Método tornam-se reprodutores ou incrementadores de uma produção intelectual.

²¹ Não faz parte deste trabalho aprofundar diretamente tais autores, mas a referência e fundamentação no pensamento de Lima Jr mencionada, inevitavelmente, reporta-me e também as questões aqui articuladas à tais bases e aos seus respectivos autores que parte de suas obras foram referenciadas diretamente. Isto, por outro lado, permite uma continuidade para esta pesquisa e para estas reflexões, no limite do texto enunciativo da tese e de sua argumentação.

Nesta perspectiva, Thomas Kuhn, em sua obra intitulada *A Estrutura das Revoluções Científicas*, defende que existem períodos de acumulação gradativa de conhecimento pela chamada comunidade científica, que seria uma forma de produção de conhecimento que ele denomina de *Ciência Normal*. Esses períodos são interrompidos por períodos da chamada *Ciência Extraordinária*, quando os “paradigmas” científicos são questionados e revistos através das “Revoluções Científicas”. Para Kuhn, os Paradigmas tratados em sua obra são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2009, p. 13) mantidos por Sujeitos cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados e que estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para uma prática científica, desta forma a “maioria dos cientistas, durante toda sua carreira, ocupa-se com operações de limpeza [do paradigma]” (KUHN, 2009, p. 44). Ele ainda reforça dizendo que:

A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – Com custos consideráveis, se necessário. (KUHN, 2009, p.24).

Já as mudanças paradigmáticas que resultam das revoluções científicas desenvolvem “(...) uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um mero incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer a reconstrução da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores” (KUHN, 2009, p. 26), pois são revoluções que acontecem dentro da própria ciência e, sendo assim, a ciência evoluiria tanto no sentido acumulativo, nos períodos de ciência normal, quanto em saltos extraordinários, que é quando acontecem as revoluções científicas.

Por uma outra via de construção de sentido, o Método Proposicional, em um sentido anárquico, se dispõe em um Discurso diferente em relação ao Método Científico fundante, pois a busca de hegemonia perde sentido, em permanente processo de negociação e de correlação de forças. Reforço este pensamento por entender que “A identidade da consciência cognoscente, como em igual medida a objectividade dos objectos conhecidos, só se constitui com a linguagem, na qual apenas é possível a síntese dos momentos separados do eu e da natureza como mundo do eu.” (HABERMAS, 1987, p.28).

O proposicional, portanto, seria uma alternativa crítica ao “paradigmático”. A questão da verdade do Sujeito não é “paradigmatizável” pelo que está fora, porque implica em um Saber

e seu dinamismo relativo ao sentido de Sujeito e Objeto que se articula pela via da linguagem. O âmago da problemática epistemológica tratada aqui se refere a isto.

Desta forma, ainda referenciando as reflexões de Kuhn, a Ciência Normal se articularia em um mecanismo interno que assegura, pouco a pouco, o relaxamento das restrições que limitam a pesquisa. O cientista torna-se um perito na solução de problemas que podem ser solucionados pelo método do próprio paradigma, aparentemente aumentando seu alcance e precisão. Reduz-se desta forma o interesse ou disposição para produzir grandes novidades na compreensão da natureza. Não se aventura em ir além daquilo que o paradigma pode responder e Kuhn reforça afirmando que “Uma das razões pelas quais a ciência normal parece progredir tão rapidamente é a de que seus praticantes concentram-se em problemas que somente a sua falta de engenho pode impedir de resolver (KUHN, 2009, p.60)”. Entretanto é, ao mesmo tempo, uma rigidez necessária para que o “progresso” paradigmático possa acontecer, pois ao olhar através dos mesmos instrumentos e técnicas, supostamente, sempre chegarão aos mesmos resultados. Assim, se institui a “fé” da ciência como verdade. Pois,

A ciência normal, atividade que consiste em solucionar quebra-cabeças, é um empreendimento altamente cumulativo, extremamente bem sucedido no que toca ao seu objetivo, a ampliação contínua do alcance e da precisão do conhecimento científico. Em todos esses aspectos, ela se adequa com grande precisão à imagem habitual do trabalho científico. Contudo, falta aqui um produto comum do empreendimento científico. A ciência normal não se propõe descobrir novidades no terreno dos fatos ou da teoria; quando é bem sucedida, não as encontra (KUHN, 2009, pp.77-78).

Por esta via de compreensão, a Ciência falha na sua pretensão de ser demonstrativa, pois a reprodutibilidade em algum momento sucumbe, uma vez que o resultado não é A Verdade, mas uma verdade que poderá ser reinscrita e, por isso, dinamizada. A ciência, por esta perspectiva, opera como um jogo de Linguagem em um ordenamento lógico de sentido possível, não tendo como a lógica demonstrar tudo. Não tem como o objeto que é metaforizado²² pela linguagem, a partir de um Sujeito Epistêmico, ser simétrico ao Objeto em Si. O que é exteriorizado é um sentido possível, percepção expressa através de uma estrutura de linguagem. Acredito que a incompletude (Falta) do Sujeito é espelhada em sua linguagem, pois, enquanto instância simbólica, não gera somente significados socialmente convencionados como verdade. Linguagem são sentidos produzidos pelos Sujeitos dentro de estruturas que são convencionadas, no entanto esta convenção é um vazio a ser preenchido

²² É metáfora por não ser a coisa em Si, mas uma construção de sentido possível, uma transposição simbólica.

pelo sentido de cada um de nós. Esta é a função da linguagem como ordenamento do sentido ou **ordem simbólica** como expressão lacaniana.

Defendo que fundamentos teóricos sobre o objeto que estudo devam emergir da compreensão que tenho do fenômeno de pesquisa – a Interoperatividade enquanto uma ação articuladora –, daí, um dos motivos de meus questionamentos para definir uma metodologia. Sendo assim, minha Posição (Tese) é, também, de não desenhar um mapa do labirinto antes de percorrê-lo. Caminhando gradativamente na expressão de minha escritura.

O sentido de sujeito que trato é o Sujeito Subjetivo, que difere enquanto discurso do Sujeito Epistêmico da Ciência, desta forma esse Sujeito se relaciona com a Coisa simbólica que nomino Interoperatividade. Dinamismo que articula sentidos (significantes) como condição ontológica do Sujeito, em outras palavras, como o Real Acesso à Informação, que na verdade é uma incógnita, pois vai remeter sempre ao modo que o Sujeito significa A Coisa por ele mesmo, e isto se faz dentro de uma estrutura de linguagem que é simbólica, por não se tratar da mais Informação em Si, mas o sentido que o Sujeito tem da Informação para Si.

Desta forma, o sentido epistemológico, assumido aqui, implicará uma estética, um Saber que tenho e que é autoexpressivo, dando sentido ao que crio dentro de uma estrutura simbólica gerando conhecimento. Um Lugar onde sou Voz, porque este sentido que crio e que dou/expresso/enuncio tem a ver com o que Sou; como laço que faço e meu modo de ser nas relações que estabeleço “a partir de” e “eu/comigo” mesmo.

Como o campo que trato não é de uma pesquisa aplicada, em um sentido pragmático-científico, mas de uma pesquisa teórica que tem uma pragmática, meu objeto exigiu, enquanto produção de conhecimento, um recorte a partir do seu fundamento epistemológico que resulta em sua abordagem metodológica. Ao se discutir sujeito-objeto do conhecimento contorno formas de tratar esta relação. Minha abordagem metodológica é uma narrativa que trata da forma como o método (proposicional) orientou a elaboração de sentido que resultou neste trabalho de pesquisa.

1.2 O SUJEITO SUBJETIVO

A nomeação do Lugar de Sentido para Sujeito Subjetivo é muito importante para minha pesquisa, não só na sua relação com os campos da Governança e da Democratização da Informação, como também no próprio sentido do Acesso à Informação, pois a informação enquanto estrutura/signo está para Sujeitos Subjetivos. O axioma lógico de Descartes traz como questão uma instância que só existe porque penso. Por isso, no axioma científico não cabe o Ser, o Sujeito ontológico, mas o existir como efeito, objeto, consequência. No entanto, por derivação lógica, entendo que para algo se afirmar como que pensa é por que existe outra instância que não pensa²³. Ou ainda, onde cabe “algo pensa”, cabe também e por derivação que este “algo não pensa”, para “poder pensar” inclusive. Dinamismo entre “não-penso e penso” e “não-sou e sou”. Lacan (1998) contribuirá dizendo que, do ponto de vista lógico, este axioma também dá contornos a um sujeito do inconsciente que É onde não pensa. Concordando com isto, entendo que, do ponto de vista dos Sujeitos em si mesmos, sempre teremos um Sujeito cuja existência foge ao determinismo do penso, mesmo porque este determinismo não existe, por ser sempre dinamizado pelo não penso e Sou. Assim, este constructo lógico já não é científico, pois não cabem as bases que orientam o pensamento consciente que por gênese se firma apenas onde penso, não interessando o não penso. Na lógica onde cabe uma afirmação está pressuposta uma negação. Existindo um limite que posso, neste momento, compreender a dinâmica do objeto, que por ser dinâmica não pode ser capturada, mas apenas enunciada em um “*suplemento-substituição-simbólica*” de um objeto (Coisa).

Por outro lado, o pensar “já” e “só se dá” como singularidade, pois tem a ver com o modo de Ser do Sujeito, subsumido no nível da dinâmica do pensamento e do pensar, mas o ser como Real antecede e escapa a todo momento desta outra instância; sendo, por isso, que se compreende, *lacanianamente*, que a linguagem também não dá conta de tudo e nem do todo, o mesmo, por efeito, valendo para o pensar e o pensamento. O Sujeito, como ato de si mesmo, acontece antes do pensar, como Saber autoexpressivo. O pensar isto e encarná-lo na linguagem se dá no “só depois”, num outro tempo, numa outra dinâmica, num outro lugar. Estas instâncias/dinamismos/lugares nunca serão os mesmos, embora que inevitável e

²³ Questões que foram discutidas durante o processo de orientação no dia 24/11/16. A partir da Fala do meu orientador, cheguei a estas considerações.

inexoravelmente articulados, tal qual o Ser e o Saber; Saber-Ser. É nesta falta/impossível que o Sujeito se dá.

Por esta via de compreensão epistemológica, não há como colocar em classes ou estruturas o que é o Sujeito (Subjetivo) de modo a esgotá-lo. É mais coerente, ao invés de tentar dizer que abordo o Sujeito em Si, assumir que abordo o sujeito simbolicamente a partir de uma verdade lógica. A escrita desta Tese é um Ato específico, mas, como Ato, já é um sentido por ser um Saber, um *Logos* (lugar de sentido) que é lugar de ação. Uma possibilidade de dizer. Eu só posso dizer das implicações subjetivas de um processo qualquer, se eu colocar no Sujeito a resposta de sentido para aquilo que ele vive. Por isso, não há como estabelecer níveis conceituais na dimensão do que é Ser Sujeito.

Por questões como esta, entendo que, na minha pesquisa, o *eu* não subtrai aspectos que enfrentam o problema epistemológico que fundamenta o meu método de elaboração. As bases que articulam meus argumentos, minha problematização, minhas inquietações mexem com o que está instituído enquanto sujeito epistêmico da ciência, pois demarca como eu entendo o conhecimento, o sujeito, o objeto, a linguagem e como estes se articulam; que resulta em outro modo de formalização. Assumindo minha responsabilidade no desafio de produzir conhecimento a partir destas bases. Assumindo como eu enxergo este processo de atribuir sentido, nomeando, através de um construto lógico, o meu Objeto. Construto que é operado nos contingenciamentos da linguagem, que apesar de ser uma substituição-suplementação da Coisa em Si, cria outro dinamismo infinito, cria alguma outra coisa. Portanto, toda Tese trata-se de criação. Ainda neste sentido de diferenciação, em outra articulação lógica, posso dizer que se a pretensão é buscar A Verdade, teríamos como resultado que aquele que pensa melhor, ou seja, diz mais sobre esta Verdade, passaria a pensar no lugar dos demais, pois, estes passariam a aceitar A Verdade daquele que pensa mais verdadeiramente. Os outros Sujeitos já não pensariam, pois apenas reproduziriam a verdade do que pensa. Mas por que esta pretensão lógica fracassa? Porque temos aquilo que não pode ser dito e aquilo que só é dito a partir de cada Sujeito.

Outra questão que observo é que algumas pesquisas se detêm em aspectos de ordem econômica (FREUD apud LIMA JR., 2015), na medida em que se baseiam na quantidade de conceitos, acreditando que quanto mais teoria tiver, mais próximo estará de dizer A Verdade (ou Toda Verdade) do Objeto, tentando articular o máximo de categorias lógicas possíveis,

mas não há como esgotar algo que é somente deslocado e suplementado pela linguagem. Por isso,

a teoria lógica, que constitui o conceito através de uma “abstração” generalizadora, deixa de ter serventia. Pois tal “abstração” consiste apenas em escolher, entre uma profusão de notas características (Merkmale), algumas que sejam comuns a diferentes complexos sensoriais ou perceptivos; aqui, porém, não se trata da escolha de tais notas características de antemão dadas, mas da sua obtenção e do seu estabelecimento. Importa, no caso, compreender e esclarecer a natureza e direção deste “denotar” que deve preceder intelectualmente a função de “denominar” (CASSIRER, 2011, p.49).

Na epistemologia científica, por vezes, a abordagem quantitativa tende a não se relacionar apenas com dados numéricos “logicizados” em um sentido estatístico ou aritmético, mas a uma tentativa de que a quantidade de conceitos possa saturar o sentido do Objeto. No entanto, independente da quantidade de sentido simbólico articulado, a nova Coisa Simbólica criada só terá um sentido para o Sujeito, em um dinamismo de algo que sempre escapa. Por isso, toda relação com Objeto é dinâmica e criativa, pois ela é relativizada de Sujeito a Sujeito. A quantidade simbólica também não dá conta do Objeto (no sentido de esgotá-lo). Desta forma, assumo esta condição de que algo sempre será impossível de ser dito sobre o Objeto. Mesmo na estatística, posso acrescentar que todo Signo em si é vazio, pois há sempre uma argumentação que o acompanha atribuindo-lhe um sentido possível (outros signos). O Signo é um *Topos* e todo *Topos* é um vazio que remete ao Significante do Sujeito. A Coisa é irreduzível à linguagem. Tendo, o Sujeito, a verdade como móbil.

Aqui caberia questionar: se o *Topos* (signo ou ordenamento de signos) – sendo sinal, número ou palavra –, criado vazio, e não conceitual, como as pessoas conseguem entender? Na verdade, cada Sujeito, a partir do seu Saber, possui um entendimento originário próprio de sua condição, mesmo que algumas vezes sem uma elaboração formal, o Sujeito percebe através do seu “Olhar/Escuta” o sentido daquela verdade que foi posta, mesmo sem articulação simbólica para dar conta de um sentido formalizado. Existe aí uma *Consignação*²⁴ entre os Sujeitos. Neste sentido, toda informação é vazia. Esta é a Gênese que pode resultar na construção do Objeto, este lugar de compreensão que a pessoa tem e que operando recursos simbólicos – um Saber específico – poderá produzir conhecimento e, como recorte desta Tese,

²⁴ Defendo a Posição, a partir de diálogos com Lima Jr., que o que produzimos simbolicamente são signos, por isso no campo simbólico a relação entre os Sujeitos se dá pela consignação. Nomino duas condições de consignação: uma pelo sujeito na passagem do significante para o simbólico e outra consignação que acontece na comunicação entre sujeitos - para poder operá-la, atuá-la, desloca-la ou deslizá-la para um sentido próprio de um Sujeito ao outro. Ver Capítulo 4 - O impossível do acesso à informação.

interoperativizando significantes, acessando e produzindo informação. Com a ampliação de lastros simbólicos, o sujeito poderá contribuir com seu sentido original articulado de forma lógica. Um processo de escuta de si mesmo em uma ação interoperativa. Dizer que o *Topos* é vazio não é negar a sua existência. Merleau-Ponty²⁵ (1994, p. 241) contribuirá dizendo que

A palavra não é desprovida de sentido, já que atrás dela existe uma operação categorial, mas ela não tem esse sentido, não o possui, é o pensamento que tem um sentido, e a palavra continua a ser um invólucro vazio [...], a linguagem é apenas um acompanhamento exterior do pensamento.

Ela é vazia de sentido em si, já que A Coisa não dá sentido simbólico a ela mesma. É o Olhar/Escuta do Sujeito, a forma com que ele se apropria e se dirige à Coisa, pela via de sua subjetividade, é que dará algum sentido simbólico e real (real do Sujeito) à Coisa. O Olhar/Escuta, aqui, também é metafórico e correlativo ao *Topos*, pois, trata-se de um Saber significar e, com isto, dar *status* de ser e/ou de ente à Coisa referida (ao objeto) e, como recorte desta tese, à Informação. **É o saber do sujeito que apreende e enuncia A Coisa²⁶ como realidade simbólica, num duplo da Coisa em Si. Logo, todo signo, topos, instância simbólica não se encarna porque será sempre relativa ao sentido apreendido e enunciado, num outro dinamismo, da Coisa como Significante do Sujeito. Eis o fulcro desta Tese: o deslocamento do sentido do acesso à informação, como a busca de algo que está fora, para noção de Interoperatividade, enquanto uma condição ontológica de articular significantes.** Para Wittgenstein (*apud* LIMA JR, 2015) há uma irreduzibilidade e uma irreversibilidade aí. Tudo isto, porque da ordem da Coisa Linguística não escapa à qualquer expressão epistemológica que tem no processo de produção do conhecimento seu cume, mas inexorável e relativamente à linguagem humana e do sujeito do conhecimento, dito epistêmico pela Ciência e que, antes do mais, é o Sujeito Subjetivo; o Sujeito da Criação.

O *Topos*, enquanto escrita, se organiza em uma estrutura, ordena os signos em uma ordem (lógica) e é expressão estética do Sujeito que escreve. O *Topos* é o lugar "contornado" pelo sentido dado pelo Sujeito. O Escrito, por esta via, é entendido como enunciado/informação que é originado pela enunciação (ação de enunciar). Trato da enunciação como um Dinamismo do Sujeito em atribuir sentido; o que resulta desta ação é o enunciado/informação. A Palavra é significante. A retomada do enunciado/informação pelo Sujeito enunciador, ou outro Sujeito, pode gerar antinomias e isto resvala na própria estrutura

²⁵ Apesar de não abordar outros textos de Merleau-Ponty, entendo que esta passagem faz paráfrase ao pensamento de Derrida.

²⁶ Sendo a informação em si também Coisa.

da linguagem, do ponto de vista do significado e das estruturas semântica e sintática, pois o sentido do Sujeito é o seu Significante que está relacionado a sua singularidade e a sua atuação sobre a realidade, mas a Escrita não consegue ser decalque do significante (LACAN, 1998). Por isso, o enunciado/informação, enquanto *Topos*, é vazio, uma vez que o sentido significante não está nele, pois o nexos que isso tem está na Verdade do Sujeito, sendo Uma Verdade e não A Verdade. Desta forma, enquanto sentido, ela pode ser coerente ou paradoxal, melhor dizendo irá variar infinitamente de sentido de Sujeito a Sujeito. Pois, o sentido é um dinamismo que varia na cadeia de significantes de um Sujeito (subjetivo) a outro Sujeito (subjetivo).

O simbólico gera sempre uma contingência/substituição/suplementação e, na especificidade da gramática, os termos linguísticos visam deslocar algo do Significante do Sujeito para um signo que o represente, que inaugure Acoisa no simbólico. Desta forma, o “Real Acesso à Informação”, ou a interoperatividade, é um Impossível. Assim, mesmo tendo um domínio linguístico, o Sujeito não diz tudo pela linguagem, uma vez que a linguagem não é simétrica ao seu significante, ou melhor, a linguagem só dá conta como metáfora (deslocamento/suplementação).

Por exemplo, no Grupo de Pesquisas (GP) Tecnologias Inteligentes e Educação (TECINTED), que faço parte, não há uma corrente teórica, no sentido de um conjunto de conceitos teóricos que estão interligados e que todos compartilham do mesmo entendimento. O que acontece é uma consignação dos Sujeitos ao referenciar textos, autores e campos teóricos como signos, como lugar por onde passarão os diversos sentidos (significantes) atribuídos pelos Sujeitos que compõem o GP. Sentidos que convergem, divergem e se multiplicam, mas no intuito de que cada Sujeito pela sua enunciação (seu significante) manifeste um enunciado, um sentido original que se dinamiza pela sua própria Escuta diante da Fala do outro. Na “Interoperativação” entre a Escuta e a Fala do Sujeito Singular e Subjetivo, opera-se um real enquanto condição movente.

O enunciado/informação é, desta forma, o dito (signo) e a enunciação está para além do enunciado, onde se encontra a gênese do que pode ser dito. A enunciação é aquilo que origina o enunciado, o dito, o escrito, o referenciado, a informação. Assim, se inverte a prevalência entre significante e significado. Se tratarmos da linguística enquanto ciência, esta busca conceituar os signos, os termos passam a ter sentido de conceito, no entanto na “Linguística

do Sujeito”, como linguagem, como fala do Sujeito (subjetivo), para que ele possa fazer a enunciação, ele faz uso de uma estética própria; que é uma passagem da pretensão de significado da linguística para tentativa de dar um sentido a partir do seu significante.

Por isso, quando digo Produção de Conhecimento trato de uma produção lógica, de uma verdade diante da infinidade de compreensões diferentes sobre o que é conhecimento, uma vez que do rizoma de diferentes concepções com aspectos de natureza científica, econômica, social, filosófica, política, ideológica, instrumental e histórica derivam infinitas possibilidades de construção de sentido. Cabe ao Sujeito fazer escolhas e Interoperativizar um sentido que lhe é próprio.

O Conhecimento transforma-se com o tempo e num mesmo momento histórico coexistem diferentes perspectivas e abordagens possíveis oriundas de diferentes concepções de Sujeito e Objeto. Novamente importa aqui tomar o Método, desta pesquisa, como uma estrutura lógica organizadora, porque isto tem a ver com a compreensão que construirei acerca do Sujeito no processo e na instância da Interoperatividade, o que acabou por demandar um aprofundamento epistemológico e uma crítica²⁷, pois originalmente estava circunscrito a uma pragmática científica nos termos da Interoperabilidade e do “Acesso à Informação”, com todo peso que se fazia recair nos aspectos instrumentais, lógico-operacionais, na idealização de um sujeito formal epistêmico tratado sob uma perspectiva científica moderna.

Acreditando que é pouco perscrutador para minhas pretensões de Tese apenas denominar minha pesquisa como uma **Pesquisa Teórica de Base Bibliográfica**, pois entendo que até como se lê, no sentido interpretativo, modifica a forma como podemos compreender o texto de um autor. Pois o “acesso” só se dá pela via do significante, continuarei dedicado na construção de uma literalidade topográfica (*Topos*) sobre os campos que dão margeamento de um sentido possível para o acesso à informação. Topografia que, aqui, é relativa a contornos/formas possíveis na escrita de uma Tese Formal. Desta forma, a Tese, ao tentar lidar com a Realidade, a partir da linguagem, torna-se uma representação e não mais o

²⁷ Crítica e crença não ocupam lugares distintos, nem o mesmo lugar, no sentido aqui proposto. Sob a pretensão de um imaginário iluminista que a razão crítica atraiu para si, no sentido filosófico, onde preserva o que merece ser afirmado e põe em dúvida a ação daquilo que pode ir além do seu domínio de aplicação, acaba por operar com uma pretensa distinção entre verdadeiro e falso. A crítica a que me refiro não pretende saciar a sede de sentido do Saber Humano.

esgotamento da Coisa e em si. Os contornos da escrita, como simbolização, nunca esgotam A Coisa em Si, mas geram novas dinâmicas.

Já estou certo de que o que busco não é uma definição, mas a nomeação de um sentido possível, um processo que seja enunciado como uma verdade lógica. Consciente que no ato simbólico, onde o significante, sendo simbolizado pela escrita (feito signo), já não é mais o Significante em Si. Esta nomeação é atuada no campo simbólico, pois a passagem do Saber para consciência pela via simbólica traz esta nomeação. Isto não significa que qualquer coisa pode ser dita no Discurso proposto, mesmo existindo infinitas formas de produzir sentido, preciso manter o “lugar lógico” – o Meu Lugar de sentido e de ação – a Coerência Epistêmica e o Rigor de uma textualidade acadêmica para fundamentar epistemologicamente meu Objeto a partir de um Método Proposicional.

Quando desenvolvo um sistema lógico, gero no sistema simbólico geral um novo nó que não é estático, mas dinâmico por ser rizomático. O desafio desta escrita foi o de tratar de um Sujeito Subjetivo que se “materializa” pela linguagem. No entanto, não se trata do sentido de materialidade de partículas definidos pela Física, mas a materialidade no sentido simbólico através de contornos que se assumem enquanto um sentido possível. Materialidade, por esta via de compreensão, não é algo externo aos Sujeitos, algo percebido sensorialmente (audição, tato, paladar, olfato e visão). Materialidade em um sentido de Saber-Fazer diante daquilo que é denominado Coisa simbólica.

1.3 EPISTEMOLOGIA: PROBLEMATIZANDO O *CONTINUUM*²⁸ SUJEITO-OBJETO

Durante as orientações, entendi que se fazia necessário elaborar uma reflexão sobre a Práxis desta pesquisa, como abordagem metodológica. Entendimento necessário para alguém que se propõe escrever uma Pesquisa Teórica com o rigor necessário. Tratar de certos conceitos pode parecer desnecessário, entretanto, pensar assim seria aceitar que existem pontos universais de compreensão sobre alguns aspectos da significação humana e, por isso, não precisariam ser mais “revisitados”, bastando apenas referenciá-los em simples transcrições. Isso resultaria em uma reafirmação do sentido de Conceito como um significado estático e não como ocupando

²⁸ Dinamismo de um lugar lógico com o infinito, um espaço topológico vazio, já que desliza e remete ao significante do sujeito.

o lugar de um signo que remete ao significante do sujeito. Defendo que não existem condições únicas nas quais todos compreenderão da mesma maneira. Desta forma, há um desmonte no processo de comunicação com pretensões de transmissão da informação como “conteúdos”, a tese de emissor-receptor não se sustenta no meu trabalho, algo que já me parece ser ponto de fácil entendimento. No ato da Enunciação pelos Sujeitos, acontece um movimento de libertação que é anárquico às pretensões de tornar universal determinados sentidos, mesmo que impostos. Diante de qualquer informação podemos passar por dinâmicas transformativas e criativas inerentes ao que é singular em cada um. Por isso, tenho cuidado ao falar de um Ser-Pesquisador, podendo afirmar que não se trata de uma identidade, mas de uma Singularidade. Pois, diante desta condição desejada, ele, o Ser-Pesquisador, inaugura através de sua ação uma busca visando sua Autonomia. Tomando a Autonomia como um direito e um dever de reger-se segundo leis próprias. No sentido de uma Escritura do próprio nome.

Por esta via de significação, o Sujeito, a partir de sua Autonomia, pode se libertar de uma atividade que seja meramente incremental de aplicações metodológicas, por isso, aqui, já não há isenção do pesquisador, por ser responsável pelo Quê e Como Pesquisa. Algo da pesquisa é ele de forma original e singular. Conta-nos a historiografia que Goebbels²⁹ afirmara que “uma mentira contada mil vezes se torna verdade”, no entanto, permito-me subverter este sentido dizendo que: uma verdade contada uma única vez há de ser questionada. Assim, conceito como fechamento de sentido obstrui a circulação de idéias, simplificam o debate e mumificam argumentos em uma reprodução compulsiva e automática, petrificando verdades totais e inviabilizando o exercício do livre pensar. O signo não assume o *Logos* do significante e nem encerra a condição interoperativa do Sujeito.

Esta seção secundária objetiva dar continuidade à reflexão sobre o Rigor e a Coerência Epistemológica assumida nesta Tese, através do *continuum* sujeito-objeto, procurando tratar as questões que envolvem a linguagem quando esta é “logicizada” visando a produção de conhecimento. Elaborando como contribuição, uma possível Noção para relação Sujeito-Objeto. **Utilizo o termo Noção como alternativa ao termo Conceito**, por entender que este (o conceito) delimita uma determinada verdade e tende a excluir as demais possibilidades. Nas palavras de Maffesoli (1998),

É ficando enclausurada na consciência pura que, pouco a pouco, a razão se distancia do mundo circundante, torna-se assunto de especialistas ou, ainda,

²⁹ Paul Joseph Goebbels, ministro da propaganda do Nazismo de Adolf Hitler.

serve de garantia a todos os processos de organização e de gestão que caracterizam a tecnoestrutura contemporânea. É nesse sentido que, *stricto sensu*, os **conceitos** “perdem pé”: não têm mais chão onde apoiar-se. Esta é certamente a fonte do drama do homem moderno. Há, nesse **delírio de abstração**, uma escalada de potência, uma fuga para frente, que se encontra tanto nas produções acadêmicas quanto nos mais sofisticados arcabouços de uma *intelligentsia* sem amarras, não esquecendo a algaravia tecnocrática, ou o discurso vazio dos políticos. (MAFFESOLI, 1998, p.34, **grifo meu**).

Por esta via de compreensão, em todos os domínios, tende-se a uma intumescência desta pretensão de se chegar a uma verdade última, mas isto fracassa porque tende-se a se isolar o objeto como um produto finito e não mais dinâmico. Sendo assim,

O conceito unifica, simplifica, reduz – mas a vida eclode, rebentando todas as coleiras que lhe tentem (im)pôr, em que, talvez, o interesse da *noção*, como já disse, exprime o desejo e a preocupação intelectual sem que, com isso, coaja ou apenas tangencie. A noção permite que fiquem juntas, cada uma delas guardando certa autonomia, coisas que foram feitas em pedaços (MAFFESOLI, 1998, p. 71, *grifo do autor*).

Por isso, parafraseando Maffesoli (1998), não visio produzir “conteúdos”, mas sim operar com “ponto de vista”. Sendo assim, não objetivo explicar os fenômenos, mas sim compreendê-los e nominá-los, fazendo desta forma um possível margeamento de compreensão sobre o Acesso à Informação. Buscando compreender esta categoria enquanto objeto ou fenômeno sem ter a intenção de cristalizá-la em um conceito definido e, assim, definitivo.

Considero-me parte integrante deste processo, não na condição de mero observador, constituo e me constituo em um ato que posso “apreender, ou pressentir, as sutilezas, os matizes, as discontinuidades desta ou daquela situação social” (MAFFESOLI, 1998, p. 44), ou seja, sou parte integrante (e interessada) daquilo que desejo falar. Por entender que não existe uma única realidade, mas maneiras diferentes de conhecê-la. Como literalidade lógica, afirmo que na relação Sujeito-Objeto não há discontinuidade, mas há divisão, posto que o Sujeito e o Objeto são distintos e suas diferenças são irreduzíveis. Entendo que, no nível do simbólico, eles se dão em relação de *continuum*³⁰, numa implicação mútua, no entanto, isto também lida com uma hiância constitutiva³¹ entre A Coisa em Si do Sujeito e do Objeto. Sendo, nesta Tese, a relação do Sujeito Subjetivo com a Informação enquanto Objeto.

Então, este é um âmbito e um compromisso específico, na minha apreensão, para uma Tese, que é geralmente muito maltratado pela prática corrente acadêmica normatizada, onde a

³⁰ Compreensão elaborada em processo de orientação. Como metáfora da fita de Moebius

³¹ Vazio; impossível. Elaboração que cheguei após processo de orientação ocorrida em fevereiro de 2017.

pressa e a obrigatoriedade moralizante têm tolhido a razão estético-expressiva³² original e criadora. Assistimos à “capitalização” da pesquisa universitária. Ainda neste sentido, a liberdade de pensar e de racionalizar é induzida a ser legitimada por uma verdade abstraída/extraída do Método, porque é necessário estar certo de que isto, inclusive este livre pensar/racionalizar não engana (DESCARTES, 2007). Esta é a questão crucial: eliminar a dúvida do Sujeito a partir de algo que não é ele, a ser encontrado por ele, assimilado em sua condição específica, para o produzir ou o reproduzir, como efeito de algo que possa escapar ao que lhe constitui de modo inerente “duvidar”, “não saber/saber” e “ser/não ser”. No “cartesianismo” há uma tentativa de “absolutização” da razão e do pensamento lógico, como um recorte do simbólico em geral.

Em meu Discurso, a partir de um Método Proposicional, diria que o **Método ou a Coisa Metodológica está relacionada ao nosso modo simbólico que articula dialogicamente forma-conteúdo**. Isto é inerente e constitutivo, é uma marca, um registro, do Humano. Por esta razão, a questão Epistemológica, como um *continuum* Sujeito-Objeto, onde quer que ela se inscreva e se insinue, é uma questão da Linguagem e do Simbólico. Isto, por extensão, acaba também gerando consequências para o momento/a instância da Tese como texto e como textualidade, porque é minha pretensão assumir uma determinada formalização com fins de exposição através de uma escrita. Logo, não escapa à contingência e limites da linguagem. A verdade que aqui é trazida pertence a um Sujeito enunciativo que se autoriza ser Voz. Referindo-me à Voz no sentido estético-expressivo, de Autorização, de Autonomia, de Enunciação e de Escritura, ou seja, de subjetividade e de subjetivação do processo acadêmico de investigação e da relativização indispensável da institucionalidade pela inserção e inscrição subjetiva e singular aí, deste Sujeito que fala. Por efeito, o texto escrito trata, inevitável e inequivocamente, de um Saber, da literalidade de um Saber.

Trato nesta episteme de Sujeitos constitutivamente singulares e conscientes de sua verdade, ou seja, onde seus atos podem ser racionalizados por eles mesmos, assim toda verdade entra como discurso, a partir de um Sujeito enunciativo que por sua vez se expressa pela linguagem que poderá, ou não, ser formalizada pela escrita até certo ponto, já que não se pode dizer toda A Verdade. Isso posto, entendo que temos uma pragmática que institui uma lógica, mas o ato

³² Termo utilizado pelo meu orientador que trata da razão de ser subjetiva e constitutiva a cada sujeito, ao tempo em que base genésica de qualquer sentido formalizado no registro simbólico, que toma como referência a proposição da razão comunicativa de Habermas (1987).

criador do Sujeito que entra no diálogo subverte-o em uma Autoria lógica própria, eis o real acesso à informação pela sua Ação Interoperativa. Neste momento, ele pode criar a sua lógica que poderá ser externalizada pela linguagem, dentro de sua estética, no diálogo com outro(s) sujeito(s) e nesta dinâmica temos uma hiância constitucional da comunicação. Sendo a hiância uma falta, um vazio um ruído real entre os Sujeitos enunciativos, pois o significante do Sujeito é suplementado/substituído por signos para que algo possa ser dito.

Mais do que uma explicação, temos uma conversação e, por vezes, uma consignação onde os Sujeitos constituem o seu sentido singular. Por isso, a verdade não pode ser conceitual. Pode-se dizer que é uma trama ou um jogo entre sujeitos enunciativos. A linguagem não explica tudo, pois lida com um impossível, ela não assume o lugar do Real, ela apenas ordena e relativiza o processo.

1.4 O IMPOSSÍVEL DA LINGUAGEM

Para dar conta da representação dos objetos que compõem a realidade nos valem da linguagem, uma transposição metafórica, como já afirmei anteriormente, por não se tratar mais da Coisa em Si. O conhecimento é produzido no seu rigor simbólico particular, no entanto, cada campo do conhecimento possui suas especificidades e ideias, pois lidam com sentidos específicos a partir de epistemologias e lógicas próprias. Por este motivo a minha pesquisa não pode fugir do enfrentamento dos aspectos ligados à linguagem, pois a investigação sobre o Objeto de Pesquisa, através da subversão de sentido do Acesso à Informação pela via da ação Interoperativa, em todo momento vai ser constitutivamente marcado pela construção simbólica no âmbito da linguagem. A letra, como litoral, opera no limite entre o Real e o Simbólico (LACAN, 1992c), definindo e margeando o sentido que pode ser dado pelo consciente. Mas, como já tratei anteriormente, a “escrita não decalca o significante”, mas ao mesmo tempo “não há reta senão pela escrita” (LACAN, 1992c, p.114 e p.115).

Pela via deste entendimento, estou me valendo de uma construção epistemológica que relaciona Sujeito e Objeto em um sentido de relação na instância do Saber e na constituição de cada uma destas dimensões, pois “é isso que modifica o estatuto do Sujeito. É por aí que ele se apoia num céu estrelado, e não apenas no traço unitário, para sua identificação

fundamental” (LACAN, 1992c, p.117). O Saber, assim, entremeia a relação Sujeito-Objeto como gênese de qualquer lógica epistemológica. Por isso, o sentido epistemológico a que refiro não se inscreve em um conceito científico ou uma teoria filosófica, se consideradas apenas as elaborações do consciente, mas está relacionado à condição humana em atribuir sentido como Ato Criativo, onde se delineia um campo de relações, continuidades e descontinuidades entre teorias e práticas discursivas. Episteme como Lugar de Sentido e de Ação (*Logos*), onde o homem se situa para conhecer, agir e, ao mesmo tempo, produzir conhecimento, a partir de um sentido metodologicamente construído e organizado. Para Lima Jr (2005; 2015) e para mim, nesta consignação de sentido, toda epistemologia implica uma Estética e, conseqüentemente, todo conhecimento deriva de um ato criativo na instância da formalização, em função da razão de Ser e do Saber que o fundamentam primariamente, pois, o conhecimento se dá no só depois, num segundo momento por assim dizer.

O Objeto, por não ser mais A Coisa em Si, torna-se acessível apenas pela linguagem, por isso todo objeto quando significado é simbólico (deslocado/suplementado). Eis o impossível do Real Acesso à Informação, pois o que nos resta são signos vazios que podem ser interoperativizados pelo Sujeito enquanto significantes. Na transposição da Coisa em Si para “Coisa por Mim”, algo sempre é perdido. Coisa por Mim, enquanto um lugar de verdade – de minha verdade – que pode estar consignada com outros Sujeitos. O em Si e o para Mim da Coisa são irreduzíveis, pois o para “Mim” é o sentido último que posso chegar. Criando acoisa (*lachose*), como neologismo Lacaniano. Há uma irreduzibilidade entre a Coisa para “Mim”, para o Sujeito, e A Coisa mesma, em Si mesma. Doutra forma, Lacan também não poderia falar da hiância. Posso dizer que há um *continuum* sob certo aspecto e uma separação, uma falta, uma diferenciação irreduzível, sob outro aspecto. A Coisa em Si não é a Coisa em mim, mas A Coisa por mim. Aí, algo escapa como realidade da Coisa, restando o real do Sujeito simbolizado pela via da linguagem.

O que nomeio “Coisa por mim” tem o sentido da “Coisa para si” em Lacan (1998), ou seja, para um Sujeito qualquer. Contudo, este lugar, o do “para Si”, só pode ser operado pelo Sujeito em si, pelo Sujeito singular, por seu Saber subjetivo e/ou pelo seu Saber Ser. Nesta instância e neste dinamismo último, não há dentro e fora, exterior e interior, há o real do

Sujeito que constitui o *continuum* sujeito-objeto-sujeito, como na topologia da fita de *moebius*³³ de Lacan (1998).

A Coisa sempre se reinscreve no ser humano como acoisa, tomando como significante o que o signo lacaniano provocou para mim, pois existe um vazio absoluto que nos permite Ser Sujeitos da Criação, no dinamismo de preencher o que jamais será preenchido. Saímos do estado de potência para o estado de ato e o ato se reinscreve como estado de potência. O impossível é estar na Coisa e, ao mesmo tempo, tentar dar conta do seu sentido absoluto sem conseguir esgotá-la. Com isso, temos o impossível, mas não a impotência, pois este sempre se reinscreve em infinitas possibilidades. O Sujeito só é Sujeito quando ele atua na realidade por ele mesmo, através do seu Saber e não somente através de elaborações lógicas previamente estabelecidas. Com relação a estas últimas, todo objeto não pode não ser uma desconstrução da Coisa, conforme Derrida (*apud* LIMA JR, 2015).³⁴

Neste contexto, trato da Noção de Lógica como originada do radical grego *logos* (λόγος) que remete à Palavra, mas que derivo seu sentido para Verbo, um lugar de sentido e de ação, o lugar do Sujeito, um lugar onde este interoperativiza significantes para ser Voz, onde ele pode expressar e atuar acoisa. Lógica não é apenas um raciocínio “válido” que se externaliza ao Sujeito, mas a forma que o Sujeito organiza e atribui o sentido que dá à Coisa. Sendo a Coisa simbólica, nesta tese, a Informação, que tomo como Objeto de pesquisa. Quando constituímos o sentido para Coisa isso só se dá no nível simbólico, por isso A Coisa só passa a ser enquanto um sentido para “mim” (a Coisa para si). Desta forma a enunciação, através da linguagem, funda acoisa para o Sujeito e é assim que este pode ser Voz ao afirmar seu *Logos* simbólico. É neste *Logos* que Acoisa para Mim existe e pode ser atuada. Concordando com Cassirer (2011, p.44), entendo que

A forma lógica do conceber, sob o ângulo do conhecimento teórico não é senão o preparo para a forma lógica do ajuizar — mas não esqueçamos que todo ajuizamento tende a subjugar e dispersar a aparência da singularização que vai aderida a cada conteúdo particular da consciência.

A produção de conhecimento lida com a criação de patrimônios simbólicos, lugares onde Sujeitos concebem signos (ou ordenamento de signos) objetivando construções de sentido. O que é deixado como patrimônio, como obra, fica para ser “acessado” por Sujeitos que tenham

³³ Recurso metafórico usado por Lacan para tratar do dinamismo infinito do aparelho psíquico (dentro-fora).

³⁴ Elaboração que articulei após diálogo de orientação, em dezembro de 2016.

aquele Saber antes mesmo de ter consciência nisto. Aqui cabe uma diferenciação entre esse *Logos* Geral – como patrimônio simbólico da humanidade, razão, racionalidade – e um *Logos* Específico – do sujeito –, ou seja, o *Logos* Geral é orientado por acordos, normatizações, ritos, processos, registros, instrumentalidade e, muitas vezes, pretensos significados; e o *Logos* específico é o do Sujeito que pode tomar este *Logos* mais geral como signo e, através do seu Saber, atuar isto de forma singular. Como afirmei anteriormente, o significante reside no Sujeito, por que não se chega A Coisa em Si, chega-se apenas a representação da coisa (acoisa) que é vivida e atuada por cada um. A informação, quando externa ao Sujeito, é um Signo. Todavia, o sentido do *Logos* deriva de uma cadeia de significantes (subjetivos), diferindo da linguística que tenta normatizar uma cadeia de significados, uma verdade que esgote algo em Si e o represente por completo. O Sujeito “Interoperativiza” em seu dinamismo o seu *Logos* o tempo todo.

Por este viés, questiono significar o sentido de Conceito como uma ideia que supostamente mantém um conjunto de características essenciais da Coisa em Si, ou seja, de objetos da realidade, pois ao deslocar da Coisa para um signo o que foi mantido? Já não nos parece essência, mas apenas representação e acordos. Representação que pode ser mudada e acordos que podem ser desfeitos. Não estou negando que exista uma pragmática em nominar (em significar), mas o significado é letra morta se o Sujeito não entrar nisso pelo seu significante.

Muitas das grandes descobertas científicas e filosóficas surgem da “espontaneidade” do livre pensar e, neste ponto, a Ciência e a Filosofia são expressões do Ser Sujeito (subjetivo/criativo) dentro de certos Discursos lógicos. Para o leitor desta minha escrita, que chegou a este ponto, destaco que não estou me afastando do meu objeto temático – a Informação –, pelo contrário, meu movimento é mostrar que existe um potencial infinito fora das formalidades e dos significados institucionalizados que pode ser “acessados” enquanto informação disponível, que aqui defendo que não se origina, enquanto condição ontológica, de um lugar onde Penso, pois o ato criativo tem como gênese um lugar onde não penso e sou, como também onde não sou.

Isto posto, muda a noção que se dá ao que pode ser nomeado como Acesso à Informação. O pensamento é gerado por uma “força” que não é só consciente, algo está fora dos registros do consciente; isto muda a forma como é compreendida A Verdade ou Uma Verdade. A Verdade não é uma abstração simbolizada pela produção humana externa aos Sujeitos. Aqui uma

profunda diferença entre o Sujeito desta epistemologia que abordo e o Sujeito Epistêmico da Ciência, pois o sujeito formalizado pela ciência são sujeitos conscientes, cada um na sua forma particular e diversa de ser compreendido, e o que fica fora deste registro já não interessa. Para ciência só interessa o que pode ser nomeado (tratado simbolicamente) e tornado consciente.

Entretanto, o conhecimento origina-se de um Saber que não é consciente. Um Saber Ser que gera racionalidades e expressividades. Com isso, não se tem a pretensão de chegar À Verdade, mas a uma verdade, a verdade deste Sujeito que se autoriza na escrita desta Tese. O pensamento que se formaliza em linguagem possui dinamismos, por isso ele nunca assumirá um sentido absoluto. Por esta via, a elaboração de Lima Jr. (2015), citando Lacan, nos diz que: quando eu denomino é apenas uma maneira de dizer, mas não dizer toda a verdade; é dizer alguma coisa. A Letra é Coisa, um litoral entre o Real e o Simbólico. A Tese, neste sentido, não é entendida como uma verdade conceitual.

Assim, a noção que se tem de verdadeiro e falso, como algo externo aos sujeitos, demonstra fragilidades lógicas, pois no que é atuado como verdadeiro pode ser falso e o falso, verdadeiro, uma vez que o sentido está no Sujeito. Posso agora reafirmar que esta Tese é um margeamento que não tem fins conceituais, mas a tentativa de literalizar um Saber que será subvertido por outros Sujeitos, pois o escrito torna-se Signo. Entendo que a Tese sou Eu e aqui a externalizo na condição que a assumo. Uma vez finalizada esta obra, no sentido de cumpridas as etapas das formalidades regimentais do programa (PPGEduC), esta se tornará um efeito de letra morta que retomará como algo vivo a partir dos desdobramentos que os Sujeitos poderão fazer com ela, inclusive Eu mesmo, ao visitar o que foi escrito. O simbólico só tem vida³⁵ em nós, é isso o que também defendo enquanto Tese. Acredito que a escrita deste trabalho é orientada por uma cientificidade³⁶, pois opera dentro de uma lógica, dentro de uma formalidade, onde demarco como compreendo Sujeito, Objeto e Método; que resultam em um rigor e uma pragmática. Esta forma de escrita se apresenta como outra via de entendimento sobre o sentido originário da produção do conhecimento.

³⁵ Vida no sentido de significante, o Real como o sentido no viver.

³⁶ Mas não pela ciência, já que se funda em um Discurso Outro, onde a produção original de conhecimento tem sua gênese no inconsciente de um Sujeito subjetivo e singular.

Como crítica, entendo que toda institucionalidade cria refinamentos, mas ao mesmo tempo delimitações na medida em que impõe normas, regras, um modo de fazer na pretensão de materializar e homologar sentidos, gerando, assim, uma organização, mas que, ao mesmo tempo, é apenas uma referência para que o Sujeito subverta o que está posto.

Como paradoxo da pretensão científica, posso questionar o sentido de sujeito para ciência, pois se considerar o sujeito, que é Objeto de uma pesquisa, ele deixa de ser Sujeito por ele mesmo, pode-se até dizer que está sujeito, uma vez que é metaforizado por instrumentos, formulários, entrevistas, testes, medições e interpretações de outrem que é o cientista. Deixa de ser ele, por Ele mesmo, para ser uma interpretação, uma leitura, uma observação ou um dado. Neste raciocínio, posso afirmar que é um Sujeito-Objeto ou, simplesmente, Objeto de Pesquisa. Agora, neste mesmo raciocínio, questiono-me se na literalidade, ou seja, nos registros de uma pesquisa, o que temos é realmente o Objeto, no sentido do Objeto em Si, pois, como já afirmei anteriormente, a letra é apenas um litoral entre o Simbólico e o Real (um signo), e o que resulta enquanto linguagem é uma substituição e um suplemento. Indo além, se o que eu literalizo como Objeto depende de uma validação pelo Método o que tenho não é o Objeto, A Coisa em Si, mas o Objeto pelo Método e não mais pelo Sujeito “Cientista”;³⁷ eis outro paradoxo.

O objeto é sempre uma construção do Sujeito, a partir dos patrimônios simbólicos, articulados por uma base epistemológica que é estética; de modo que o objeto, como parte integrante e integrada da realidade, é desde sempre perdido e irreduzível, ou mesmo inalcançável, como poderia dizer Lacan (*apud* SANTANA, 2012, p.76) é tudo aquilo que não cessa de não falar. Dizer que é um efeito do Método, ainda assim, é efeito do Sujeito simbólico, sendo que a Ciência não leva em consideração que o Método é operado pela subjetividade do Sujeito. É preciso colocar no Método o lugar que não engana, caso contrário como se chega à Verdade?

Após esta organização lógica, posso afirmar que, para ciência, o que se busca não é tratar da relação Sujeito e o Objeto, mas um de Método que não engane, que esgote o Sujeito e o Objeto pelo simbólico, pela linguagem, e que isso seja suficiente para transpor a realidade e dar sentido a ela.

³⁷ A rigor o que se tem é o Sujeito; a adjetivação é apenas para diferenciar o discurso e dar ênfase.

Todavia, o Sujeito inaugural da Ciência é o mesmo que está fora dela, no que diz respeito à produção de conhecimento. Desta forma, a anulação do Sujeito pela ciência se dá por um efeito lógico e não pelo Ato do Cientista que continua a ser singular e auto expressivo. A lógica de demarcação científica é que obtura o Sujeito ao crer que é possível chegar a uma verdade última, mesmo que apenas de um objeto da realidade. O problema-limite da ciência é querer chegar a partir de um Saber em um conhecimento delimitado que diga tudo. Como resultado, retira o Saber e entra o Conceito como Verdade, não mais como a formalização de um conhecimento possível sobre a realidade. A Ciência é Método. Sua presunção é a de que o Saber sobre a realidade, ou de parte dela, pode ser codificado pelo Método, supondo reduzir ao máximo a variação de sentido do simbolismo humano, através da estratégia de criação de um “simbólico menor” que é seu construto lógico. Mas, como diria Cassirer (2011) e, nesta mesma linha, Lyotard (1989), isto também não escapa da contingência da linguagem e não deixa de ser um jogo de linguagem, portanto, variando sempre, faltando em algum aspecto, posto que não pode se estender ao infinito, embora em sua finitude possa passar infinitas combinações no ponto em que um Sujeito aí se posiciona, como enunciação própria, com um sentido colocado aí por seu significante, sua razão de Ser, que é da ordem do Real, portanto, também não se reduzindo ao simbólico da linguagem.³⁸

Por isso, o cartesianismo e o positivismo operam uma lógica que quer neutralizar a ação da Subjetividade, na tentativa de fazer uma espécie de “asepsia na percepção” dos Sujeitos, para que ela não engane. Aqui, posso questionar: o que garante que o simbólico da lógica formal científica é mais verdadeiro que outras elaborações? A sua verdade não seria garantida ou reforçada apenas pela sua formalização e estruturação nos seus próprios critérios de validade? Por isso, entendo que existem várias lógicas convivendo, mas que nenhuma é capaz de esgotar a atribuição de sentido, mesmo porque o sentido “reside” no Ser (DERRIDA, 2002).

Sempre existirá algo na instância do Ser que não pode ser dito, mas que se apresenta enquanto Ato. O Saber não é elaboração cognitiva, pois é anterior a esta expressão. O Saber é ontológico e se expressa em Ato, podendo ou não se tornar consciente.³⁹ O Saber é Real, desta forma, há Saber no Inconsciente, o Saber é uma condição do humano de Saber-Ser. Tendo o Saber como o lugar da verdade do Sujeito. Mesmo que tente, algo sempre escapa na tentativa de conceituá-lo, ou melhor, a literalização de um sentido substitui/suplementa e não esgota o

³⁸ Contribuições da orientação, em 08 de dezembro de 2016.

³⁹ Articulado enquanto sentido simbólico.

Saber que só pode ser vivido pelo Sujeito. O Sujeito, por esta via de entendimento, assume uma posição metafórica entre a realidade e aquilo que ele sabe enquanto condição de Ser, o Real que pode ser vivido é sempre resvalante e “não cessa de não se escrever” (LACAN, 1992b). Desta forma, é pela via do Saber que acontece o Real Acesso à Informação, onde o Sujeito é Interoperativo em sua condição em atuar e atribuir sentidos.

Desta forma, o Olhar⁴⁰, Olhar pelo Saber, está para além de ver e enxergar como uma condição biológica, como um sistema sensorial; já Dizer o Objeto, enquanto Voz, está na condição de construir e constituir sentido. Assim, a Interoperatividade está para além de uma pretensa instituição da Coisa, está em um dinamismo para se chegar a um sentido para Coisa (ou acoisa). O Olhar/Escutar é significado pela Linguagem permitindo ao Sujeito atribuir sentido e, nesse processo, o Olhar apreende o significante que é “Interoperativizado” podendo se expressar como Voz (como fala; expressividade do Sujeito). O Olhar é sensibilizado por algo externo (signo), mas na verdade é operado pelo significante Sujeito. Esta é a ação do Interoperativizar, enquanto Significação e Nomeação.

Desta forma, defendo aqui que, mais do que um método, a questão desta pesquisa está atrelada a um Saber Olhar e Saber Dizer. Operando o sentido deste Olhar através de uma linguagem própria que, dentre outras coisas, expresse um Método Proposicional objetivando uma organização lógica de sentido.

Há uma Consustanciação⁴¹ deste Sujeito e sua Tese, com isso a Tese deixa de ser um Objeto produzido e passa a ser algo que é a própria pessoa, com seus desejos, sua falta, seu Real. Este algo é relativo, num segundo tempo ou noutro tempo, ao Saber Simbólico do Sujeito que também pode, a partir daí, gerar/criar/produzir conhecimento.

Por isso, defendo a produção de conhecimento como uma demarcação possível, um delineamento de sentido. O sentido não lida apenas com a estrutura linguística ou pragmáticas enunciativas. O sentido tem haver com o Real do Sujeito (Saber), que pode ser expresso através do ordenamento simbólico. O que eu chamo de Objeto é uma instância derivada do Sujeito. O Objeto é também uma escolha do desejo. Nós vemos através de estruturas que são

⁴⁰ A metáfora do Olhar/Escuta se refere à percepção psíquica do Sujeito.

⁴¹ Por ser uma criação (estética) do sujeito, algo dele enquanto substância está em sua escrita, em sua expressão de sentido. Como metáfora da Teologia, nomeação articulada a partir do diálogo de orientação.

nossas, mas as Coisas em Si não se reduzem a esta estrutura. Eu tenho um Olhar Lógico (*Logos* do Sujeito) que dá sentido simbólico A Coisa, atribuindo-lhe um sentido (acoisa), mas que não a esgota. O Método, sob esta perspectiva, opera como uma estrutura de organização de análise. Com isto, o Método não apreende a realidade, mas apenas organiza o pensamento do Sujeito atribuindo-lhe uma espécie de “didática da linguagem”. O Método poderia se referir a escritura da Coisa, a um dinamismo diferente no qual A Coisa é apreendida, mas não reduzida e nem abduzida no seu Real, pois são diferentes dinamismos relacionados: o da Coisa em Si; o da Coisa para Si ou por mim (acoisa); o da(s) relação(ões) que os articulam como sentido possível; o da Falta como móbil que as engendram enquanto linguagem (LIMA Jr., 2015).

O Sujeito é estruturado pela linguagem, mas a linguagem não o determina. Ele assume sua condição estética a partir de sua própria expressividade. Sua atuação, ato simbólico, se dá pela via da linguagem, mas a partir de um Saber singular. Ele se faz enquanto estrutura de linguagem, mas atua de forma livre dentro dos limites de sua falta. Assim, defendo que só pode existir uma “liberdade da informação” se o sujeito for livre para se expressar – para ser Voz –, mas isto dependerá do seu desejo.

2 A INTEROPERATIVIDADE COMO NOMEAÇÃO

Nesta seção, tratarei do termo *Interoperatividade* a partir de indícios historiográficos e conceituais dos termos *Interatividade* e *Interoperabilidade*, como fonte de referência, para melhor compreender a origem da *Nomeação* proposta dentro do meu percurso investigativo. Entendendo a *Nomeação* como uma *literalização* da unidade problemática em torno da *Noção* de *Interoperatividade*, sendo da ordem do impossível como um lugar conceitual e que só pode ser dinamizado por um Sujeito enquanto Subjetividade e Singularidade e que aqui articulo como um sentido possível.

Acredito que a demarcação da compreensão dos termos *Interatividade* e *Interoperabilidade* seja importante, pois a tentativa de fundamentá-los, enquanto conceitos, passou a ser bastante difundida e ampliada sob diversos enfoques após o advento da *Internet*.⁴² O problema é que quando algo passa a significar tantas coisas corre-se o risco de nada significar, perdido em uma abrangência de significações, pouco crítica e por vezes contraditória. Entretanto, para meu trabalho, se faz necessário uma demarcação dentro do *Lugar* de sentido assumido nesta obra, pois compreendo que esta escrita é dita em si mesma, mas também se dirige a um Objeto (Informação), no qual *Interopera* um sujeito próprio e, neste sentido, é necessário lembrar e abordar que como Significante a *Interoperatividade* desliza de um sujeito a outro.

Na busca de referências historiográficas para a palavra *Interatividade*,⁴³ de Alex Primo (2005),⁴⁴ menciona uma possível origem do termo, tomando como base os estudos da lingüística histórica de Jean Starobinski (2002).⁴⁵ A seguir, elaborei o Quadro 01, com informações resumidas, em relação a esta possível origem:

⁴² Rede que conecta computadores que codificam e decodificam informação através de código binário. Lembrando que a informação aqui é tratada como signo cujo sentido está no significante do sujeito.

⁴³ Artigo intitulado *Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador*. Facom/UFBA 2005. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/enfoques_desfoques.pdf

⁴⁴ Doutor em Informática na Educação (UFRGS). Defendeu em 2003 uma tese com o título: *Interação mediada pelo computador: a comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional*. Sua tese de doutorado foi premiada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e pela Sociedade Brasileira de Informática na Educação (SBIE).

⁴⁵ Doutor em medicina (psiquiatria) e letras. Foi linguista, filósofo e crítico literário e de artes plásticas.

Quadro 01 - Possível origem da palavra Interatividade, segundo Alex Primo, tomando como referência Jean Starobinski

Termo	País	Local	Tipo	Ano	Sentido
Interaction	Estados Unidos	Oxford English Dictionary	Substantivo Neologismo	1832	[Ação ou influência recíproca]*
Interact	Estados Unidos	Oxford English Dictionary	Verbo	1839	Agir reciprocamente
Interaction	França	[Dictionnaires de français Larousse]*	Substantivo Neologismo	1867	Interdependência

* Informações adicionadas pelo autor desta Tese.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Ainda nesta perspectiva de "verossimilhança", a pesquisadora Suely Dadalti Fragoso (2001),⁴⁶ no seu artigo intitulado "De interações e interatividade"⁴⁷ menciona que a palavra interatividade, no âmbito da computação, é derivada do neologismo inglês *interactivity* e foi cunhada para denominar uma qualidade específica da chamada computação interativa (*interactive computing*), em 1860.

Por outro lado, para o sociólogo Marco Silva,⁴⁸ quando escreveu o livro Sala de aula interativa (2000), concluiu que a precisão sobre a origem do termo linguístico interação está perdido e que o termo interatividade surge entre os anos 60 e 70.

Mais do que localizar a origem da palavra, no esforço de encontrar as razões linguísticas que as formaram, procuro outro sentido, relacionado com o que esta idéia pode evocar em mim, porquanto é, antes de tudo, um significante para mim. Não foi à toa que cheguei a uma pesquisa de doutorado que traz este processo como um dos aspectos da investigação. O desejo que me moveu a tal investimento tem relação com um significante que me mobilizou nesta direção.

⁴⁶ Ph.D. em Comunicação pelo Institute of Communications Studies, The University of Leeds (1998) e Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.miniwebcursos.com.br/artigos/PDF/interatividade.pdf>

⁴⁸ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Título da tese de doutorado: Comunicação interativa e educação (1999).

Com efeito, o que importa aqui é demonstrar o resvalamento na tentativa de apontar a origem de um Signo, ou nascimento de uma palavra, principalmente porque o sentido último pertence ao Sujeito. Mesmo que se localize uma data de fundação etimológica, o nomeado não funda A Coisa, apenas refere-se a ela. É importante demarcar esta contextualização conceitual, até mesmo para comprovar que ela mesma tem furos, porque não diz e não explica tudo, do contrário não poderia ter variado ao longo de algumas décadas. Neste sentido, o resvalamento do esforço conceitual de aprisionar uma verdade sobre este processo-objeto aponta para o fato de que seu dinamismo semântico se dá pelos sentidos possíveis que os sujeitos vão colocando aí, os quais num segundo momento vão sendo inventariados em termos culturais, sociais, pragmáticos, ideológicos, etc. Escrever tais significados não os torna menos dinâmicos e nem menos resvalantes, a despeito da pretensão da invenção do texto escrito de tornar o Acesso à Coisa independente de seu contexto social e histórico de origem. Mas, tudo se dá, com muito mais razão, no dizer de Derrida (2001), por um resvalamento estrutural da própria condição da escrita. Esta outra ordem de formalização simbólica, se assim o posso dizer, instaura um duplo resvalamento simbólico, de modo que podemos retomar o que está suposto desde sempre como uma advertência sagrada “a letra mata, mas o espírito vivifica”.⁴⁹ Assim, o texto escrito produz a “morte”, mas é necessário que assim seja, porque a vida é do sujeito e coincide com o sentido que ele pode criar a todo momento onde algum sentido lhe falta. Derrida (1973) dirá, com os escolásticos, que a sede do sentido do texto escrito é o ser. Em seguida, uma contextualização que exemplifica esta variação e o limite da busca conceitual.

Partindo de outra possibilidade de significação, não mais a *verossimilhança*, busquei também identificar o sentido conceitual assumido pelo termo no discurso científico, com isso percebi uma polissemia que varia dependendo da área de estudo, como demonstro no Quadro 02, a seguir:

Quadro 02 – Polissemia do termo Interação em diferentes áreas científicas

Ciência	Sentido aplicado*
Física	Interação física da matéria.
Sociologia	Interacionismo simbólico: sociedade construída de interações simbolicamente mediadas (George Mead);

⁴⁹ Refiro-me à passagem bíblica *Coríntios* 3:6.

	Interação social; influencia da sociedade no indivíduo; Interação simbólica, uma das correntes de pensamento microsociológico; Interação cultural, conceito histórico sobre as alterações socioeconômicas.
Geografia	Relação entre elementos da natureza (sociedade e espaço a partir de uma perspectiva de tempo-espaço)
Biologia	Interação fauna-flora (herbivoria, polinização) Interação fauna-fauna (carnivoria), mutualismo Interação biológica dos seres vivos entre si ou com o seu meio ambiente.
Bioquímica	Interação alostérica (enzimas reguladas por modificações não-covalentes), uma mudança estrutural das proteínas.
Estatística	Interação como modelo estatístico em que o efeito de duas ou mais variáveis não é simplesmente aditivo.
Matemática	Interação como lógica utilizada na análise de dados e em modelos de regressão múltipla.
Farmacologia	Interações farmacológicas correspondente à alteração do efeito de um fármaco por ação de outro.
Química	Interações intermoleculares

* Interação é vista para algumas áreas científicas como as relações e influências mútuas entre dois ou mais fatores.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Vê-se no quadro acima uma variação de sentido que não esgota o termo em si, ou seja, a quantidade de conceitos não satura o sentido do Objeto (Coisa simbólica). Por isso, independente da quantidade de sentido simbólico articulado, o termo *Interatividade* só terá sentido para o Sujeito, em um dinamismo de algo que sempre escapa. Por isso, toda relação com Objeto (Informação) é dinâmica, pois ela é relativizada de Sujeito a Sujeito. A quantidade simbólica como conceito também não dá conta de um sentido determinante para o termo.

Ainda como possibilidade, outro aspecto importante que contribui para nossa observação é como os termos interação e interatividade são usados, indiscriminadamente, como sinônimos de outras palavras no *marketing* de produtos. Para facilitar o entendimento, elaboramos um Quadro (número 03) com algumas aplicações:

Quadro 03 – Sentido comercial usado para as palavras interação e interatividade

Sinônimo de	Aplicação
Reação	Exemplo do uso do videogame Atari – um comando provoca uma alteração no programa
Intervenção	Exemplo do “zapear” - mudar de canal na televisão
Sincronismo	Exemplo da Sky (empresa de canais fechados) - suas múltiplas funções de controle são anunciadas como interação.
Simulação	Exemplo do Xbox - videogames com múltiplos comandos simultâneos
Participação	Exemplo programa de TV denominado Você Decide (Rede Globo 1992-2000) – uso de outros recursos simultâneos, no caso, tv e telefone
Participação	Exemplo de alguns programas de rádio
Bidirecionalidade	Exemplo de alguns programas multimídia
Propulsão	Tênis Adidas – Sistema de amortecimento do tênis anunciado como: Adidas <i>Interactive</i>
Conectividade	Exemplo de programas de conversação pela internet.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Percebemos que o uso indiscriminado, no sentido comercial, gera uma falta de precisão na aplicação do termo. O importante aqui não é concordar ou discordar com a aplicação, mas entender que seu uso relaciona-se com a intencionalidade de uma mensagem "secundária" de que algo interativo agrega valor simbólico e, por consequência, aconteça um maior consumo do produto “interativo”.

Diante desta polissemia, como alternativa aos sentidos de *verossimilhança* citados pelos pesquisadores, polissêmicos da ciência e aos jargões do marketing comercial, busquei outro *Lugar de Sentido* para demarcar a *Posição* que assumirei nesta obra como *Noção* para o termo *Interatividade*. Como referencialidade, voltei-me para o possível radical originário do *Latim*. Referenciei em meus estudos o trabalho do Professor Linguista e Etimólogo Mário Eduardo

Viaro (2016), a partir do seu entendimento e cuidado em lidar com a origem das palavras a partir da pesquisa etimológica. Segundo ele,

O trabalho do etimólogo requer um exercício constante de pesquisa, envolvendo **basicamente** algumas tarefas: (1) a localização das primeiras ocorrências das palavras investigadas em textos (*terminus a quo*); (2) a elaboração de hipóteses sobre como foi a transmissão dessa palavra ao longo do tempo (estabelecimento de um étimo); (3) a eventual reconstrução de fases não-documentadas com base nas características linguísticas das épocas que constituem o intervalo histórico entre o étimo e a palavra investigada (história da palavra). Para determinação do étimo, é preciso além de uma hipótese verossímil, a delimitação de uma sincronia. Uma palavra de origem latina pode ser uma herança ou um empréstimo culto. (VIARO, 2016, p. 1).

A partir desta referência e entendendo não ser necessário refazer o percurso historiográfico da etimologia do termo, mesmo porque no Brasil temos estudiosos cujas obras são de grande valor de pesquisa sobre o campo como, por exemplo, Mário Eduardo Viaro, Antonio Geraldo da Cunha e Theodoro Henrique Maurer Jr. Entretanto, busquei no *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, coordenado por Cunha (1982), a possível origem da palavra interatividade que, segundo este autor, surge a partir da expressão *Interagere* sendo, morfologicamente, formada por outros termos do *Latim*, conforme demonstro na figura 1 a seguir:

Esquema 01 - Construção sintática da palavra latina Inter+Agere ou Inter+Actio



Referência: Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa

Inter - prefixo derivado do Latim que significa entre; no meio de; usado normalmente na formação de verbos, substantivos e adjetivos e que, na Língua Portuguesa, mantém seu sentido inalterado.

Agere no sentido de Ação – deriva do Latim actio-onis, deduzido do participio de atus, da primeira conjugação, e significa atuação; ato; efeito; obra.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Percebemos que a presença do prefixo *Inter* na palavra em questão traz consigo o “por em comum”, uma inter-relação posta para a palavra *Agere*. Temos então uma “ação entre entes”;

uma relação bidirecional entre agentes; uma ação mútua. Sendo assim, sem mais delongas, defendo como Noção para o termo Interatividade a ação entre Sujeitos, ação mútua, ou melhor, *uma Consignação entre Sujeitos*. Por este motivo, restringi em compreender Interatividade como uma ação dialógica entre Sujeitos, não temporal em seu sentido cronológico, que pode ocorrer de maneira direta ou indireta, ou seja, com uso ou não de suportes tecnológicos, desta forma o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro e estas relações são mediadas por sistemas simbólicos (VYGOTSKY, 1991).

Depois de "Posicionar" o sentido que compreendo Interatividade, tratarei agora o termo *Interoperabilidade*, entendendo que este volta sua atenção para a dimensão técnica do desenvolvimento dos sistemas computacionais, buscando garantir que dois ou mais sistemas possam operar em conjunto, intercambiando dados sem que se comprometa o funcionamento das ferramentas integradas e as informações que são permutadas. Ou ainda, segundo o Portal do Governo Eletrônico Brasileiro (2016), a

interoperabilidade pode ser entendida como uma característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar) de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente. (BRASIL, Governo Eletrônico. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/interoperabilidade>>. Acesso em 3 de julho de 2017).

No entanto, no cenário do debate sobre a *Interoperabilidade*, é comum o perfil do cidadão surgir na condição de “usuário” e, assim, se ver reduzido a um “interator” que frequentará os sistemas a partir de roteiros e escaninhos pré-definidos pelos seus desenvolvedores.

Apontando perspectiva diferente, a **Interoperatividade**⁵⁰ parte do pressuposto de que tal ideia de controle – do uso dos instrumentos tecnológicos – constitui uma ilusão do ponto de vista da história da cultura material humana, mesmo porque esta é uma condição do Sujeito. Afinal, se pusermos em revista esta grande narrativa, veremos que a subversão de suportes técnicos, sua reconfiguração, é fenômeno frequente e antigo – nada resiste à recriação e à ressignificação do homem; ele *interage* dessa forma. **Sistemas podem ser interoperabilizados, mas Sujeitos são Interoperativos.**

⁵⁰ Este termo apareceu, pela primeira vez, na minha dissertação de Mestrado apresentada ao Gestec. Dissertação recomendada pela banca para que fosse dado continuidade aos estudos e que resultou no projeto de pesquisa aprovado pelo PPGEduc. Onde hoje se apresenta como Objeto desta Tese. Este capítulo seguirá como uma revisão e ampliação da dissertação defendida em 2011 com ênfase na noção proposta para o termo *Interoperatividade*.

Por esse motivo, o termo *Interoperabilidade* situa-se em um campo diferente do que proponho discutir. Entendo que a **Interoperatividade** assume um “caráter não instrumental da tecnologia” (PRETTO, 2000), pois é uma articulação que acontece no Sujeito (Subjetivo), divergindo de uma compreensão de base material, ou aparato maquínico (LIMA JR, 2005), não se refere a um sentido mecânico, conceituado a partir da ideia de produtividade, mediação instrumental ou ação pré-definida. Sendo a tecnologia nesta perspectiva um processo inerente ao humano, não devemos estar limitados a uma compreensão de assimilação e reprodução de fazer pré-determinados e definitivos. Sendo este

um processo criativo através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais, ou os cria a partir do que está disponível na natureza e no seu contexto vivencial, a fim de encontrar respostas para os problemas de seu contexto, superando-os (LIMA JR., 2005, p. 34).

Um bom exemplo é que no nosso Grupo de Pesquisas,⁵¹ discutimos possíveis compreensões relacionadas à tecnologia, mas consideramos os processos tecnológicos princípios criativos e transformativos, materiais-simbólicos constituintes da condição humana sendo gênese das expressões tecnológicas, bem como dos potenciais de mudanças qualitativas que representam para os processos humanos.

Não se trata aqui de uma discussão ou disputa por significações de termos, de quem chega a um sentido mais verdadeiro, mas de *Noções e Posições*, ou melhor, de uma Literalidade do Lugar de Sentido que assumo. Por isso, não se pode limitar a análise do Objeto apenas a uma perspectiva linguística ou conceitual. É preciso analisar, com certa objetividade, criatividade e criticidade, questões que nos são apresentadas, questões que refletem problemas que todos nós enfrentamos em nosso existir material. “A tecnologia não é uma agência neutra que pode ser posta em funcionamento e paralisada a bel-prazer; ela tem um impulso interior que lhe é próprio” (KNELLER, 1980, p.259), ou melhor, próprio da condição humana. A compreensão de tecnologia induzida pelas

⁵¹ Grupo de Pesquisas TECINTED - Visa compreender as dinâmicas relacionais entre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a Educação. Tem como fulcro para suas elaborações, criações, aprofundamentos, pesquisas e intervenção técnico-profissional, a abordagem epistemológica anárquica, proposicional e hipertextual, e a perspectiva histórico-antropológica da Tecnologia, enquanto *Techné* e *Tecnogênese*, que tem na condição humana material e simbólica o termo para as expressões tecnológicas em diferentes contextos sociais, históricos e culturais, educacionais, formativos e pedagógicos. Acentua os processos humanos criativos e transformativos, geradores de bases materiais e simbólicas, pragmáticas e modos operativos, racionalidades e lógicas instrumentais e estruturantes, consubstanciados nos princípios de relatividade, contextualização, diferença e singularidade.

[...] tecnociências, ao mesmo tempo em que nos instrumentalizam perante o mundo e o meio circundante, de igual modo nos tornam dependentes e absorptos em suas próprias lógicas estruturantes, irrevogavelmente técnicas, reformando o nosso próprio estatuto diante do mundo e do universo. (QUARESMA, 2013, p.22).

Enfocando dimensão de caráter não menos negativo do progresso técnico, Boneti reconhecera nos avanços científicos a condução de uma mão invisível⁵², a serviço do capital, que operaria, sobretudo, visando a manutenção de uma atmosfera de dominação da população:

o caráter ideológico do progresso técnico é perfeitamente perceptível ao se associar o conceito de racionalidade à forma capitalista da atividade econômica, entendendo-a como um conjunto de procedimentos visando um fim econômico. A partir desta concepção, a racionalização não apenas consiste na escolha adequada das tecnologias e demais estratégias para transformação dos sistemas econômicos, mas significa também a adoção de procedimentos tecnológicos e metodológicos de dominação (BONETI, 2006, p.85).

Ainda para Boneti (2006, p.77), a técnica, operando como “fonte paradigmática na elaboração e efetivação das políticas públicas”, serviria a “uma ordem vigente, uma ordem legal, econômica, social que se diz representante da racionalidade, como analisa Touraine (2002), chamada por ele de ordem de poder”.⁵³ Esta ordem de poder “se diz portadora da racionalidade pelo fato de agir em conformidade com parâmetros convencionais regidos pelos rigores ditos científicos” (BONETI, 2006, p.77). Servindo à lógica de uma “racionalidade única e universal”, esta ordem serve como instrumento, ainda segundo Boneti (2006) e concordando com ele, para uma clivagem entre os sujeitos que se incluem nos grupos dominantes e aqueles que, fora destes grupamentos ou castas, vivem à margem da partilha do poder e do capital. Assim, para a ordem vigente, “a diferença é no mínimo indiferente, ou ainda inconveniente” (BONETI, 2006, p.77-78). Por conseguinte, a “tentativa da ordem do poder nunca é a do reconhecimento da diferença como a relativização da verdade, mas sempre a de considerar o ‘fora’ e procurar integrá-la ‘dentro’” (BONETI, 2006, p. 78). *Estar dentro*, neste sentido, quer dizer estar incluído como igual e não como diferente.

Entretanto, entendo que, melhor seria estar participando de modo real, literal, respeitadas as diferenças e singularidades, posto que as diferenças são irreduzíveis entre si. Neste sentido,

⁵² Termo originalmente introduzido por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* se referindo ao modo de funcionamento da Economia de Mercado, que mesmo não tendo uma entidade coordenadora, a organização e objetivos dos indivíduos parecem resultar numa determinada ordem.

⁵³ Acredito que Boneti refere-se, aqui, a Alain Touraine em seu livro *Crítica da modernidade*.

não há igualdade, mas respeito à dignidade de cada singularidade. A igualdade, nas entrelinhas, supõe operar com a identidade e, em termos políticos e sociais, justificará algum tipo de hegemonia e pasteurização.

Afinal, por trás das técnicas, “agem e reagem idéias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade”, nos adverte Lévy (1999, p.24).

Esta nossa digressão permite-nos propor um cuidado maior com a pretensão de conceituar, pois a pretensão de atribuir significados ao signo tem caráter ideológico.

Ser *Interoperativo*, como propomos, está em consonância com a provocação de Buber (1991) enquanto amostra lapidar desta concepção, visto que

Todos os entes na natureza são colocados em um estar-com-outros, e em cada vivo isto se realiza como percepção do outro e a ação no outro. Porém é característico do homem que um possa sempre perceber o outro como existente face a face [...]. Por causa desta característica reservada a ele, o homem não é meramente como uma espécie a mais entre as espécies – apenas muito mais multiplamente equipada – mas sim como uma esfera especial que ingressou no ser. **Pois, aqui, e dentro do que chamamos mundo, apenas aqui, consuma-se com inteira realidade o encontro do um com o outro. [...] Onde este, o ser mesmo que está voltado face a face, não é vivenciado, o homem como esfera ainda não está realizado. O humano significa a eterna consumação daquele encontro, que está fundado no ser no mundo** (BUBER, 1991, p.60-61, grifo nosso).

Interoperativizamos, como Sujeitos, recursos simbólicos o tempo todo através da linguagem, informações percebidas nos mais diversos meios. O que os sistemas computacionais pretendem alcançar, enquanto solução técnica, já é algo da constituição do humano, que usa, ou não, informações (signos) das mais diversas bases, no entanto não podemos ser ingênuos acreditando que apenas matematizamos informações que nos são acessíveis, quando estão acessíveis, pois algo está na ordem do Saber, do Desejo, da Criação, da *Interoperatividade* como condição do Sujeito em articular e atribuir sentido. A *Interoperatividade*, nesta compreensão, também está na *ordem o impossível do simbólico*, e parafraseando Lacan (1998), organiza-se e evolui com o resvalamento estrutural linguístico e com o sentido que se articula enquanto uma cadeia de significantes do Sujeito, portanto, enquanto relatividade do que pode ser escrito como litoraneidade, o que só é acessado e/ou atuado pelo Saber do

Sujeito em seu *Logos*, consignado Saber relativo à Coisa da Realidade e Saber relativo ao Dinamismo Simbólico da formalização deslocada e reduzida do texto.

Entretanto, com o advento da escrita, a busca de legitimação e da validade científica assume diferentes proporções e dimensões, gerando especificidades em um horizonte mais amplo do movimento do pensamento humano e da razão, da racionalidade, como um desdobramento material humano. Visto que a informação em seus suportes linguísticos, pragmáticos e tecnológicos, também funciona ao modo de arquivos dispostos para o Sujeito, mas, a condição qualitativa do acesso ou de sua democratização lida com esta condição *Interoperativa* do Sujeito.

Deste amplo modo, toda *Interoperatividade*, toda *Governança*, toda *Democratização da Informação* só se dá como ato criador, como criação, visto que tem relação fundamental com o ato de singularização e subjetivação que o sujeito pode fazer, entretanto isto não impede a Nomeação, mas relativiza enquanto criação eterna.

3 O IMPOSSÍVEL DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Na minha ação investigativa compreendo a pesquisa não como a busca de uma resposta⁵⁴ para um problema, mas a trato como um processo e uma dinâmica interrogativa sobre aspectos da realidade que estão relacionados a Coisas e Sujeitos Neste sentido, o texto é uma *literalização* que produzo para tratar de Signos que são ordenados em um sentido possível. Organização lógica de unidades de sentido possível. Desta forma, como recorte, faço uma abordagem, através de uma perspectiva humanística, do que pode ser nomeado como Real Acesso à Informação e de sua relação com a condição Interoperativa dos Sujeitos. Quando digo *humanístico* não me refiro, portanto, aos possíveis registros de uma ciência humana, pois a gênese do humano, enquanto sentido, reside no Sujeito (Subjetivo) e não em um construto lógico que é externalizado a ele. Entretanto, um dos aspectos que defendo aqui é o potencial do progresso dos instrumentos de comunicação na ampliação e na disponibilização da informação (signos). Para tanto, as pessoas devem elaborar, por si mesmas, suas próprias questões e problemas, assim, a chamada *Transparência da Informação* se limita em disponibilizar o acesso à massa de dados; e a *Interoperatividade* tratar-se-á de uma articulação de sentido que acontece no Sujeito e pelo Sujeito. Acredito que o uso da internet, enquanto instrumento, facilita o acesso à diversidade de conteúdo, porém, é o *Saber* que articula o sentido de “existencialidade”, resultando na diversidade manifestada dinamicamente na singularidade de cada um de nós.

Ainda tomando como referência os instrumentos de comunicação, posso indagar como era a amplitude informacional antes da imprensa, do telégrafo, do telefone, do rádio ou da televisão? Por isso, entendo que hoje a diversidade de conteúdos, textos, imagens, áudios e vídeos, através da internet, ampliam ainda mais as possibilidades de investigação. No entanto, depende dos Sujeitos o sentido que se dará a isto. Desse modo, a *Interoperatividade* assume-se uma condição para *consignação* realizada pelos sujeitos e entre os sujeitos, tomando a informação, com seus signos e significados (ideologias), como um meio do processo comunicativo, mas não um fim. Referenciando Derrida (2001), defendo que:

Por consignação, não entendemos apenas, no sentido corrente desta palavra, o fato de designar uma residência ou confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de consignar reunindo os signos. Não é apenas a *consignatio* tradicional, a saber, a prova escrita, mas aquilo que toda e qualquer *consignatio* supõe de entrada. A consignação tende a coordenar um

⁵⁴ No sentido final, acabado, pronto. Não é resposta, mas é um sentido possível.

único corpus em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal (DERRIDA, 2001, p. 14, grifos do autor).

A consignação está nesta passagem do significante para expressividade simbólica que o Sujeito realiza, da enunciação para o enunciado, mas também, já como minha contribuição original, ela está na Voz/Escuta de um sujeito e na Escuta/Voz do outro, um Saber que, mesmo ainda não residindo no dito ou no escrito, já existe e encontra um lugar no simbólico como expressão possível onde é consignado, por isso a *Interoperatividade* é uma condição do ser Sujeito em articular e atribuir sentido.

No dilúvio de informações, cada um de nós seleciona e significa o que lhe toca enquanto objeto de desejo. No entanto, este dilúvio informacional é angustiante, pois nos coloca diante de possibilidades de escolha, o que resulta em uma *Escritura* (que não é mera escrita) que só o Sujeito pode fazer por ele mesmo. Todavia, pelas palavras de Derrida (2002),

Se a angústia da escritura não é, não deve ser um *pathos* determinado, é porque não é essencialmente uma modificação ou um afeto empírico do escritor, mas a responsabilidade desta angústia, dessa passagem necessariamente estreita da palavra na qual as significações possíveis se empurram e mutuamente se detêm. Mutuamente se detêm mas atraem-se também, provocam-se, imprevisivelmente e como que contra vontade minha, numa espécie de sobrecompossibilidade autônoma das significações, poder de equívocidade pura perante a qual a criatividade do Deus clássico ainda parece demasiado pobre. Falar mete-me medo porque nunca dizendo o suficiente, sempre digo também demasiado (DERRIDA, 2002, p. 21).

Neste sentido, nos cabe reunir significações, organizar constâncias, estruturar correspondências, valorar aspectos e nos implicar em atribuir sentido, pois toda escolha é uma escolha de valor, cujo sentido, como já o disse, está no Sujeito. Não cabendo esta responsabilidade ao Outro, seja grande ou pequena mídia, partido ou igreja, Estado ou chefe imediato – pai ou mãe – cabe a nós mesmos dar um sentido, assumindo nosso lugar de verdade que só se dá pela implicação. Entendendo a verdade como um esforço do pensamento em dar sentido, sendo assim, uma maneira de interrogarmos a realidade onde cada Sujeito encontrará sua resposta pontual, mas não definitiva, porque o pensamento não é, de início, linguagem. Por isso, o que obtemos como resposta sempre será uma resposta, um caminho possível que é vivido por cada um. A Verdade, desta forma, não poderá ser estabelecida como um conteúdo externo ou um dogma de normas existenciais. O sentido, enquanto significante, depende de nós e não do outro, devemos assim assumir nosso lugar de Voz que é, também, de Escuta. Por este motivo, é “preciso, por precaução moral ou estética, proteger a existência

subjetiva, a originalidade da obra ou a singularidade do belo contra as violências do conceito” (DERRIDA, 2002, p.256). Por isto, a minha busca por uma via de sentido não mais conceitual, como já afirmei, para que minha *Palavra* e minha *Escritura*

sejam sempre incofessadamente tiradas de uma leitura, tal é o roubo originário, o furto mais arcaico que ao mesmo tempo me esconde e me sutaliza o meu poder inaugurante. O espírito sutaliza. A palavra proferida ou inscrita, a letra, é sempre roubada. Sempre roubada. Sempre roubada porque sempre aberta. Nunca é própria do seu autor ou do seu destinatário e faz parte da sua natureza jamais seguir o trajeto que leva de um sujeito próprio a um sujeito próprio. O que significa reconhecer como sua historicidade a autonomia do significante que antes de mim diz sozinho mais do que eu julgo querer dizer e em relação ao qual o meu querer dizer, sofrendo em vez de agir, se acha em carência, se inscreve, diríamos nós, como passivo. (DERRIDA, 2002, p. 262).

Assim, continuarei defendendo que é uma escolha achar que alguma instituição ou pessoa detém o sentido daquilo que somos, apenas para evitar assumir nossas responsabilidades, ou para escapar da angústia do Ser. Por exemplo, no Brasil, durante décadas uma única emissora de televisão ocupou um monopólio de audiência, monopólio que, hoje, ainda se mantém, mesmo que dividindo pontualmente seu lugar de audiência com programas de outras emissoras. Um processo alienante e de dominação ideológica, reconheço, pois sua ação forja um lugar imaginário fortalecido pelo acesso restrito a educação emancipatória, mas não se trata apenas disso, pois de alguma forma os Sujeitos também abdicam do seu lugar de Voz – novamente defendendo que a responsabilidade maior não é do Outro, mas do outro por Nós.

É certo que pela alienação ideológica temos uma bipolarização ou até uma multipolarização de sentidos, que apenas adjetivam, em uma disputa por um lugar de verdade externa aos Sujeitos. Não devemos projetar nas instituições aquilo que é nossa responsabilidade Ser e Viver. No momento que rotulo, deixo de pensar o Sujeito como subjetivo/orgânico/ singular, ampliando o ruído na minha Escuta diante da Voz do outro.

A proposta não é polarizar, mas assumir o que é, por essência, singular. Na busca por atribuir sentido, não podemos esquecer que se as perguntas estão no Sujeito, todas os sentidos possíveis também estarão, a partir de sua relação com a Realidade e de como significamos ela. Desta forma, o que resulta enquanto minha pesquisa não é uma resposta, mas questionamentos e provocações que só podem ser respondidos por cada um. Resulta ainda, mas não só, uma elaboração pessoal, singular, uma voz significativa e significante, a qual, por si mesma e pela sua natureza subjetiva, supõe poder ser “vista e escutada” para que seja

consignada com um outro diferente de mim. Por isso, o resultado das criações humanas deixam de ser conceituais e voltam a ser entendidas como possíveis percepções estéticas sobre a realidade, cujo acesso se dá pela via do Saber. O problema é que, muitas vezes, quero fazer uma escolha sem pagar o ônus da angústia, por isso, aponto para a escolha do outro, para ter quem culpar caso isso fracasse.

Informar-se – enquanto ampliação do arcabouço simbólico – é uma condição para alargar o sentido que dou a mim mesmo e me libertar das identidades sociais, um Informar-se que é potencializado através dos instrumentos de comunicação. Em certo sentido, a existência só está no humano através da linguagem, a existência enquanto real do sujeito e não enquanto Realidade, pois esta sempre estará perdida enquanto A Coisa em Si. Por isso, este texto, ou esta *literalização* pretendida, compreende e versa sobre a questão da informação como “arquivo dinâmico” (DERRIDA, 2002), que supõe a condição de significação e enunciação do Sujeito – e de consignação pelo sujeito e consignação entre sujeitos – para poder operá-la, atuá-la, deslocá-la ou deslizá-la para um sentido próprio. Isto é o resvalamento do processo da *interoperatividade informacional*, visto que a informação em seus suportes linguísticos, pragmáticos e tecnológicos, também funciona ao modo de arquivos dispostos para o Sujeito. Mas, a condição qualitativa do acesso ou de sua democratização esbarra nesta condição do Sujeito, ou seja, em um impossível conceitual como pretendido pela ciência. O erro está em uma pretensão existencialista⁵⁵ da Coisa, em buscar regras universais, pois pressupõe que existe um ponto em que todos se encontrarão. O sentido aqui se trata de uma busca singular que é dinâmica, pois se reinscreve o tempo todo. Neste entendimento, a “totalização pode ser considerada impossível no estilo clássico: evoca-se então o esforço empírico de um sujeito ou de um discurso finito correndo em vão atrás de uma riqueza infinita que jamais poderá dominar. Há demasiado e mais do que se pode dizer” (DERRIDA, 2002, p.421).

O que se acessa é a informação como um enunciado (signo) e não como uma enunciação (significante), pois esta acontece no dinamismo do Sujeito. O signo tenta dar conta de uma “suplementaridade da Coisa”, uma substituição por não ser mais A Coisa em Si. Como diz Derrida (2002), este dinamismo funciona como um jogo,

permitido pela falta, pela ausência de centro ou de origem, é o movimento da suplementariedade. Não se pode determinar o centro e esgotar a totalização porque o signo que substitui o centro, que o supre, que ocupa o seu lugar na sua ausência, esse signo acrescenta-se, vem a mais, como suplemento. O

⁵⁵ No sentido de um esgotamento através do simbólico e assim ser representada em absoluto.

movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado (DERRIDA, 2002, p.245).

Por isso, o impossível está em atingir o “Ser da Coisa”, pois a informação sempre será uma metáfora da Coisa em Si. Neste deslocamento metafórico da Coisa para linguagem, há sempre uma falta intransponível. Por haver esta falta intransponível é que o Sujeito poderá, ali, atuar e fazer sua *Escritura* disto, por que a *Escritura* “excede o *logos* (do sentido, do senhorio, da presença etc.)” (DERRIDA, 2002, p. 390). Com isso, não existe um centro que fixe o conceito, “pois aqui se descobriu é que não há núcleo, sons, átomos conceitual, mas que o conceito se produz no tecido das diferenças” (DERRIDA, 2002, p390). Um eterno arquivo dinâmico. O sentido de Arquivo Dinâmico a que me refiro vem de uma provocação que tive a partir da leitura do livro *Mal de Arquivo* de Derrida (2001). Onde compreendi (no sentido metafórico) que devemos ser *arcontes*⁵⁶ da informação que se apresenta em uma residência que agora, como exemplo, pode ser acessada de qualquer lugar e a qualquer tempo via *Internet*,⁵⁷ desde que suas “portas” estejam abertas, ou seja, que o arquivo/informação/signo esteja disponível. O domicílio do arquivo, que antes demandava um deslocamento do sujeito ao seu encontro, passa ocupar um lugar outro.

Todo arquivo é dinamizado, pois o sentido último está no sujeito e na sua forma singular de ser e dar sentido à coisa. Sendo a internet um repositório infinito de signos, um arquivo em si, ela condensa e amplia, através da digitalização da informação (no sentido do signo enquanto símbolo), em um único meio, diversos outros instrumentos comunicacionais que antes se encontravam separados. O que até então dependia de aparelhos (meios) diferentes para “transmitir/acessar”⁵⁸ como a impressa, o telégrafo, o rádio, o cinema, a televisão e a simulação tridimensional, agora, estão disponíveis em um único dispositivo. Assim, a internet se tornou o maior repositório simbólico humano, pois o que antes estava em substratos/meios físicos separados, agora, encontra-se disponível em um único instrumento que pode acessar a “nuvem”.⁵⁹ Por isso, computador/internet enquanto dispositivo alarga a possibilidade de

⁵⁶ Os arcontes foram os seus primeiros guardiões (do arquivo). Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei (Derrida 2001, p.12 – 13).

⁵⁷ Refiro-me à internet como esta “nuvem” de armazenamento simbólico que, enquanto instrumento, funciona através de conexão de unidades computacionais que codificam e decodificam informação através da lógica binária.

⁵⁸ No sentido instrumental, maquinico.

⁵⁹ Lugar-não-lugar onde a informação digital é armazenada.

“acesso” ao simbólico. As bases que nos servem como referência simbólica foram exponencialmente ampliadas com a aceleração do tempo de busca por conteúdos e com a coincidência do espaço de registro e armazenamento (nuvem).

Entretanto, o que a internet nos traz é a solução instantânea da disponibilidade de conteúdos, uma vez que reduz a procura temporal e as distâncias espaciais, por reduzir consideravelmente o obstáculo de limitações físicas, além de simplificar os mecanismos de localização da informação.

Todavia, Benjamim (1969), no seu tempo, nos alertou sobre a esperança ingênua depositada no potencial democrático da imprensa e da televisão nas mãos dos interesses capitalistas, pois sempre existe um risco de apropriação dos meios pelo poder econômico para atender interesses ideológicos. Dessa forma, porque seria diferente com o computador/internet?

No meu entendimento, os instrumentos com potencial comunicativo, desde a invenção da escrita, evoluíram muito, se acumularam e foram aprimorados ao longo dos séculos. Como já disse, foram criadas a escrita, a imprensa, o telegrafo, o rádio, o cinema, a simulação tridimensional e, hoje, o computador/internet, além das outras tecnologias derivadas a partir destas. No entanto, nada disso garante, enquanto instrumento, de que o impossível do real acesso à informação aconteça, por isso volto a defender que esta questão perpassa por uma condição interoperativa do sujeito. Lembrando que toda informação é um vazio.

Esta aceleração do acesso físico não garante uma aceleração das condições elaborativas do Sujeito, pois o tempo consciente e inconsciente está ligado a uma condição do tempo de Ser do Sujeito, que já não é cronológico, pois além de estar ligado a condições físico-biológicas está ligado a condições subjetivas que variam de sujeito a sujeito. Além disso, existe a necessidade de um esforço/trabalho elaborativo na seleção e na reflexão sobre o conteúdo que se apresenta. Existe sim, uma redução do tempo pela busca destes conteúdos (signos), mas cada sujeito tem o seu tempo para se apropriar disto enquanto significativo, caso contrário, corre-se o risco de que nossa resposta instantânea, ao utilizar tais instrumentos, opere apenas com a replicação de conteúdos em um reprodutivismo pouco crítico. Como se o que vem

rápido e de forma facilitada exigisse uma resposta sempre rápida. Toda informação, enquanto significativa, exige um tempo para o “trabalho”⁶⁰ de atribuir sentido.

3.1 A INFORMAÇÃO COMO SIGNO OU ORDENAMENTO DE SIGNOS

Esta seção secundária apresentará um esforço de problematização das questões que dão contornos ao que hoje pode ser denominado Informação, margeamento que nos serve para atribuir sentido para meu propósito de textualidade, que é articulado pela via do saber e que ao mesmo tempo assume uma formalização, sendo que o Saber e a pragmática da formalização estão relacionados de forma dinamizada, posto que não há separação entre o Saber e a formalização, mas há uma falta; um impossível nesta passagem.

Toda construção de sentido que tornar-se-á informação, em algum momento ou a todo momento, lida com aspectos históricos, filosóficos, sociais, econômicos, políticos, ideológicas e instrumentais, pois isto compõe uma realidade que o sujeito tem que lidar e significar.

Entendo a informação como uma construção simbólica que dependerá de convenções e de acordos lingüísticos, mas ela está para muito além deste aspecto formal. Não sendo a informação algo único e definitivo, mas uma configuração possível, um processo criativo, transitório, negociado, politizado, instrumentalizado e ideologicamente forjado, ou seja, complexo e como metáfora desta complexidade, podemos tomar como exemplo a seguinte passagem de Morin:

[...] uma tapeçaria contemporânea. Ela comporta fios de linho, de seda, de algodão e de lã de várias cores. Para conhecer esta tapeçaria seria interessante conhecer as leis e os princípios relativos a cada um desses tipos de fio. Entretanto, a soma dos conhecimentos sobre cada um desses tipos de fio componentes da tapeçaria é insuficiente para se conhecer esta nova realidade que é o tecido, isto é, as qualidades e propriedades próprias desta textura, como, além disso, é incapaz de nos ajudar a conhecer sua forma e sua configuração” (MORIN, 2007, p.85).

No entanto, a informação enquanto registro humano, uma vez tornada signo ou "tecido" de signos, opera como um arquivo e, por isso, sofre de um "mal" que é necessário e fundante, por isso devemos questionar

⁶⁰ Trabalho do pensamento. Tomo o trabalho como aquilo que é gozo e angústia. Em algum momento, ou a todo momento o trabalho intelectual lida com os limites simbólicos do sujeito, suportar a falta.

[...] a quem cabe, em última instância, a autoridade sobre a instituição do arquivo? Como fazer as correspondências entre o momento, o índice, a prova e o testemunho? Pensemos nos debates sobre todos os "reversionismos". Pensemos nos sismos da historiografia, nas reviravoltas técnicas do estabelecimento e do tratamento de tantos "dossiês" (DERRIDA, p.7, 2001).

A informação nos parece escapar para que seja sempre reinscrita ao situar-se na ordem da produção simbólica e de significados (ideologias⁶¹) como uma atualização que lhe atribui um sentido, mas o seu sentido real está no significante de cada Sujeito, onde ela é dinamizada, potencializada e reinscrita. Nomações e classificações assumidas como significados resvalam nas delimitações de seus marcos, pois estes também são manipulados como forma de poder. São diversos os exemplos que podemos encontrar nos livros sobre os registros das criações produzidas pelo homem. No entanto, estes registros estão em constante revisão, tendo em vista a criação de novas teorias, descobertas ou indícios.

Nada é menos garantido, nada é menos claro hoje em dia que a palavra arquivo [...]. Nada é tanta perturbação e nem mais perturbador. A perturbação do que é aqui perturbador é sem dúvida aquilo que perturba e turva a visão, o que impede o ver e o saber, mas é também a perturbação dos assuntos perturbantes e perturbadores, a perturbação dos segredos, dos complôs, da clandestinidade, das conjurações meio privadas, meio públicas, sempre no limite instável entre o público e o privado, entre a família, a sociedade e o Estado, entre a família e uma intimidade ainda mais privada que a família, entre si e si (DERRIDA, 2001, p.117).

Cabe, aqui, deslindar o aspecto político-ideológico da informação, quando esta é forjada com pretensões de significado e não mais assumida como significante. Deste modo, entendo a informação⁶² como uma convenção.⁶³ Como já afirmei anteriormente, a informação não é uma narrativa que esgota os fatos em si, mas preserva em si uma potência para ação de significar, uma interoperativização de significantes onde se manifesta uma intenção do Sujeito.

Esta minha desconfiança dos significados que definem objetos da realidade resulta em pensar os objetos numa importante, necessária e constante "significa-ação", ou melhor, como um processo de virtualização no sentido proposto por Levy (1996), sendo que

A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um

⁶¹ Venho tratando do significado como aquilo que serve a uma ideologia, pois entendo que é preciso acreditar que ele comporta uma verdade, que lhe pareça certa e não o engane. Um sistema de idéias que legitima uma forma de poder.

⁶² Aqui, diferencio a historiografia da História, sendo a primeira uma atualização e a segunda uma potência.

⁶³ Do latim *conventione*, significa um conjunto de acordos, padrões estipulados ou geralmente aceitos; uma espécie de normatização estabelecida entre os historiadores. Sendo a história uma atualização historiográfica.

deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade ("uma solução"), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num corpo problemático. Virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em promover uma mutação na entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida, como resposta a uma questão particular (LÉVY, 1996, p. 18-19).

Sendo assim, para responder à pergunta “O que é informação?”, devo questionar se pode a Informação ser um conceito historicamente definido, esgotado e universalmente aceito, com significado como esgotamento de sentido para Coisa em Si? Não seria a informação, enquanto signo, ou ordenamento de signos, um ato de criação que está na gênese da condição humana? Uma virtualidade (no sentido de potência) que é atuada pelos Sujeitos? Um ato criativo?

Percebo que antes do surgimento da escrita, e sua forma particular de registro, é difícil pensar em Informação como algo com significado, pois pela oralidade a forma de operar os signos era mais diretamente articulada pelo significante do sujeito. Nas culturas antigas,⁶⁴ de tradição oral os registros humanos operavam de forma diferente dos registros obtidos a partir da escrita. Nessas culturas, temos objeto do conhecimento, temos princípios, temos instrumentos, temos uma pragmática, temos formalidades, temos lógica, a partir dos quais são geradas racionalidades – temos signos – mas só a partir dos registros da escrita algo é fortalecido enquanto formalidade de referência conceitual (de significados). Assumo, desde já, a *referência escrita*⁶⁵ como um contorno fundamental à informação como é operada hoje, pois a linguagem escrita é uma tecnologia⁶⁶ estruturante para a evolução⁶⁷ humana. Entretanto,

Como e em que momento a linguagem se diversificou em idiomas, como e em que momento a linguagem auditiva se transformou em linguagem visual, com a invenção dos primeiros sistemas de escrita, são problemas até agora não resolvidos e que, segundo toda probabilidade, continuarão para sempre insolúveis (MARTINS, 2002, p.33).

⁶⁴ Antigo não é cronologicamente ultrapassado ou inexistente. Na contemporaneidade, convivemos com culturas denominadas antigas no seu modo de atuar, resistindo as interferências de culturas hegemônicas.

⁶⁵ Citações e referências bibliográficas orientam uma formalidade, um modo de produzir conhecimento, esperados para que uma escrita seja reconhecida como científica, assim estariam de acordo com padrões técnicos de órgãos regulamentadores. Formalidade que não seria possível sem a criação e desenvolvimento desta forma específica de escrita.

⁶⁶ Não se trata a tecnologia como aparatos instrumentais ou lógicos, mas como um princípio criativo e transformativo, material e simbólico constituinte da condição humana, bem como um potencial de mudanças qualitativas que representam para os processos sociais.

⁶⁷ Evolução no sentido de transformação como a passagem de um estágio para outro e que pode torna-lo, ou não, mais complexo. Não no sentido de maior, melhor, acima, mais potente no sentido do progresso positivista.

Alguns historiadores defendem que a escrita surgiu⁶⁸ entre 3.000 e 4.000 anos a.C., coincidindo, não por acaso, com o desenvolvimento de grandes civilizações, apesar de haver algumas divergências sobre esta precisão cronológica nas fontes pesquisadas,⁶⁹ precisão que, ao menos aqui, não é fundamental para o recorte temático de minha abordagem. Acredito que, com a permanência do homem em determinadas regiões, uma forma mais aprimorada de tecnologia de comunicação se fazia necessária, pois contribuía com as suas relações sociais e produtivas, no entanto “(...) a escrita, como todas as grandes descobertas, não foi inventada de uma vez só, mas empregou longos séculos para se produzir, se completar, se aperfeiçoar” (DE LA MARCHE apud MARTINS, 2002, p.34).

Na evolução da escrita, enquanto tecnologia, o pensamento que antes era expresso através da linguagem por gestos, sons e sinais, passa a ser representado, também, por signos visuais que pudessem ser marcados em substratos físicos. Esta inovação resulta na utilização dos mais variados desenhos em diferentes suportes materiais, sendo que muito pouco resistiu ao tempo, assim a historiografia tenta dar sentidos aos elos daquilo que não se apagou.

Entretanto, não há uma uniformidade planetária no desenvolvimento da escrita, pois, como criação humana, a escrita surge em diversas partes do globo com princípios lógicos distintos, a exemplo das regiões da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América Central. Os sistemas pictográficos⁷⁰ diferem dos ideográficos⁷¹ que diferem dos fonéticos,⁷² além destes serem utilizados de forma híbrida por diversas culturas com princípios lógicos distintos.

Para não me afastar muito do eixo temático que mais interessa à Tese, não irei me deter a um detalhamento de cada um dos sistemas de escrita, pois cada sistema inclui particularidades na

⁶⁸ Entendo que a escrita surgiu muito antes, no entanto neste período foram desenvolvidas formas muito mais complexas de escrita.

⁶⁹ A Aventura das línguas de Hans Joachim Störig, A palavra escrita de Wilson Martins e alguns sitios que constam nas referências.

⁷⁰ Pictograma - Onde os signos representam o objeto ou conceito por meio de um desenho e o desenho tenta preservar a forma do objeto. A escrita pictográfica serviu de base para os ideogramas da escrita cuneiforme e dos hieróglifos.

⁷¹ Ideograma - Em linhas gerais, para estes sistemas a forma do objeto não precisa obrigatoriamente interferir na forma do sinal que o representa (que inclui o Chinês, a escrita Cuneiforme e os hieróglifos)

⁷² Um passo de conseqüências incalculáveis foi dado quando o homem, na tarefa de fixar e de transmitir o pensamento, percebeu que lhe era possível substituir a imagem visual pela sonora, colocar o som onde até então tinha obstinadamente colocado a figura. Dessa forma, o sinal se libertaria completamente do objeto e a linguagem readquiriria a sua verdadeira natureza, que é oral. “Decompondo” o som das palavras, o homem percebeu que ele se reduzia a unidades justapostas, mais ou menos independentes uma das outras (enquanto som) e nitidamente diferenciáveis. (MARTINS, 2002, p.40)

sua forma de evolução dentro de cada civilização⁷³ e o “contato” entre estas civilizações derivam novas criações. Elos perdidos que tentam ser preenchidos pela historiografia que pesquisa e aborda a temática. Para este trabalho, o mais importante é **entender a escrita como uma tentativa dos Sujeitos de fixação e transmissão dos seus significantes, interoperativizados pelo pensamento, por meio de signos e significados**⁷⁴.

Assim, entendo a linguagem como uma condição da expressão humana, sendo ela (a linguagem) anterior à escrita. Na verdade, a escrita é uma tecnologia que serve a linguagem. Por exemplo: mesmo não sendo alfabetizado, desconhecendo uma língua ou possuindo alguma deficiência que dificulte ou impeça a escrita formal, ainda sim farei uso da linguagem enquanto condição/expressão. Uma criança primeiro aprende a ouvir, depois falar e só então é alfabetizada a escrever. Pois,

A linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos. É o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade, seus atos. Instrumento ao qual ele influencia, e é influenciado; a base mais profunda da sociedade humana (HJELMSLEV apud CHAUI, 2005, p. 172).

Supondo que estejamos diante de alguém que não fale nossa língua e desejamos manter uma comunicação, há uma tendência natural de gesticularmos e emitirmos sons para sermos compreendidos. No entanto foi

pelas mãos que se modelou a linguagem, a princípio vívida pelo corpo todo inteiro e mimada pelas danças. Para os usos correntes da vida, os gestos da mão lhe deram impulso, contribuíram a articulá-la, a separar-lhe os elementos, a isolá-los num vasto sincretismo sonoro, a ritmá-la e, mesmo, a colorir-la de sutis inflexões. Dessa mímica da palavra, dessas trocas entre a voz e as mãos, resta alguma coisa no que os antigos chamavam a ação oratória (FOCILLON apud MARTINS, 2002, p.104).

O importante é entender que a linguagem, uma vez “tecnologizada” através da escrita, irá romper com a relação ordinária de tempo e espaço, pois através do signo marcado em um substrato origina-se uma nova forma de complementaridade/substituição que expresse o significante do sujeito. Por isso, a escrita não é só instrumento, ela é também preserva a potência de uma linguagem que

se flexibiliza para exprimir as relações mais variadas do real por meio de palavras, esvaziadas de seu sentido particular, que adquirem um valor

⁷³ Alguns autores, como Isaac Taylor, autor do livro *The Alphabet*, defendem 5 grandes sistemas de escrita criados de formas independentes a partir de seu período histórico e localização das civilizações no globo, sendo o Egípcio, o Cuneiforme, o Chinês, o Mexicano e o Hitita.

⁷⁴ O significado carrega uma pretensão ideológica.

abstrato e geral de categorias gramaticais, a linguagem pouco a pouco elevada a uma potência extraordinária, constitui em função a faculdade de discernir o semelhante e o diferente, em seguida de abstrair e de generalizar, que é imanente à vida como a de sentir o agradável e o penoso; e ela permite uma tomada de posse mais penetrante e mais extensa das coisas. É por ser *homo faber*, mas muito mais por ser *homo loquens* que o homem é *homo sapiens* (BERR apud MARTINS, 2002, p.17).

Retomando aspectos formais da escrita, entendo que ela tenha se originado, mesmo que de forma rudimentar, a partir de simples desenhos (iconografia). Tais desenhos seriam representações de animais e de rituais. No entanto, o desenho de uma ave (ícone) poderia representar tanto a ave quanto a idéia de voar (símbolo). A partir desta gênese lógica, os signos (ícones) tendem a se tornar mais conotativos, terminando por evoluir em signos sem aparente relação formal com o referente ao qual está relacionado (símbolo). Caminhando para uma complexidade simbólica extremamente potente quando deixam de representar somente objetos da realidade e passam a representar sons (escrita fonética).

Entretanto, para além das questões lingüísticas,

Os efeitos da escrita sobre as mudanças intelectuais e sociais não são de fácil compreensão... É enganoso pensar a escrita em termos de suas conseqüências. O que realmente importa é aquilo que as pessoas fazem com ela, e não o que ela faz com as pessoas. A escrita não produz uma nova maneira de pensar, mas a posse de um registro escrito pode permitir que se faça algo antes impossível: reavaliar, estudar, reinterpretar e assim por diante. De maneira similar, a escrita não provoca a mudança social, a modernização ou a industrialização. Mas ser capaz de ler e escrever pode ser crucial para o desempenho de certos papéis na sociedade industrial, também podendo ser completamente irrelevante para o desempenho de outros papéis em uma sociedade tradicional. A escrita é importante em termos da realização do que possibilita às pessoas: o alcance daquilo que objetivam ou a produção de novos objetivos (OLSON, HILDYARD, TORRANCE, 1985, p. 14 apud OLSON; TORRRANCE, 1995, p.7).

Subvertendo a perspectiva da citação acima, ser capaz de ler e escrever pode ser crucial para o desempenho de certos papéis em qualquer sociedade e não só a industrial, pois as sociedades tradicionais fazem um uso de seu modo particular de escrita voltada para sentidos outros.

As grandes civilizações, como sinalizei no início desta seção secundária, surgiram no período denominado Antiguidade, foram precursoras de muitos processos que hoje conhecemos, inclusive formas particulares de escrita. A escrita muda a forma com que estas civilizações lidam com a realidade, pois criam uma nova realidade, a realidade da escrita. Elaborar um pouco esta relação entre a história da escrita e da ciência me interessa, no entanto não será

tratado aqui com profundidade, mas já aponta para um desdobramento temático importante para pesquisas após a Defesa desta Tese. Antecipadamente, acrescento que as Historiografias da Escrita e das Ciências não podem ser descritas como uma relação paralela, mas como um tipo de rizoma no qual se entrelaçam e provocam mutações.

Contudo mesmo destacando alguns marcos⁷⁵ apontados pela historiografia da escrita, tomo o cuidado de entender historiografia como algo dinâmico, não sendo progressista nem linear. Não se tratará, portanto, de compreender a historiografia como o “cadenciamento” e esgotamento do fato em si, ou ainda a reprodução de um sentido possível, que é obra de um historiador, pois não temos como descrever completamente a infinitude da realidade de um determinado fato somente com os contornos oferecidos pela linguagem, pois esta última sempre dependerá da *perspectiva*⁷⁶ dos Sujeitos que a elaboram. A história sempre poderá ser ressignificada através de novas “descoberta”,⁷⁷ das transformações conceituais, metodológicas e, principalmente, pelos Sujeitos que tomarão o *Real da História* enquanto um significante singularizado e dinamizado pela via do Saber.

No próximo capítulo, vou tratar, como campo temático do “acesso à informação”, do uso de instrumentos tecnológicos informacionais e comunicacionais. Campo que ganhou grande atenção de pesquisadores e estudiosos nas última duas décadas, devido à criação e desenvolvimento de computadores de uso pessoal com acesso à internet, o que vem provocando algumas mudanças sociais importantes.

⁷⁵ Os Marcos Históricos são acontecimentos/ações que interferem/modificam/inauguram um certo momento histórico para historiografia, seja na economia, na política, na religião, na vida social, na filosofia ou na ciência. A validação de um Marco Histórico dependerá de uma criação teórica e do reconhecimento social. Aqui aproximo novamente o sentido da história como o de arquivo, por se tratar de uma escrita. Derrida (2001, p. 22) nos diz que “*não há arquivo sem um lugar de consignaço, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior*”.

⁷⁶ Enquanto significante do sujeito. Relativo às diferenças e semelhanças de nossa percepção, sendo ao mesmo tempo objetivo-subjetivo.

⁷⁷ Coloco entre aspas, pois não se descobre o que já existe, apenas se atribui sentido ou um outro sentido. Por exemplo, não se descobriu o Brasil como também não se descobriu as pirâmides do Egito. A descoberta real é singular a cada Sujeito e não uma pretensa teoria. Por isso, não se trata de invenção, mas descoberta enquanto escuta da realidade.

4 A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A exploração na produção de conhecimento (intelectual) em substituição a exploração da força física, como já fora denunciado por Schaff (1995), nos coloca frente a novos desafios, pois a exploração humana persiste, agora, sob forma de outro *modus operandi*. Não se trata de uma substituição de uma exploração por outra, mas uma acumulação, pois se explora a força física juntamente com aquilo que nos torna humano, a saber, nossa criação intelectual. Paradoxalmente, este momento é virtualmente transformador pela sua característica, uma vez que o potencial do desenvolvimento intelectual pode ser convertido em novas formas de pensarmos as relações humanas, nossa relação com a natureza, subversões no uso dos aparatos tecnológicos, novas formas de organização produtiva e novas possibilidades políticas no que diz respeito à participação.

Se hoje o Conhecimento é o maior bem de produção nas relações capitalistas, deixando de estar apenas na supraestrutura e passando a compor a infraestrutura, a educação pode ser novamente pensada com ênfase no seu real papel social e não apenas em uma mera formação técnico-profissional como ideologicamente vem sendo forjada nas últimas décadas. O desenvolvimento de competências e inteligências deve estar voltado, acima de tudo, para interesses que visam equilíbrio social entre Sujeitos e na sua relação com o mundo e não puramente mercadológicos e de exploração do trabalho. É certo que esta afirmação que faço pode soar como idealização, mas não tenho como dissociar a Tese dos meus princípios moventes.

Como ponto fulcral daquilo que é foco deste trabalho, destaco, aqui, nestas reflexões introdutórias deste capítulo, que ao desenvolver estudos sobre políticas institucionalizadas e tecnologias de informação e comunicação não posso pensar apenas em sua instrumentalização, mas, principalmente, o caráter comunicativo das tecnologias. Tomando aqui como referência Habermas, onde a razão comunicativa, além de compreender a questão instrumental de conhecimentos objetivos, lida com a interação entre sujeitos, uma condição que se articula pelo simbólico através da subjetividade e de um saber-ser-no-mundo.

Uma política comunicativa seria uma forma de racionalidade que leva em conta uma razão comunicativa, uma prática comunicativa e um Sujeito comunicativo. É certo que o uso corrente de determinados termos possa parecer trivial para um leitor desatento, porém o

sentido que me disponho a trazer em uma produção teórica exige um refinamento *Stricto* de algumas categorias teóricas. Por isso preciso tratar os campos teóricos que abordo em um encadeamento lógico mais preciso, pois tenho certeza que uma vez escrito, impresso ou reproduzida as palavras (signos) nunca são as mesmas para o Sujeito que as percebe/sente/articula, pois este opera o signo como um significante, podendo este ser interoperativizado de forma criativa e transformativa.

Isso não quer dizer que a escrita seja estéril, mas, pelo contrário, mostra a necessidade do pensamento intervir visando influenciar e contribuir com acontecimentos humanos com clareza lógica, mesmo que não existam garantias de que isto aconteça. Desta forma, o rigor com a escrita torna-se mais atento para que a reflexão não seja meramente circunstancial. A escrita está relacionada a um componente de ação política da “desconstrução” sendo uma prova de que é impossível neutralizar-se diante de minha própria obra, pois se trata de dizer algo que é significativo para este Sujeito.

Para abordar o acesso à informação como uma questão subjetiva atrelada a condição interoperativa do sujeito, tema central desta Tese, é preciso entender o não-acesso provocado por questões de ordem instrumental, jurídica e político-institucionalizada, pois entendo que a ordem social lida com acordos de organização, apesar de acreditar que a questão subjetiva tem potência suficiente para subverter os limites do que está posto em qualquer realidade em que o Sujeito esteja inserido. Sendo assim, a questão da Democratização da Informação, em seu sentido pragmático, lida com limites diversos ao longo do desenvolvimento instrumental humano.

No sentido maquínico, inúmeros saltos foram dados em direção à tentativa de resolver os limites do registro/disponibilidade/alcance da informação (signo), como já disse, invenções como a imprensa, o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e, hoje, a internet, ampliaram a circulação de informações. Para isso, bastava que os Sujeitos tivessem “acesso” a esses instrumentos e ao “lugar” onde a “informação” estava registrada ou disponível.

Entretanto, a franca exploração dos recursos técnicos, que permitem uma maior “alcance” da informação, nos coloca também uma análise cética em relação à segura promessa de benefícios produzidos mediante o uso destes instrumentos nos mais variados segmentos de produção intelectual e material da sociedade. Afinal, por trás das técnicas, “agem e reagem idéias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos

jogos dos homens em sociedade”, como nos adverte Levy (1999). Desta forma, para Schaff (1995), sobre uma possível potencialização da alienação ao enfatizar este aspecto negativo da criação e gerência de relações sociais mediante o uso dos instrumentos.

Por outro lado, o próprio Schaff (1995), na sua “futurológica sócio-política”,⁷⁸ aponta uma subversão possível na utilização destes instrumentos. Para ele, em uma perspectiva outra, diante da profusão de relações, que se multiplicariam ao compasso dos avanços técnicos, e que, por sua vez, permitem um contato cada vez maior com novos Sujeitos de lugares os mais distantes e improváveis, já que

Graças à própria independência material, as pessoas serão mais livres do que hoje, pelo menos em alguns âmbitos determinados de sua vida. Estarão em melhores condições, portanto, de defender sua liberdade, inclusive a liberdade política, do que hoje. Em todo caso, existe esta possibilidade para o desenvolvimento da democracia, com o favorecimento na vida privada daquilo que caracterizamos como individualismo moderado (SCHAFF, 1995, p.106).

Sendo que Schaff define o individualismo moderado como:

Aquele que se desenvolveu historicamente na cultura greco-romana, particularmente no Renascimento. Isto significa tentar reservar para si mesmo uma esfera de intimidade, não entendida como liberdade absoluta de todos os vínculos sociais – o que, além do mais, seria impossível –, mas reduzindo ao mínimo a ingerência e as restrições sociais na vida privada. Este mínimo indispensável, portanto, dependerá da forma histórica de uma sociedade determinada e de suas relações sociais determinadas. Em outras palavras, depende das necessidades humanas historicamente configuradas (SCHAFF, 1995, p.103).

Neste cenário, segue o autor, as tecnologias serão importantes catalisadoras de mudanças sociais. Por conta da “abundância de informações de todos os tipos que o homem da sociedade informática terá à disposição” (SCHAFF, 1995, p.106), os “cidadãos serão mais esclarecidos, provavelmente serão universalmente mais instruídos [...], o que estimulará, por outro lado, o desenvolvimento de atitudes típicas do individualismo moderado” (SCHAFF, 1995, p.106). Este aspecto do pensamento de Schaff nos deixa uma senda aberta por onde seria possível estimar o uso das tecnologias de informação e tecnologias de comunicação sob certo otimismo. Mas aqui, como contribuição, defendo que é preciso entender que esta escolha de sentido e de ação para os instrumentos permanecerá no Sujeito, pois cabe a ele dizer qual o seu *Logos* diante disso. Não existe uma forma ou algo que determine o significativo do Sujeito, pois ele sempre poderá criar sua própria posição subversiva diante do

⁷⁸ Termo utilizado na introdução do livro.

que está posto. Assim, a questão da liberdade se prenderia a um outro ideal, uma outra utopia ideológica externa ao ser sujeito, o que daria no mesmo diante da subjetividade do sujeito. A liberdade é um significante e não um significado idealizado.

Reconheço que, ao longo da história, o uso da informação como forma de controle social se dava através de pelo menos três lógicas principais: 1) Da propriedade dos meios equipamentos/instrumentos de produção; 2) Pelo direcionamento ideológico daquilo que fazia parte do interesse vigente informar, ou seja, a informação sendo usada como forma de domínio/alienação; e 3) É que estas tecnologias, desenvolvidas antes da *internet*, não permitiam uma maior interatividade entre os usuários, operando com um mecanismo mais unidirecional da informação (lógica emissor-canal-receptor), pelo menos acreditava-se e queriam fazer acreditar nisso através do domínio dos meios instrumentais e do direcionamento ideológico de notícias. Defendo que a possível mudança, através da *internet* como instrumento único, condensa multiplataformas informacionais e comunicacionais, reduz a dependência material e possibilita a interação entre Sujeitos de forma mais simplificada do ponto de vista ferramental.

Muito embora os benefícios das conquistas técnicas sejam, ainda hoje, objeto de má distribuição, o desenvolvimento destes instrumentos tem potencializado, através da oferta de tecnologia com custos mais acessível,⁷⁹ a comunicação e a cooperação entre pelo menos parte daqueles que têm historicamente vivido à margem do raio de ação de seus recursos. Sendo assim, as Tecnologias da Informação e Comunicação, ao possibilitarem a organização de espaços de cooperação mediante o uso de redes digitais,⁸⁰ têm sido consideradas, sobretudo nas últimas duas décadas, importantes mecanismos de amplificação de ações que visam o combate de lógicas de exploração, comprometidas com a manutenção da dicotomia entre a elite e aqueles que, distantes do poder, seguem obliterados do direito de ser Voz.

⁷⁹ Consideramos tal oferta a popularização do uso de microcomputadores fixos (*desktops*) ou móveis (*notebooks* e *netbooks*), celulares e tablets com conexão à internet. O que permite que uma parcela maior da sociedade tenha condições de adquirir o instrumento, porém entendo que sem políticas institucionalizadas ainda fará com que boa parte da população que recebe até um salário mínimo não tenha condições de manter um computador e uma conexão de qualidade. Questões que tratarei ao logo deste capítulo.

⁸⁰ Nos meios digitais, mesmo fora deles, as redes sociais remetem “à noção de junção de nós – individuais ou coletivos – que, interligados entre si, permitem a união, a comutação, a troca, a transformação. Estar em rede – social, cultural, econômica, política – é (ou sempre foi) uma das condições de possibilidade de nossa convivência neste mundo, dada a necessidade (ou a obrigatoriedade) da contínua constituição de grupos comuns (ou comunidades) em limitados espaços e simultâneos tempos” (ROCHA, Cristianne; FARNER, Maria. *As redes em saúde: entre limites e possibilidades*, 2009. Disponível em: http://www.opas.org.br/rh/admin/documentos/Estar_em_rede.pdf.

Acesso em: 05 Jan. 2015).

O crescente uso das redes de relacionamento e das várias plataformas de comunicação em tempo real tem permitido a aproximação de indivíduos que partilham mesmos interesses, tornando possível a articulação e formação de grupos organizados que mantêm suas ações de cooperação para além do ambiente computacional. Desse modo, o uso da internet tem ajudado a pressionar os governos para uma “maior e melhor oferta de serviços e maior transparência das ações governamentais, mais democracia” (PINHO, 2008a, p.9) para a população. Assim, a internet está “relacionada a uma nova forma de fazer política, dissociada ou à margem do Estado, pelo fortalecimento das redes da sociedade civil (SORJ, 2003 apud PINHO, 2008a, p.9)”. Através das tecnologias de informação e tecnologias de comunicação, sobretudo via acesso a redes de relacionamento digitais, estes sujeitos “não-corporativos”, agora organizados e com coro próprio, passam a demandar do Estado a revisão de políticas públicas, voz ativa em debates antes acessados apenas pelos atores do governo e a exigir o redimensionamento da própria organização política da gestão estatal. O que não é novo, se levarmos em consideração que a sociedade civil organizada sempre atuou de forma política, mas que, agora, conta com este novo instrumento que pode auxiliar em suas lutas. Lembrando que o potencial dos instrumentos só se atualiza se existir um Sujeito que os opere e dê sentido à eles.

Investigar a Democratização da Informação, neste contexto, implica em problematizar de quais campos teóricos partem esta problematização, entendendo as questões tratadas não mais como conceitos e ou significados, mas como possibilidades, sem deixar de lado um rigor lógico para esta construção teórica. Tendo o Sujeito como o *Logos* (Lugar de sentido e de Ação) onde habita o sentido último, um Sujeito que aprende, elabora e Interoperativiza os seus significantes diante da informação (signo).⁸¹ Sujeito singular, subjetivo, historiográfico, cultural e político na relação com o Outro. Nos marcos teóricos, aqui tratados, entende-se que não há como definir modelos, pois o que resulta como ação destes Sujeitos é uma dinâmica do Saber-Ser. A escrita desta Tese literaliza um sentido tratando de aspectos da Ação Interoperativa, a partir da condição singular dos Sujeitos, tendo como resultado algo que é incompleto, transitório e relativo. Este trabalho é uma busca, uma forma de compreender a realidade. É nesta busca, que literalizo possibilidades de entendimentos, chegar em um ponto

⁸¹ Rememorando que, nesta Tese, a informação ou a ação de informar é um dinamismo do Sujeito que se dá como uma condição de interoperativizar significantes. A rigor, o que chamamos de informação, muitas vezes, é o informado; o nomeado.

transitório, mas que possa contribuir criticamente para este campo de conhecimento. Partindo de categorias estruturantes e interfaces de análise, trato da questão da interoperatividade a partir de um “laço” teórico baseado em uma crítica epistemológica no que diz respeito a noção de Sujeito e Objeto. O que resulta em um recorte entre categorias e autores possíveis, uma escolha de valor, pois é fundamentada e Interoperativizada nos significantes que articulam meus entendimentos sobre o tema.

Esta é a minha escolha neste processo. Aqui, já destaco que não tenho a ilusão de que os Sujeitos irão desejar o que eu desejo como princípio, pois estes podem usar este livre arbítrio inclusive para reforçar ainda mais as estruturas das lógicas totalizantes. Meu desejo é contribuir com o fortalecimento do respeito à singularidade. Entretanto a única garantia que posso oferecer, como compromisso, é uma contribuição através da minha práxis.

Concordando com Schaff (1995), temos o trabalho hoje, em grande medida, como venda de conhecimento no lugar da força físico-mecânica, ou seja, a venda da força intelectual gerando mais produtividade, riqueza e poder dentro do capitalismo. Entretanto, persiste o mesmo modelo de exploração do trabalhador, que agora é ainda mais explorado, pois não é só explorado pelo que rende materialmente, e em relação à sua força física, como também na sua potência intelectual. Só que este desenvolvimento tecno-científico cria novos instrumentos que podem permitir uma atuação dos Sujeitos em uma outra ordem, ou seja, pensar em novas formas de organização produtiva, organização social do trabalho, novas possibilidades políticas, questões que podem apontar novos caminhos.

Agora tratarei de alguns entraves importantes, que limitam o raio de inclusão/disponibilidade tecnológica, quando se pensa no potencial usos destes instrumentos para ampliação da democratização da informação e para o fortalecimento governança pública. Por isso, no caso específico da internet, entendo que o “acesso à informação” lida com limites que estão inter-relacionados, sendo eles: o de garantir o acesso à propriedade dos meios através de políticas públicas,⁸² o das questões jurídico-legais e do domínio técnico. Se estas questões não forem

⁸² Através das instituições do Estado Democrático de Direito. As políticas públicas, segundo registros de relatórios do Senado Federal, são instrumentos fundamentais do Estado para promover o bem-estar da sociedade, pois asseguram através de planos, ações e metas a prestação de serviços ao cidadão. Sendo o ciclo das políticas públicas formada por cinco etapas: Formação de Agenda, Formulação da Política, Tomada de Decisão, Implementação e Avaliação. A Resolução nº 44, 17 de setembro de 2013, orienta que a atividade de avaliação de políticas públicas é um dos instrumentos empregados pelo Senado Federal no exercício de sua atribuição constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

enfrentadas dificilmente haverá ampliação do raio de inclusão, no sentido de disponibilidade, deste universo comunicacional, primeiramente no sentido instrumental, como veremos ao longo da próxima subseção.

4.1 GARANTIR O ACESSO À PROPRIEDADE DOS MEIOS E SERVIÇOS E AS QUESTÕES JURÍDICO-LEGAIS: ENTRAVES E POSSIBILIDADES

A primeira questão, em seu sentido mais basilar, é referente a disponibilidade dos instrumentos (equipamentos e conectividade⁸³), bem como seus custos para uma população que não pode pagar pelo serviço para estar “conectada”. Apesar de algumas leis e ações de incentivos fiscais, com redução dos impostos para aquisição de equipamentos ou incentivos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ainda sim, os custos com hardwares, softwares, insumos, manutenção e oferta do serviço de conectividade, quando disponível, é um impeditivo de disponibilidade tecnológica para maior parte dos brasileiros.

Entendendo que o “problema tecnológico” brasileiro, em uma perspectiva da disponibilidade instrumental, poderia ser resolvido através de dispositivos legais, ou pelo menos reduzido, pois foram criados mecanismos de incentivo, para desenvolver a indústria e a pesquisa brasileira no campo tecnológico, dentre eles se destacam:

1) Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Conhecida como **Lei de Informática**. Para os efeitos desta Lei, consideram-se bens e serviços de informática hardwares, softwares e alguns insumos. Esta lei dispõe sobre mecanismo de incentivo visando, principalmente, a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. A referida lei foi uma forma encontrada para se garantir a competitividade de empresas locais, com a concessão de benefícios temporários, neste caso, especificamente, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre equipamentos de informática e automação produzidos em solo nacional, com alíquotas que variam por região. Desta forma, há uma redução na carga tributária para produção de produtos e insumos o que resulta em preços mais competitivos para os consumidores finais. Esta lei (8.248/91) foi reeditada três vezes, visando ajustes de

⁸³ É a conexão de dois ou mais computadores para permitir o compartilhamento de recursos através da troca de pacote de dados binários. A conexão depende de diversos equipamentos e cabos para fazer com que a “rede” exista.

critérios e alongamento do prazo de vigência, pelas Leis nº 10.176/ , nº 11.077 e, mais recentemente, pela Lei nº 13.023/2014, que mantiveram boa parte dos incentivos inicialmente previstos. O curioso é que o prazo de vigência da lei 8.248/91, previsto originalmente para encerrar em 1999, agora tem prazo de vigência previsto até 2029 (Lei 13.023/2014). Esta ampliação se deve ao fato de que a alta carga tributária praticada no Brasil, mesmo com estes incentivos, não fizeram com que a indústria possa sobreviver sem este mecanismo de isenção fiscal.

Em uma dimensão ampla, a alíquota dos produtos da área de tecnologia da informação, automação e telecomunicações é reduzida de 15% para 3%. Sendo que para alguns equipamentos específicos essa redução pode ser ainda maior. Outro incentivo, para que as empresas se habilitem, está no art.3º da Lei 8.248/91, pois as empresas com produtos reconhecidos como produzidos no país, além de ter alíquota zero de IPI, passam a ter preferência na aquisição de bens e serviços de informática, através de licitações, em órgãos e entidades da Administração Pública Federal (direta ou indireta). Além disso, há um outro fator de contrapartida na Lei, que é o vínculo estabelecido entre os benefícios fiscais concedidos e os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – que prevê um investimento mínimo de 4% do faturamento com o produto beneficiado (deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações). O problema é que esta regra só se aplica como obrigatória para empresas que faturam acima de 15 milhões de reais, o que restringe muito o número de empresas participantes. Outro problema são as dificuldades para caracterização de produtos como uma produção genuinamente nacional. Apesar do benefício mais direto ser a redução do IPI, a vinculação disso com investimentos em P&D foi essencial para o desenvolvimento de pesquisas no país, mesmo que ainda longe do esperado.

Já no que diz respeito aos valores praticados pelo mercado, para aquisição de equipamentos de informática, os preços ainda se mantêm distantes do potencial de compra da maior parte da população brasileira. Ou seja, os incentivos não são suficientes para “popularizar” os preços para o consumidor final.

2) **Lei Nº 11.196**, de 21 de novembro de 2005. Conhecida como **Lei do Bem**. Esta lei institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispendo sobre incentivos fiscais

para a inovação tecnológica. Ela passou a ser chamada de Lei do Bem por criar a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica. Incentivos que consistem na Dedução de 20,4% até 34% no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) dos dispêndios com P&D e na redução de 50% no IPI na compra de máquinas e equipamentos destinados à P&D. O Governo Federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), adotou este mecanismo legal para incentivar investimentos em inovação por parte do setor privado. Com a intenção de aproximar as empresas dos institutos de pesquisa e das universidades.

Como conceito de Pesquisa e Desenvolvimento o Governo referenciou o Manual de Frascati (Medição de atividades científicas e tecnológicas), um manual elaborado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Segundo o Manual de Frascati (2002, p. 38), a Pesquisa e o Desenvolvimento dividem-se em 3 atividades, a saber:

Pesquisa básica ou fundamental: A pesquisa básica consiste em trabalhos experimentais ou teóricos desenvolvidos principalmente com a finalidade de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou uso particular;

Pesquisa aplicada: A pesquisa aplicada consiste igualmente em trabalhos originais empreendidos com o objetivo de adquirir novos conhecimentos. No entanto, ela é principalmente direcionada a um objetivo prático determinado;

Desenvolvimento experimental: consiste em trabalhos sistemáticos com base em conhecimentos existentes obtidos pela pesquisa ou experiência prática, para lançar a fabricação de novos materiais, produtos ou dispositivos, para estabelecer novos procedimentos, sistemas e serviços ou para melhorar os já existentes em P&D. Inclui tanto a P&D formal quanto a P&D informal ou, ocasionalmente, outras unidades. Ainda de acordo com o Manual de Frascati (OCDE, 2002, p. 23), considera-se Inovação Tecnológica:

[...] o conjunto de diligências científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais, incluindo o investimento em novos conhecimentos, que realizam ou destinam-se a levar à realização de produtos e processos tecnologicamente novos e melhores. P&D é apenas uma dessas atividades e

pode ser realizada em diferentes estágios do processo de inovação, sendo usada não apenas como uma fonte de idéias inventivas, mas também para resolver os problemas que possam surgir em qualquer etapa do processo, até a sua conclusão.

O que, em termos mais práticos, consiste na concepção de novos produtos, processos de fabricação, agregação de novas funcionalidades ou características, seja a um produto ou um processo, que implique melhorias, ganho de qualidade ou produtividade.

Dessa forma, enquadram-se, na Lei do Bem, os projetos com as características definidas acima.

O problema é que a Lei do Bem restringe que apenas empresas de Lucro Real tenham os benefícios. Segundo o analista de políticas e indústrias Rodrigo de Araújo, representante da Confederação Nacional da Indústria nos debates promovidos pelo Senado, em entrevista para Revista em Discussão, disse que as empresas com Lucro Real representam

aproximadamente 8% da base industrial. Empresas que têm lucro presumido e lucro simples querem participar dos instrumentos, mas não têm condição. Uma das propostas no MCTI e na Mobilização Empresarial pela Inovação é ampliar o benefício para outras empresas que querem inovar e têm condições de participar dos editais de subvenção econômica (REVISTA EM DISCUSSÃO, 2012, p.58).

Já o então secretário nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em 2012, Álvaro Prata, ainda completa dizendo que o mais “impressionante é a pouquíssima quantidade de empresas que têm feito uso desse benefício [da Lei do Bem]. No ano passado, apenas 639 empresas o fizeram em um universo de 150 mil empresas que poderiam tê-lo feito” (REVISTA EM DISCUSSÃO, 2012, p.58).

Resumindo, sob o argumento de que reduzir taxas de importação é prejudicial ao país e que seria melhor incentivar o desenvolvimento e a produção destas tecnologias em solo brasileiro, para que não seja necessária a importação, pelo menos de parte dos equipamentos de informática, atualmente não se barateia o custo de importação e pouco se produz equipamentos e insumos em solo nacional com preços competitivos, ou melhor, acessíveis à uma parcela significativa da população, mesmo com estas leis ainda em vigência. Reconheço que o cenário poderia ser pior se estas leis não tivessem sido criadas.

A produção destes dispositivos no Brasil lida ainda com o desafio de importação de boa parte dos componentes, o que dá no mesmo em relação ao custo de fabricação que é repassado para o consumidor final, pois ficar responsável apenas pela montagem da máquina ou a produção de alguns componentes e importação de outros mantém o custo de fabricação do equipamento elevado, devido, inclusive, às altas taxas de impostos pagos pelos importadores em peças e insumos, mesmo com alguns incentivos fiscais. Problema gerado graças ao atraso tecnológico no Brasil, pois não se investiu ao longo das últimas décadas o suficiente em pesquisa e desenvolvimento em algumas áreas estratégicas, por isso temos muito poucas patentes para desenvolver computadores completos competitivos e com baixo custo de fabricação em solo nacional. Investir em pesquisa e desenvolvimento depende de uma visão estratégica de longo prazo, mas nos parece que a política institucionalizada nacional e os empresários do ramo tem dificuldade de manter investimentos estruturantes por motivos diversos.

O custo de aquisição de instrumentos, a reposição de peças e a conectividade são problemas para qualquer cidadão ou organização, mas gostaria de destacar especialmente os impactos destes problemas para as instituições públicas (escolas, bibliotecas, universidades e setores de pesquisa e desenvolvimento), como também para famílias com renda de até um salário mínimo ou mantidas por programas de distribuição de renda (aqui me refiro especificamente ao Programa Bolsa Família).

Para ilustrar esta questão, indicarei dados aproximados, pois estes variam muito de acordo com a inflação, cotação do dólar, vigência de políticas de incentivo fiscal, reajustes do salário mínimo e do Programa Bolsa Família, mas cujo sentido central estará preservado para fins de elaboração dos argumentos delineados em nossa crítica.

Como o único relatório oficial governamental que trata do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) é datado no final de 2014, tomarei este período como marco temporal para as demais questões que trato. Vejam que entre os anos de 2014 e 2017 pouco vimos mudar, o que mostra que a forma de lidar com a questão através de políticas institucionalizadas ainda é um problema sem alternativas mais eficazes para lidar com a questão.

A seguir, no Quadro 04, comparo os valores de computadores⁸⁴ básicos (notebook e desktop)⁸⁵ e a renda obtida através do salário mínimo e do Programa Bolsa Família no ano de 2014.

Quadro 04 – Preços de computadores, valor mensal do salário mínimo e valor mensal pago pelo Programa Bolsa Família – Ano de referência 2014

Elemento consultado	Valor Médio	Percentual do custo do equipamento em relação ao valor do Salário Mínimo	Percentual do custo do equipamento em relação ao valor do Bolsa Família (Valor Máximo)
<i>Notebook</i>	R\$ 1000,00	138%	571%
<i>Desktop</i>	R\$ 1000,00	138%	571%
Salário Mínimo	R\$ 724,00 ⁸⁶	----	----
Bolsa Família	R\$ 77 até 175 ⁸⁷	----	----

Tomando como referência o Quadro 04, percebemos que o trabalhador assalariado brasileiro precisa trabalhar quase um mês e meio para comprar um único equipamento, ou seja, considerando o valor pago por hora trabalhada de R\$3,30 em 2014,⁸⁸ são necessárias 300 horas de trabalho para adquirir um único equipamento. Para termos uma idéia, dados divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em maio de 2014, informam que a hora do trabalhador assalariado (salário mínimo) na Austrália é

⁸⁴ A rigor, o computador é qualquer dispositivo que armazene e processe informação, codificada matematicamente, através de dados binários. O que inclui celulares, *tablets*, calculadoras, etc, mas para facilitar o entendimento do leitor, vou restringir o uso da terminologia “computador” para me referir à notebooks (computadores portáteis), desktops (computadores de mesa) e *tablets*.

⁸⁵ Notebook é um tipo de computador portátil, com bateria que permite o funcionamento sem a necessidade de conexão a uma tomada (exceto quando em processo de recarga de sua bateria), projetado para ser transportado e utilizado em diferentes lugares com facilidade e desktops é um tipo de "computador de mesa" que dá menos mobilidade ao usuário devido à sua dimensão, peso e quantidade de cabos.

⁸⁶ Valores definidos pelo Decreto N° 8.166, publicado no diário Oficial da União, no dia 24 de dezembro de 2013.

⁸⁷ Valores definidos pelo Decreto N° 82, publicado no diário Oficial da União, no dia 2 de maio de 2014.

⁸⁸ Pela legislação brasileira o salário mínimo horário e diário é obtido dividindo o valor do salário mínimo mensal por 220 horas.

de R\$ 27,03 (U\$10,2) por hora, considerando um dólar a R\$ 2,65, que era o valor médio da cotação em dezembro de 2014. Desse modo, um australiano precisa trabalhar apenas 36,6 horas para comprar o mesmo equipamento, ou seja, 260 horas a menos que o trabalhador brasileiro. Porém, o australiano não compra o computador no Brasil, mas, na Austrália, cujo equipamento de entrada custa em média (dezembro de 2014) 400 dólares australianos, ou seja, refeita a conta, com o salário de um mês é possível comprar até 5 computadores ou notebooks básicos naquele país. Agora, se fizermos o **cálculo** em relação ao valor pago pelo Programa Bolsa Família, que é a única fonte de renda para muitas famílias brasileiras, seriam necessários quase 6 meses de benefício, em seu valor máximo, para aquisição de um único computador.

Para exemplificar esta mesma questão, com outro exemplo e com dados de 2017, vejamos assim: o atual salário mínimo brasileiro é de R\$937,00, o bolsa família (valor máximo) R\$ 336,00⁸⁹ e o preço do computador de entrada se mantém na faixa de R\$ 900,00, entretanto este equipamento é comprado em parcelas de até 24X, o que eleva seu custo final⁹⁰ para aproximadamente R\$1.600,00, mais uma vez, para comprar um computador básico, se tomarmos como referência o salário mínimo, é necessário um mês e meio de trabalho. Já um equipamento, com especificações aproximadas, é vendido nos Estados Unidos por cerca de U\$ 199,00, onde o salário mínimo gira em torno de U\$1000,00, assim, o americano, que recebe um salário mínimo, pode comprar até 5 computadores por mês. Por isso, em valores aproximados, a realidade de 2017 é muito próxima de 2014, onde a quantidade de horas necessárias de trabalho (tempo de vida) do trabalhador brasileiro é substancialmente maior para conseguir adquirir o mesmo equipamento se comparado a um cidadão americano.

Com base nestes dados, posso considerar que os 50 milhões de beneficiados do Programa Bolsa Família, ou seja, um quarto da população brasileira, tem sérias limitações para fazer um investimento como este. Se expandirmos estas limitações para quem recebe até um salário mínimo, o que nos parece coerente, temos pouco mais da metade da população brasileira de acordo com dados do IBGE 2015⁹¹, ou seja, mais de 100 milhões de pessoas com impedimentos financeiros para adquirir um computador básico. Como se isso não bastasse,

⁸⁹ Considerando as novas regras em relação ao benefício acumulado.

⁹⁰ Computador Positivo Stilo com Intel® Celeron-J1800, monitor 15 pol., 4GB de Memória, 500GB de HD, Gravador de DVD, HDMI e Linux - DSi3150. Considerei dividir o equipamento em 24 vezes para minimizar o impacto sobre a renda. Dados retirados do site da Ricardo Eletro em 3 de março de 2017.

⁹¹ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/sintes_eindicisociais2015/default_tab_xls.shtm. Acesso em: 3 de março de 2017.

não devemos esquecer que adquirir o equipamento não garante a conectividade, em termos de “estar em rede”, no seu sentido instrumental, pois encontramos outra barreira que é o do acesso à *internet*, que considero ainda mais difícil de ser solucionada.

Entendo que o desafio para aquilo que o Governo denomina “Inclusão Digital” é consideravelmente complexo, pois o acesso à *internet* só está disponível em algumas áreas de concentração do território brasileiro e para garantir a disponibilidade do serviço em áreas remotas seriam necessários bilhões de reais em investimentos com recursos públicos, já que é “inviável”, do ponto de vista econômico, para iniciativa privada, a exploração comercial de determinadas áreas. Percebendo esta situação de “hiato digital”,⁹² o governo federal em 2010 – portanto, há sete anos atrás – através do decreto nº.7.175, criou o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL). “Antes da publicação do Decreto nº 7.175, de 2010, o poder público havia deixado o setor de telecomunicações à mercê unicamente do setor privado, esquecendo-se de seu dever de garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, conforme preceituado na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações” (DINIZ, 2014, p.13). O artigo, segundo da referida Lei (nº 9.472), afirma que o Poder Público tem o dever de “garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas”, além de “estimular a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira”.

Por isso, o PNBL foi criado, dentre outras expectativas, com o “objetivo de massificar a disponibilidade do serviço de acesso à *internet* no país”, “promover a Inclusão Digital” e “ampliar os serviços de Governo Eletrônico”. Para isso foram estabelecidas duas metas fundamentais: “A primeira trata do atendimento a 35 milhões de residências por meio do programa, ao preço de R\$ 35,00 por mês.⁹³ A segunda refere-se à disponibilização da Rede Nacional em 4.278 municípios”, ambas até o final de 2014. Porém, as metas não foram alcançadas. Para termos uma idéia, em 2014, a disponibilidade de acesso através da “Banda Larga Popular” alcançou, entre dezembro de 2010 e abril de 2014, apenas 2,6 milhões de residências, ou seja, insuficientes 7,4% do objetivo. Sobre a segunda meta, a Telebrás registrou que o serviço foi disponibilizado para mais 612 municípios até dezembro de 2014,

⁹² Termo utilizado no documento, que teve como relator o Senador Anibal Diniz, que avaliou o programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

⁹³ Considero este valor excludente e nada popular para quem recebia, no máximo, em 2014, R\$175,00 (cento e setenta e cinco reais), através do Programa Bolsa Família.

portanto 14% da meta estabelecida. De lá para cá, a discussão perdeu a continuidade dos investimentos, pois a chamada crise econômica fez com que o aporte de recursos fosse contingenciado, o que levou a, praticamente, uma estagnação do processo.

Um dos motivos para o resultado pouco expressivo das metas pode ser atribuído aos baixos investimentos de recursos públicos destinados à Telebrás, pois dos R\$ 2,9 bilhões previstos para o PNBL, de acordo com registros do Plano PluriAnual da Telebrás, para o biênio 2012-2013, apenas foram executados R\$ 214,1 milhões, ou seja 7,4% dos recursos previstos.

Para corroborar com os argumentos que trato nesta seção, busquei pesquisar informações sobre a área de cobertura com rede de internet no Brasil e Bahia. Os mapas a seguir demonstram de forma simples a situação em abril de 2017, em relação à área de cobertura da rede de Banda Larga Fixa.

O Mapa 01 (a seguir) mostra-nos uma visão geral da área de concentração e disponibilidade do serviço de acesso à internet, através da banda larga fixa. Estou desconsiderando as taxas de transmissão que são informadas por pontos que vão do amarelo claro (menor volume) ao vermelho escuro (maior volume), pois quero concentrar meus argumentos no que tange a disponibilidade ou não da conectividade, independentemente de sua velocidade de conexão.

Mapa 01 – Pontos indicando zonas com disponibilidade de Banda Larga Fixa no Brasil



Fonte: Disponível em: <https://simet.nic.br/mapas-app.html>. Acesso em 17 de abril de 2017.

O Mapa 01 confirma, portanto, o entendimento de que a oferta de serviço ainda se mantém limitada a poucas áreas. De acordo com o relatório do PNBL (2014), estima-se que ainda existem 38,4 milhões de famílias sem acesso ao serviço ou com acesso inadequado⁹⁴ no Brasil, ou seja, aproximadamente 130 milhões de pessoas, o que equivale à 2/3 da população brasileira. Este dado é importante, pois confirma que o impedimento da Disponibilidade

⁹⁴ Ausência de conexão, conexão extremamente lenta (abaixo de 1 megabite/segundo) ou quedas constantes na conexão.

Tecnológica não se trata apenas de falta de recursos para contratar o serviço, mas a falta de infraestrutura tecnológica.

Agora, se ampliarmos a visualização, percebemos que o raio de abrangência de cobertura é consideravelmente menor do que a impressão deixada pelo Mapa 01. No Mapa 02, é possível perceber como a área de disponibilidade do serviço abrange apenas uma ínfima fração do território total baiano.

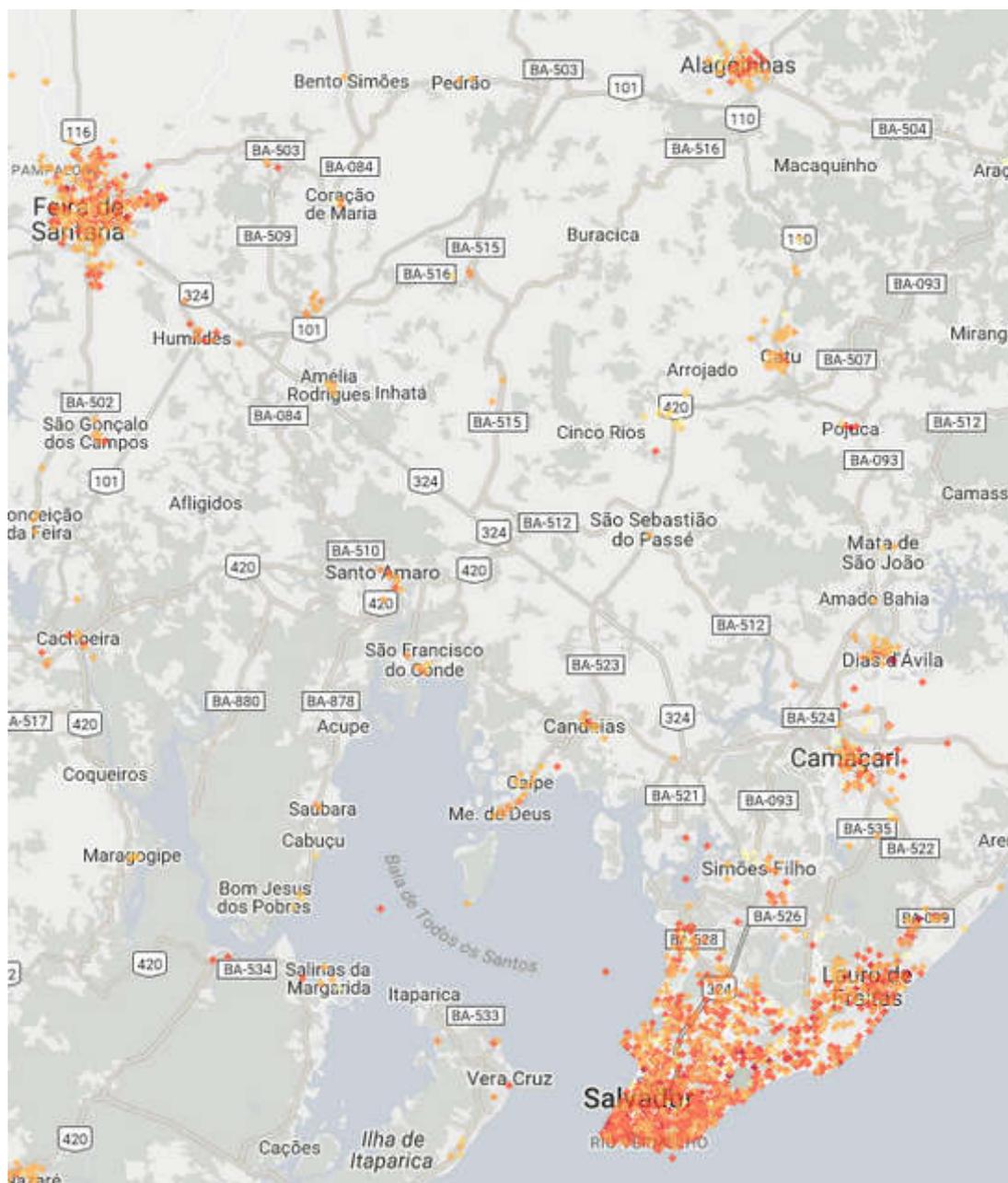
Mapa 02 – Pontos indicando zonas com disponibilidade de Banda Larga Fixa no Bahia.



Fonte: Disponível em: <https://simet.nic.br/mapas-app.html> . Acesso em 17 de abril de 2017.

O mais interessante é notar que, mesmo entre cidades desenvolvidas e próximas, como é o caso de Salvador e Feira de Santana, distantes pouco mais de 100 km, há um grande vazio de cobertura do serviço de banda larga fixa como podemos comprovar, abaixo, no Mapa 3.

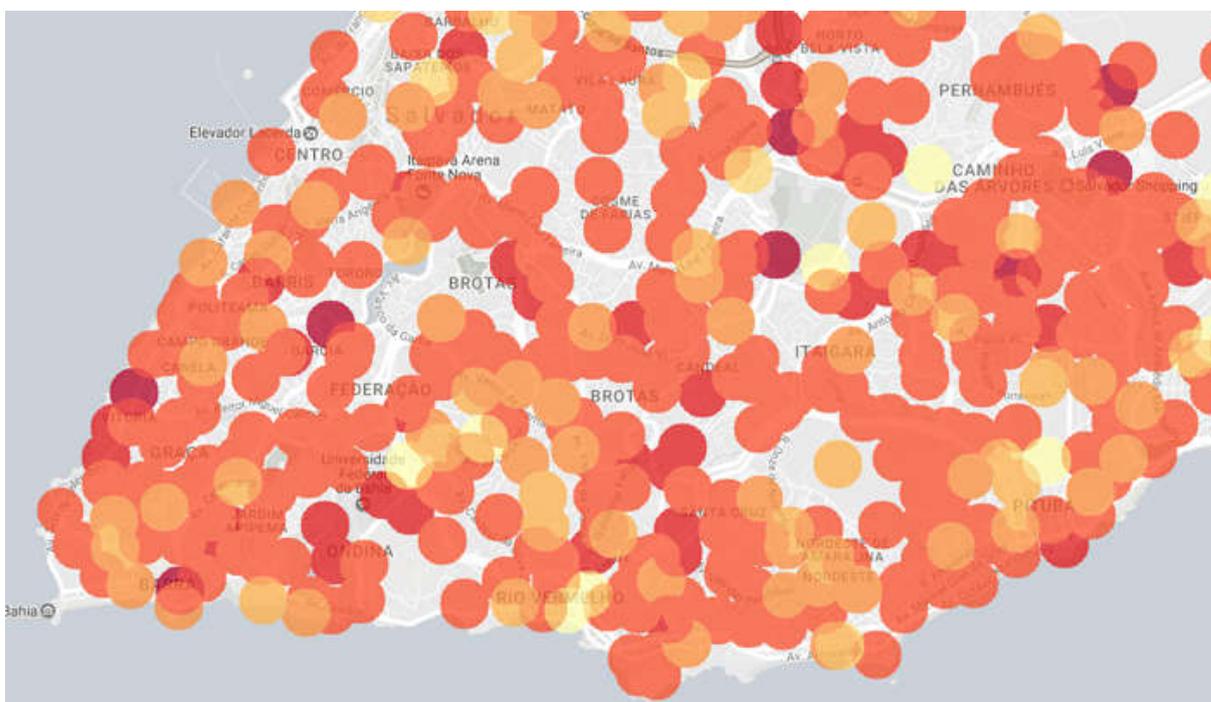
Mapa 03 - Pontos indicando zonas com disponibilidade de acesso à internet entre Salvador e Feira de Santana. Registra-se também com isso a situação de cidades como Camaçari, Alagoinhas, Dias D'Ávila, Santo Amaro, Mata de São João, São Francisco do Conde, Pojuca, Catu, dentre outras.



Fonte: Disponível em: <https://simet.nic.br/mapas-app.html>. Acesso em 17 de abril de 2017.

Como se isso não bastasse, mesmo na capital, percebemos a não regularidade na disponibilidade dos serviços. Nos mapas 04 e 05, a seguir, temos uma visão da disponibilidade do serviço em bairros de Salvador, que no mapa 03 nos deixou a impressão que o serviço de banda larga fixa cobre quase 100% do território da capital baiana. É possível perceber com clareza como a concentração acontece em áreas onde residem pessoas com maior poder aquisitivo, bairros considerados, pelas operadoras do serviço de banda larga fixa, como economicamente mais rentável.

Mapa 04 - Pontos indicando zonas com disponibilidade de acesso à internet em localidades como Barra, Ondina, Graça, Rio Vermelho, Comercio, Pituba e Caminho das Árvores



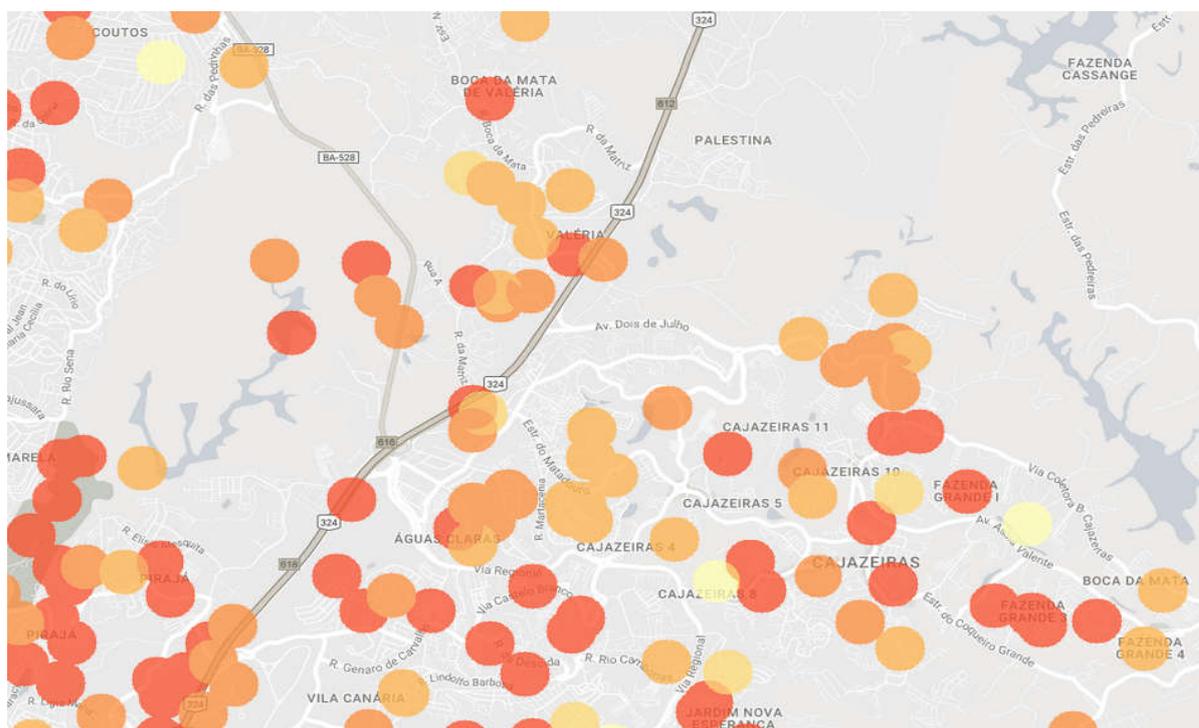
Fonte: Disponível em: <https://simet.nic.br/mapas-app.html>. Acesso em abril 2017.

O problema é que hoje não existem regras que garantam a disponibilidade do serviço em regiões economicamente “não rentáveis”. Entendo que a ausência de políticas públicas ou o pouco investimento nestas áreas (Mapa 05) agravam a situação. De acordo com os dados tabulados pela reportagem do G1.com,⁹⁵ referentes a outubro de 2016 (os mais recentes disponíveis), as 37 cidades com maior disponibilidade do serviço de banda larga fixa do país tinham 13,3 milhões dos 26,6 milhões de acessos registrados,

⁹⁵ Refiro-me ao portal de notícias da Rede Globo de Televisão. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/37-cidades-concentram-50-da-banda-larga-fixa-do-brasil.ghtml>

Isso quer dizer que 0,007% dos 5.569 municípios brasileiros são responsáveis por quase 50% dos acessos fixos ao mundo digital. Metade delas está no Sudeste: 11 em São Paulo, 4 no Rio e 2 em Minas Gerais. Esses três são os únicos estados que possuem mais cidades na lista, além de suas próprias capitais. [...] As 37 cidades superconectadas, no entanto, abrigam 28% da população brasileira, segundo o Censo 2010.

Mapa 05 - Pontos indicando zonas com disponibilidade de acesso à internet em localidades como Palestina, Cajazeiras, Coutos, Boca da Mata de Valéria, Fazenda Cassange,⁹⁶ Águas Claras, entre outros:



Fonte: Disponível em: <https://simet.nic.br/mapas-app.html>. Acesso em abril 2017.

Os mapas utilizados como referência reforçam a necessidade de intervenção do Estado para “garantir a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas” (LGT, art. 2º, I), pois o acesso à internet é um serviço essencial e de interesse público. Que compõe, no meu entendimento, uma necessidade básica para os cidadãos, caso contrário, corre-se o risco de ampliarmos um processo excludente, por se tratar de um novo tipo de analfabetismo: o “analfabetismo digital”. Neste caso, o analfabetismo implica também em não saber utilizar os instrumentos e operar a sua lingüística, o que acaba

⁹⁶ A Fazenda Cassange ou Bairro de Cassange é um bairro pouco conhecido dos soteropolitanos, pois a área fazia parte do município de Lauro de Freitas.

gerando um desinteresse ou não reconhecimento dos benefícios que estes instrumentos podem trazer para atividades educacionais, profissionais e, principalmente, ações de cidadania.

Os Mapas reforçam o argumento de que mesmo pela perspectiva pragmática do “acesso à informação”, como uma disponibilidade dos meios instrumentais, o processo é muito mais excludente do que includente. Já estamos no ano de 2017 e pouco mudou em relação a esta realidade. Acredito que pouco mudará nas próximas décadas, pois mesmo com a ampliação das conexões privadas de baixo custo, através da rede móvel de dados, disponibilizados pelas operadoras de celulares, sua qualidade (velocidade de *download* e *upload*) e seu custo serão fatores limitadores para uma conexão estável e ininterrupta fora dos grandes centros. Questões que ainda tratarei ao longo desta seção.

Assim, para ser mais coerente com o sentido de acesso que trato, posso falar não mais de “acesso” à informação, já que esta é uma condição do Sujeito, mas dos desafios do acesso à tecnologia ou da disponibilidade da mesma, pois desde o surgimento da internet em escala comercial, discute-se também as possibilidades de políticas públicas como forma de garantir o acesso da população à propriedade destes meios. Os desafios das políticas públicas institucionalizadas lidam com os entraves para garantir o acesso à tecnologia como um direito e um instrumento de democratização da informação – como um recurso necessário para viabilizar a democracia participativa – como um canal de comunicação para exercício da cidadania. Sendo um desafio complexo, que exige planejamento de longo prazo para viabilizar a disponibilidade dos meios, devido ao atraso de infraestrutura tecnológica em nosso país.

Tomarei agora, como referência, para tratar da disponibilidade das Tecnologias Digitais,⁹⁷ a partir do seu potencial instrumental, dados da Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – CETIC/TIC Domicílios 2015 – que me parece uma das melhores referências de dados estatísticos, quando se trata do Uso e o Acesso aos Instrumentos de Informação e Comunicação no Brasil.

⁹⁷ O termo Digital está vinculado aos instrumentos que operam através da codificação e decodificação de dados binários e que permitem uma conexão em rede para troca de pacotes de “informações”. Nesta pesquisa, como recorte, meu foco está no computador de mesa (*desktop*), no *notebook*, no *tablet* e no celular como instrumentos de análise. Outros dispositivos como videogame, Smarttv, dentre outros instrumentos; são reconhecidos pelo uso desta “tecnologia” digital, mas não fazem parte do meu recorte de pesquisa. Apesar de dados sobre o uso do *videogame* e da *smartv* aparecerem em alguns gráficos referenciados na pesquisa TIC Domicílios 2015.

A pesquisa TIC Domicílios é realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).⁹⁸ Um trabalho importante, pois o Cetic.br cuida da padronização de indicadores e das definições metodológicas, a partir de acordos internacionais, antes de coletar os dados estatísticos. Nas palavras de Maximiliano Salvadori Martinhão, membro do CGI.br,

Os indicadores e análises gerados pelo Cetic.br representam um importante instrumento de monitoramento da sociedade da informação e dos avanços da rede no país. A produção de estatísticas confiáveis e comparáveis internacionalmente torna-se ainda mais relevante para o acompanhamento da nova agenda de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas – Agenda 2030 –, da qual o Brasil é signatário (CETIC, TIC Domicílios 2015, p.23).

Novamente, parto do princípio que o acesso às Tecnologias Digitais deve ser considerado como uma condição social básica de infraestrutura e de serviço, a partir do século 21, tal como é a infraestrutura de estradas, saneamento básico e energia; bem como de serviços, como transporte público, segurança, saúde e educação públicas. Aqui, caberia um questionamento: como a disponibilidade deste instrumento poderia ser universalizada se as outras infraestruturas e serviços básicos ainda encontram desafios enormes para serem? Entendo que cada uma das infraestruturas e serviços lidam com seus desafios e são complementares entre si, no que tange a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Porém, como recorte desta Tese, tratarei apenas dos desafios da disponibilidade Tecnológica Digital como infraestrutura e como serviço básico, sendo este, como defendido aqui, um direito fundamental neste século.

Os pesquisadores da TIC Domicílios 2015 estiveram em mais de 23 mil domicílios em todo o território nacional, abrangendo 350 municípios, entre novembro de 2015 e junho de 2016, em sua 11ª Edição, a pesquisa investigou o acesso domiciliar às TIC, com foco em questões como: o uso que os indivíduos fazem de computadores e da Internet, as atividades desenvolvidas na rede, os locais de acesso, a frequência de uso, os instrumentos utilizados, o tipo de conexão, dentre outros.

Assim, os dados servem de referência para estudos, pesquisas, projetos e ações de Governo, da sociedade civil organizada e para qualquer Sujeito disposto a contribuir com a redução da pobreza e das desigualdades de oportunidades sociais, no que diz respeito à esta temática das

⁹⁸ O Cetic.br é um departamento vinculado ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cgi.br).

tecnologias digitais, obviamente dentro de uma perspectiva otimista do que se pode fazer com estes dados da pesquisa. Acredito que os Instrumentos de Informação e Comunicação são fundamentais para melhoria das condições socioeconômicas, mas, principalmente, com potencial de transformação das vidas das pessoas que, muitas vezes, são obliteradas de seus direitos como cidadãos.

Desigualdades regionais na infraestrutura de acesso à Internet nos domicílios brasileiros é um reflexo da prolongada desigualdade econômica entre as regiões do Brasil. No entanto, não se trata apenas de região, mas, principalmente, em função das desigualdades entre classes econômicas, pois as classes menos favorecidas da população ainda se encontram “digitalmente excluídas” por barreiras como: custo do acesso, falta de cobertura da rede, falta de habilidades técnicas, falta de interesse, não necessidade (pelo menos não reconhecimento da necessidade) e, principalmente, devido a uma autorização necessária que só o Sujeito pode fazer por si ao reconhecer o potencial destes instrumentos (desde que estejam disponíveis).

A motivação para o uso destes instrumentos são variadas e inter-relacionadas, pois vão desde o entretenimento, participação em redes sociais e compartilhamento de conteúdos, até uma análise e um posicionamento perscrutador sobre o que se recebe e o que se produz e compartilha na rede, além da busca qualificada por conteúdos e uma elaboração crítica ao introperativizar estes “conteúdos” enquanto significantes.

Por isso, muitas pesquisas e políticas públicas institucionalizadas sobre a “inclusão digital”⁹⁹ têm avançado para além do critério de quem tem ou não acesso aos instrumentos de informação e comunicação. Desta forma, o **Letramento Digital**, como alternativa ao Analfabetismo Digital, torna-se necessário para escapar de um reprodutivismo pouco crítico, sobre o que está disponível na rede. Tomo o sentido de Letramento de forma ampla, não apenas como um domínio lingüístico ou conceitual, mas como uma implicação do Sujeito sobre aquilo que vê/percebe/lê/ouve/sente, ou seja, o tomo enquanto significante. Pois, é necessária a

[...] compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da

⁹⁹ Coloco entre aspas pois, a inclusão é uma decisão do Sujeito. Se não estiver na ordem do seu desejo, como implicação própria, não é possível falar em inclusão tomando apenas como referência dados estatísticos sobre a disponibilidade tecnológica. Incluir não é simplesmente pegar o que está fora e colocar dentro. Mesmo que resolvidas as questões tecnico-pragmáticas-formativas, só o Sujeito poderá se incluir em última instância.

palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele (FREIRE, 1989, p.9).

Concordando com Freire, e aproximando do eixo temático desta Tese, entendo que a interoperativização dos significantes pressupõe uma experiência simbólica que o precede e a forma que o Sujeito toma os signos para si, sendo assim, **o letramento trata-se de uma formalização da experiência estética do Sujeito ao lidar com o Mundo.**¹⁰⁰

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (SEVERINO In: FREIRE, 1989, p.9).

Voltando para o campo dos instrumentos digitais, as competências técnicas relacionadas à Internet, conhecidas como “conhecimento de botão” (em inglês *button knowledge*) são habilidades meramente mecânicas diante do sentido de Letramento Digital aqui articulado. Por isso, acredito que estudos, pesquisas e formas de mensuração apontam recentemente para um entendimento mais crítico e amplo para questão do “acesso”, sendo esta minha contribuição original nesta Tese, enfatizando que se deve considerar as habilidades técnicas básicas, assim como as condições de compreensão de conteúdo e a condição singular e criativa do Sujeito diante do que está posto.

Tomando como referência os dados divulgados pela TIC Domicílios 2015, posso afirmar que praticamente metade da população brasileira não tem acesso à infraestrutura necessária para que aconteça a disponibilidade instrumental tecnológica. Esta realidade se deve à diversos motivos, como:

- a) Atraso histórico em investimentos na infraestrutura de telecomunicações do país, seja pela extensão territorial que implica em altos custos, seja pela falta de planejamento de longo prazo pelo Governo;
- b) Disparidades históricas entre regiões brasileiras do ponto de vista econômico que reflete em disparidades estruturais;
- c) Diferenças de oportunidades e investimentos entre zonas urbanas e rurais;
- d) Diferenças de oportunidades e investimentos entre bairros nobres e bairros periféricos;
- e) Diferenças de oportunidades entre Classes “Sociais” (desigualdade socioeconômica);

¹⁰⁰ Como já tratado anteriormente, entendo a Estética como a expressão do Sujeito, uma condição ontológica que permite atribuir sentido próprio diante da Realidade.

- f) Alto índice da corrupção brasileira que faz com que apenas uma parte dos recursos de infraestrutura sejam efetivamente aplicados naquilo para que foram destinados;
- g) Fragilidade de projetos que levam em consideração apenas a instalação inicial de equipamentos, desconsiderando a manutenção/atualização/ampliação destes instrumentos e serviços em médio e longo prazo (muitos projetos não são auto-sustentáveis);
- h) Depredação de patrimônio público que podem vir a acontecer durante ou após sua instalação;
- i) Muitos projetos são aprovados por interesses da indústria ou *lobby*¹⁰¹ de empresas, não levando em consideração a realidade e necessidade local. Por vezes são adquiridos produtos defasados tecnologicamente ou que não podem ser utilizados por faltar, por exemplo, uma tomada;
- j) Qualidade técnica questionável dos produtos adquiridos através de licitações que levam em conta apenas o preço;
- l) Falta de incentivos governamentais para implementação de infraestrutura pela iniciativa privada;
- m) Pelo fato do mercado brasileiro “economicamente viável” estar concentrado apenas nos grandes centros, que na verdade é uma forma de maximizar os lucros por parte das empresas;
- n) Pouca concorrência entre empresas que ofertam os serviços de transmissão de dados (quase um monopólio), fazendo com que os preços permaneçam elevados e faltem mais investimentos. Questões que poderiam ser melhoradas se tivéssemos um número maior de empresas explorando comercialmente a disponibilidade do serviço;
- o) Custo desta tecnologia, que em grande parte é importada, com altas taxas de impostos. O que dificulta o investimento por parte do Governo, das empresas privadas e do cidadão;
- p) Melhoria das tecnologias de transmissão de rede sem fio, pois ainda não evoluíram o suficiente para cobrir grandes áreas e distâncias ou estão restritas, pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em uma faixa de transmissão de curto alcance e com grandes interferências. Em breve, mais uma faixa de transmissão será disponibilizada com o encerramento da transmissão de sinal analógico pelas emissoras de TV. Após o desligamento, um novo espectro de frequência estará disponível para ser usado por operadoras de celulares para que possam ofertar redes 4G na faixa de 700 MHz. Atualmente, o 4G está disponível

¹⁰¹ Ações que visam influenciar de forma ostensiva ou velada, por uma pessoa ou grupo organizado, com o objetivo de influenciar ou interferir nas decisões do poder público para obter algum tipo de vantagem ou benefício.

apenas na faixa de 2,5 GHz. Isto poderá aumentar o alcance e, com isto, ampliar a disponibilidade de sinal, para acesso à internet em um futuro próximo;

q) Falta de atenção política e investimentos no Programa Nacional de Banda Larga Popular (PNLB);

r) Pouca habilidade técnica do cidadão, que precisa ir para além do apertar botão;

s) Não reconhecimento deste instrumento como um potencial transformador da realidade pelos Sujeitos, que muitas vezes têm como prioridade outras necessidades mínimas que ainda não foram garantidas, como saneamento básico, transporte, luz, educação etc, o que resulta na falta de interesse e de necessidade destas ferramentas tecnológicas;

t) A crise econômica que reduziu drasticamente os investimentos em infraestrutura e o apoio de políticas institucionalizadas;

u) Falta de representação política com força suficiente para defender a importância da infraestrutura de TIC, em nosso país, como prioridade estratégica de longo prazo e como um direito garantido por lei (Lei nº 9.472, Lei Geral de Telecomunicações).

Todas estas questões contribuem para que hoje cerca de 30.000.000 (trinta milhões) de residências das classes C, D e E, no Brasil, não tenham sequer acesso às tecnologias digitais, ou seja, à propriedade destes meios de informação e comunicação. É certo que, ano após ano, este número tenda a diminuir, entretanto o tipo de acesso que expande, para alimentar os números da chamada “inclusão digital” pelo Governo, atualmente, está sendo viabilizado pela **tecnologia 3G e 4G**,¹⁰² que tem velocidade de transmissão limitada e volume de dados reduzidos, além do custo de longo prazo ser maior para o cidadão.

Assim, tornar-se-ia um desafio enorme, apenas se fosse considerado o desafio de resolver a exclusão atrelada à disponibilidade dos instrumentos de informação e comunicação, pois sua solução teria que buscar alternativas para melhorar a infraestrutura e disponibilizar serviços e equipamentos gratuitos, ou de baixo custo, para população “excluída”, ainda que garantissem uma conexão qualificada (sem interferência ou quedas) de forma ilimitada. Lembrando que praticamente metade da população brasileira, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2015, não tem acesso à Internet.

¹⁰² Referente à 3ª e 4ª geração de padrões e tecnologias de telefonia móvel, regulamentada pela normas da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Todavia, mesmo reconhecendo todos estes motivos como limitadores do acesso às TICs, ainda devo acrescentar que parte da “outra metade” da população, que tem acesso à disponibilidade tecnológica, ou seja, acesso à *internet*, também pode se encontrar excluída por motivos como: baixa qualidade do sinal de *internet* ou volume de dados limitados; pouca habilidade de uso (onde a ênfase de solução recai na necessidade de oferta de treinamento formal técnico); pouca disponibilidade de conteúdo sem restrição de forma inteligível (através de “portais de transparência”);¹⁰³ e, principalmente, uma necessária e importante autorização que o Sujeito precisa fazer para Interoperativizar um sentido que lhe seja próprio diante do conteúdo que “acessa”.

Desta forma, torna-se claro que até mesmo a acessibilidade instrumental e o treinamento formal (técnico) não são suficientes, no meu entendimento, para que as pessoas usufruam do verdadeiro potencial das TICs. Acredito que existam estudos que demonstrem que a Educação é um fator que influencia de forma significativa nas habilidades técnicas, nos sentidos e nos usos que podem ser feitos com os instrumentos digitais, entretanto, como a relação TIC e Educação abre um campo muito amplo de estudos e reflexões, não tratarei desta relação neste Tempo-Tese-Formal, mas já antecipo o meu interesse de relacionar estes campos em estudos e pesquisas futuras.

Muitos dos gráficos e tabelas, que referencio agora, mostram diferenças profundas entre as classes econômicas. Apesar do relatório se referir a classes sociais, uma observação que consta no próprio relatório, justifica o **Conceito de Classe Econômica adotado pela pesquisa**, como vemos a seguir:

O termo mais preciso para designar o conceito seria classe econômica. Entretanto, manteve-se classe social para fins da publicação das tabelas e análises relativas a esta pesquisa. A classificação econômica é baseada no Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), conforme definido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep). A entidade utiliza para tal classificação a posse de alguns itens duráveis de consumo doméstico, mais o grau de instrução do chefe da família declarado. A posse dos itens estabelece um sistema de pontuação em que a soma para cada domicílio resulta na classificação como classes econômicas A1, A2, B1, B2, C, D e E. Para a análise dos dados, essas categorias foram sintetizadas em A, B, C e DE. O Critério Brasil foi atualizado em 2015, resultando em classificação não comparável à anteriormente vigente (Critériobrasil 2008). (CETIC, TIC Domicílios 2015, p.106)

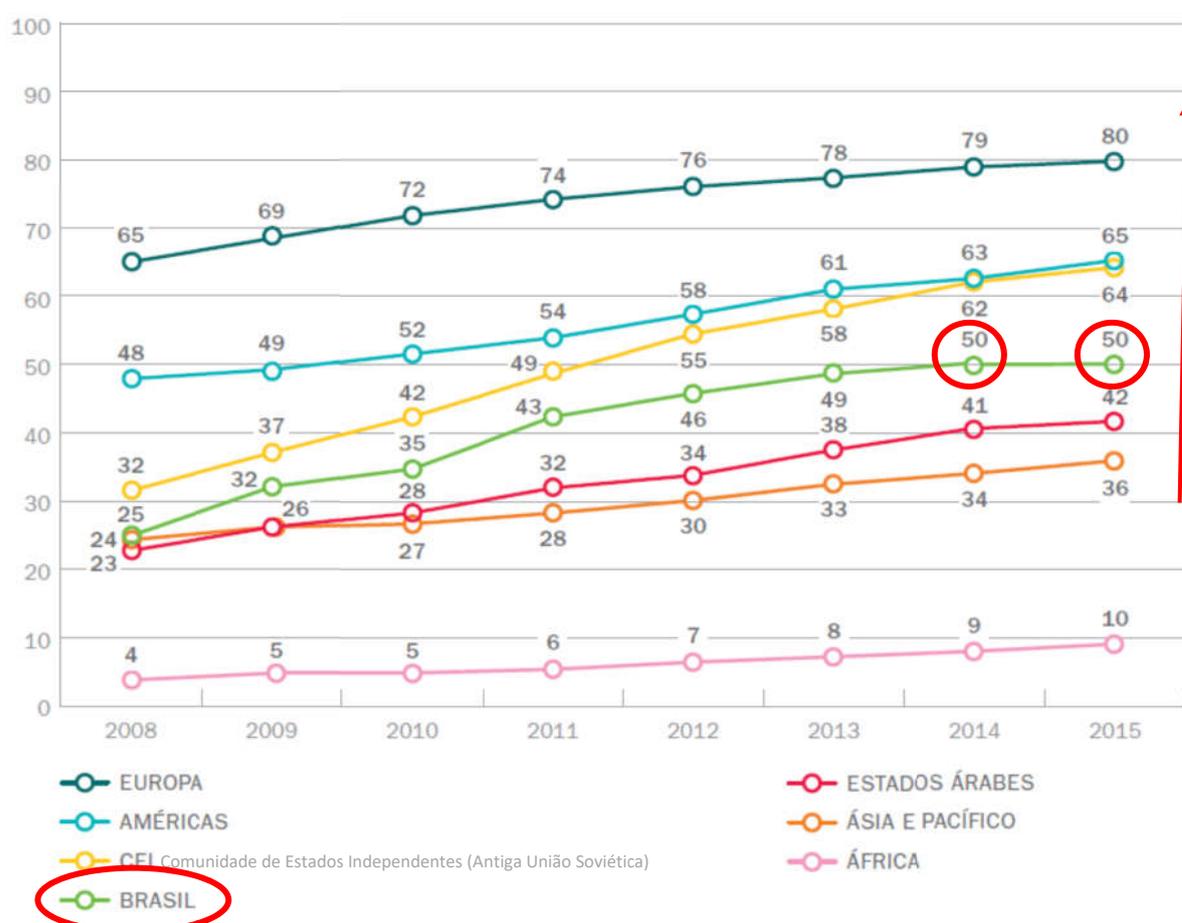
¹⁰³ O termo transparência tem sido muito utilizado por políticos e veículos de imprensa, mas para a epistemologia que fundamenta esta Tese, a transparência mencionada se refere ao direito constitucional à informação (informado), que hoje tenta ser validado por diversas leis, porém com desafios enormes em relação à sua aplicabilidade.

Feita esta observação, apontarei os dados que considero mais importantes para o meu recorte de pesquisa, de acordo com os argumentos que se seguem. Para facilitar o entendimento do leitor, destaquei os dados que referencio com círculos e elipses com borda na cor vermelha.

Os dados gerais, apresentados no Gráfico 01 (abaixo), mostram que 50% dos domicílios brasileiros têm acesso ao computador. Entretanto é possível notar que este número foi o mesmo de 2014, diferentemente do crescimento visto em outras regiões do globo analisadas, cujo aumento variou entre 1 e 3 pontos percentuais.

Gráfico 01 - Proporção de domicílios com computador em regiões do mundo e no Brasil (2008 – 2015)

Percentual sobre o total de domicílios



Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 130)

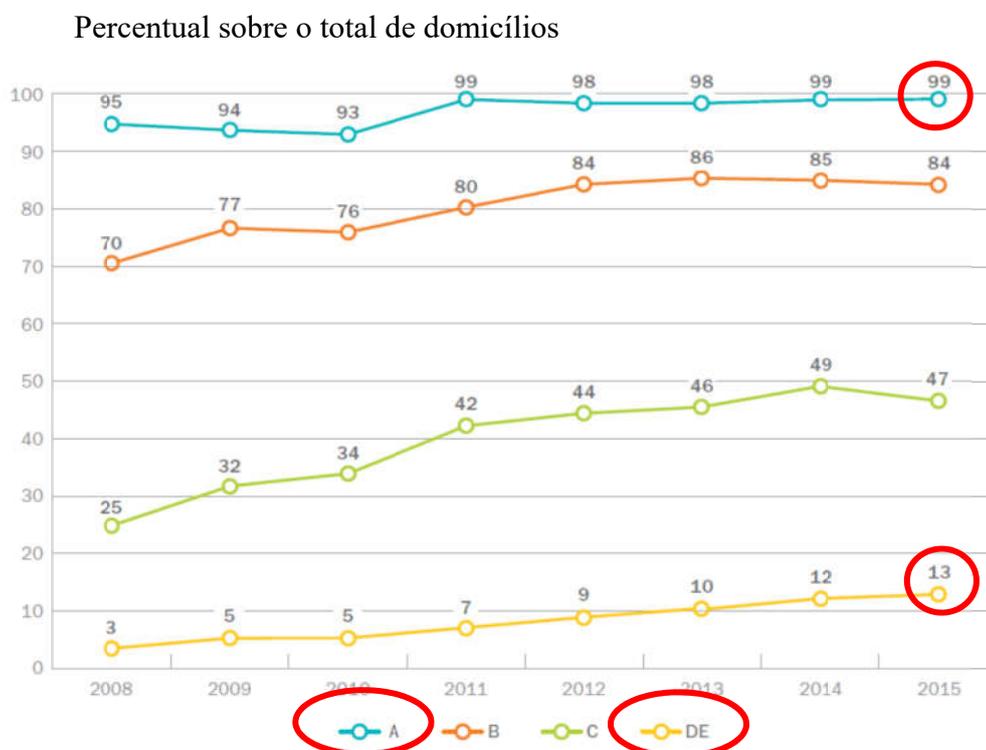
Nota 1: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Nota 2: A fonte utilizada pelo Cetic.br, como referência para os dados internacionais, foi o ITU *World Telecommunication/ICT Indicators database*.

Todavia, a leitura de dados gerais ofusca as profundas diferenças entre classes econômicas no nosso país, pois se levarmos em consideração estas diferenças, este percentual do número de domicílios com acesso ao computador passa a ser de apenas 13% para as Classes D e E, enquanto a disponibilidade para Classe A chega à 99%, como podemos verificar no Gráfico 02. Ou seja, números pouco acima dos índices do Continente Africano (10%), quando comparados aos índices das Classes D e E (13%) brasileira, e índices muito acima da média europeia (80%) quando comparados a Classe A brasileira (99%).

As diferenças ocultas, quando tomamos como referência as médias nacionais (Gráfico 01), também não demonstram variação percentual entre a zonas rurais e zonas urbanas (Gráfico 03), quando se trata do número de computadores por residência. Na área rural apenas 22% dos domicílios estão conectados à Internet, menos da metade dos 56% de domicílios de áreas urbanas, que tem a disponibilidade tecnológica. Isto sem avaliar a qualidade e o tipo de contrato da área rural, em termos velocidade, custos e volume de dados destas conexões. É possível perceber, também, um crescimento da zona urbana de 2 pontos percentuais em relação à 2014; já a zona rural manteve o mesmo percentual (22%) em relação ao ano anterior.

Gráfico 02 - Proporção de domicílios com computador, por classe social (2008 – 2015)

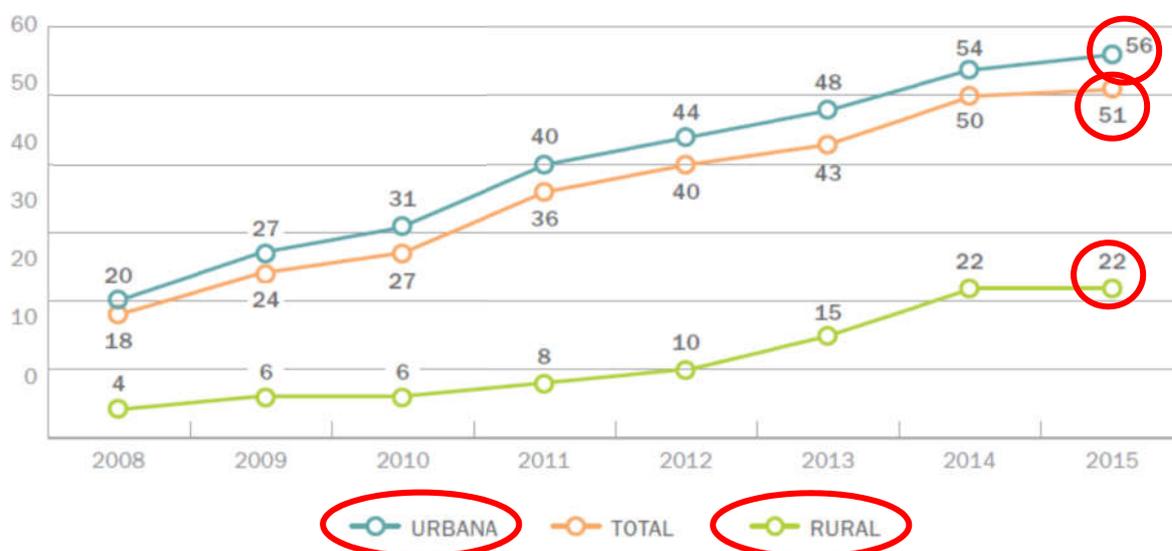


Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 129)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Gráfico 03 - Proporção de domicílios com acesso à internet, por área (2008 – 2015)

Percentual sobre o total de domicílios



Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 133)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Lembrando ao leitor que reconheço que é importante e necessário reduzir de forma significativa as disparidades de acesso aos instrumentos tecnológicos entre as áreas urbanas e rurais, entre as diferentes regiões geográficas do país e, no interior de cada região, entre as diferentes classes sociais, entretanto existe um problema de ordem qualitativa, para o Sujeito, no sentido do **real acesso à informação**, como tratado nos capítulos anteriores, entretanto esta seção continuará tratando especificamente do Não Acesso Instrumental.

Como se não bastasse o Não Acesso ao Computador, ainda temos o problema do Não Acesso à Internet que, de modo mais amplo, lida com o problema da disponibilidade tecnológica. Apesar da média nacional de residências com acesso à Internet girar em torno de 51%, mesmo dado registrado em 2014, o percentual de residências sem acesso à internet na região Nordeste é de 60% e na região Norte de 62%, como podemos comprovar nos registros apresentados pela Tabela 01. Neste aspecto, **concordando** com Porciuncula, L. e Infante J. (CETIC, TIC Domicílios 2015, p. 48), o Brasil, como país que integra o bloco América Latina e Caribe (ALC), alcançou

[...] avanços significativos em termos de desenvolvimento econômico e social ao possibilitarem a inclusão de dezenas de milhões de domicílios mais pobres na classe média global. Todavia, uma grande proporção da população na ALC continua distante de regiões mais desenvolvidas com relação a padrão de vida, níveis de igualdade de renda, participação da economia

informal, educação, investimentos, accountability governamental, infraestrutura, produtividade e conectividade. Essa situação é inevitavelmente agravada pela recente desaceleração da economia. Para que a região consiga aproveitar os benefícios da economia digital, é essencial enfrentar alguns desafios estruturais e setoriais.

Tabela 01 - Domicílios Com Acesso e Sem Acesso à internet, por região (2015)

Estimativas em milhões de domicílios e percentual sobre o total de domicílios

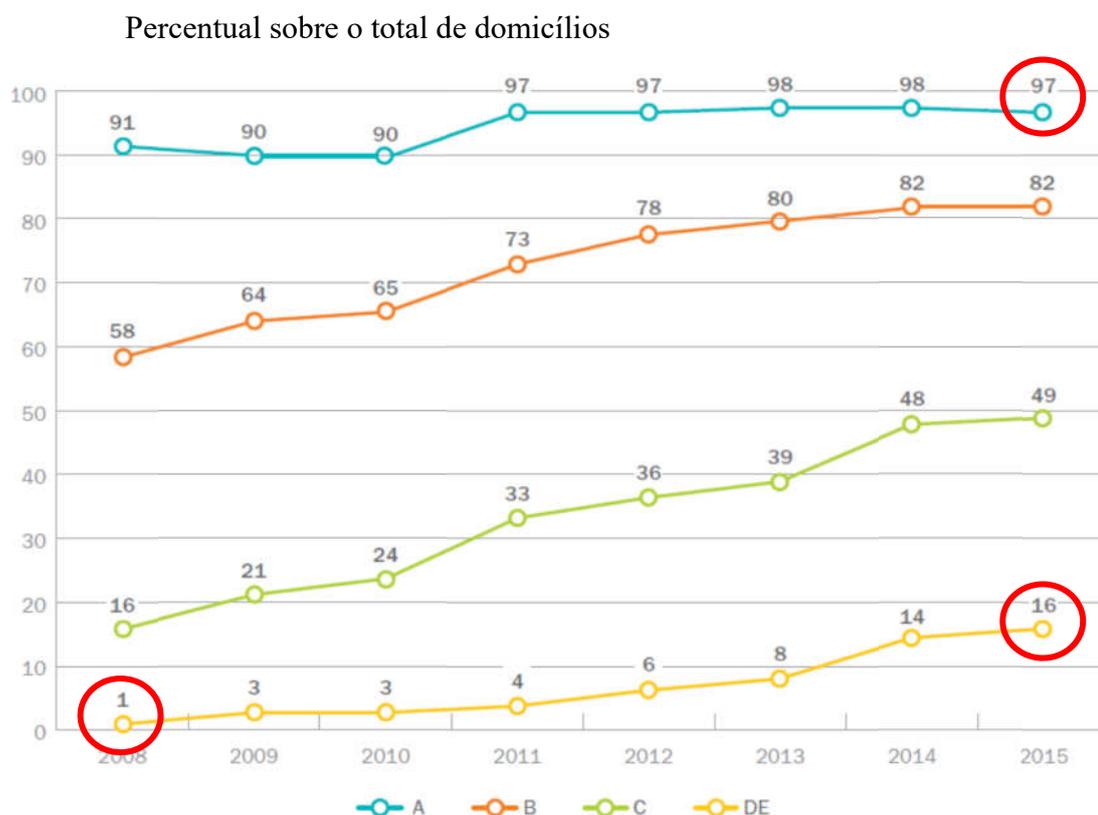
		Domicílios com acesso à Internet (em milhões)	%	Domicílios sem acesso à Internet (em milhões)	%
Total		34,1	51%	32,8	49%
Região	Sudeste	17,4	60%	11,7	40%
	Nordeste	7,0	40%	10,5	60%
	Sul	5,4	53%	4,9	47%
	Norte	1,9	38%	3,1	62%
	Centro-Oeste	2,5	48%	2,7	52%

Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 133)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Outra observação que faço, agora tomando como referência o Gráfico 04, a seguir, é que nos domicílios da Classe A, o acesso à Internet encontra-se praticamente universalizado, com 97% de disponibilidade do recurso, já as pessoas que compõem as Classes D e E têm apenas 16% de acesso a esta infraestrutura tecnológica. Reconheço que 16% representa um aumento significativo quando comparado aos dados de 2008, cujo percentual registrado foi de 1%, mas este salto se deve, no meu entendimento, à “popularização” da tecnologia 3G e 4G, que permite o acesso à internet por celulares e pelo uso da banda larga móvel (quando disponível), cuja qualidade é questionável por limitações como custo de longo prazo, direcionamento de uso (através de Dados Patrocinados¹⁰⁴), restrição ao volume de dados, velocidade de *upload* e *download* e falhas de sinal.

¹⁰⁴ Tratarei desta questão mais à frente. Por enquanto, de forma resumida, os Dados Patrocinados se referem à acordos firmados entre empresas (de tecnologia ou serviços) com operadoras de celular, permitindo o acesso “gratuito” às informações que trafegam em algumas aplicações, como aplicativos de redes sociais, aplicativos de mensagens, vendas *online*, bancos, dentre outras empresas que patrocinam o acesso aos seus dados.

Gráfico 04 - Proporção de domicílios com acesso à internet, por área (2008 – 2015)

Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 134).

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Como metáfora, a crítica que faço ao celular como dispositivo de acesso rápido à conteúdos é que, pelo celular, ao invés de ler um livro estaríamos limitados ao seu resumo ou fichamento. Isto tem sua importância, mas diminui as possibilidades críticas de “acesso” à informações mais amplas, pois o computador permite verticalizar melhor um estudo ou pesquisa sobre um determinado assunto. Ficaria a pergunta, mas eu não posso fazer o mesmo uso do celular¹⁰⁵ tal como faço do computador? A resposta é sim, mas com as limitações ergonômicas do celular teríamos um fator que dificulta a igualdade de “acesso” ao conteúdo mais qualificado. Seguirei com as análises para ampliar um pouco mais esta crítica.

A “inclusão tecnológica” vem sendo tratada, no Brasil, com uma ênfase muito grande em aspectos que atendam o interesse econômico, onde o livre mercado define onde e como investir, o que é um problema do ponto de vista do desenvolvimento de longo prazo de uma nação, pois esta, através de políticas públicas institucionalizadas, deve levar em consideração

¹⁰⁵ Sei que o celular, a rigor, é um tipo de computador, mas aqui a comparação é com *notebooks* e *desktops*.

a necessidade de garantir um maior equilíbrio de oportunidades para seus cidadãos. Como alternativa à visão limitada do mercantilismo digital, José Carlos Vaz¹⁰⁶ (CETIC, TIC DOMICÍLIOS, 2015, p.61), contribuirá dizendo que

Pensar em soberania tecnológica significa passar a ver as TIC como recurso estratégico do **país**, não como ferramenta de solução de problemas pontuais. Esse entendimento pode surgir como um avanço a partir de políticas que tomem a promoção do acesso à tecnologia como instrumento de desenvolvimento, ultrapassando sua dimensão unicamente econômica. Essa posição implica que é necessário deixar de lado a lógica microeconômica como paradigma de avaliação das decisões em TIC no setor público. As decisões devem passar a ser presididas não pelo seu impacto nos custos deste ou daquele serviço, mas por seu impacto na apropriação da tecnologia pelo país e, portanto, de acordo com a lógica do desenvolvimento.

De acordo com os dados populacionais da pesquisa, em 2015, **60 milhões de brasileiros, com 10 anos ou mais, nunca acessaram a Internet**. Só na região Nordeste este número chega à 20 milhões de pessoas, como apresentado pelo Gráfico 05. Outro dado que se destaca é que na região Sudeste tida, muitas vezes, com melhores condições econômicas e sociais que a região Nordeste, o número de pessoas que nunca acessaram a internet ultrapassa 21 milhões. O mesmo gráfico ainda nos mostra as diferenças por Área, Região, Grau de Instrução, Faixa Etária e Classe Social. Prova que o “Hiato Digital” ainda se configura um desafio enorme, envolvendo outros aspectos que vão além da regionalidade. Pois, segundo a pesquisa

O custo foi a barreira mais mencionada entre as classes sociais mais baixas, citada por 59% das classes DE que nunca usaram a Internet e por 62% daqueles com renda familiar de até um salário mínimo. Por outro lado, a falta de habilidade com computador esteve mais associada ao nível de instrução e à idade do respondente. Esse motivo foi mencionado por 81% dos indivíduos de 45 a 59 anos que declararam nunca ter utilizado a Internet. Os dados revelam, portanto, que existem barreiras para uma maior expansão do uso da Internet que vão além das limitações de recursos financeiros e que precisam ser levadas em conta pelas políticas que se destinam à ampliação desse acesso. É fundamental, portanto, um conjunto de ações que leve em consideração, além das desigualdades econômicas, as questões geracionais e de literacia para apropriação efetiva das tecnologias. (CETIC, TIC DOMICÍLIOS 2015, p.141)

¹⁰⁶ Professor do curso de Gestão de Políticas Públicas e coordenador do Grupo de Estudos em Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (GETIP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACHUSP). Doutor em Administração de Empresas (Sistemas de Informação) e mestre em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV).

Gráfico 05 - Indivíduos que nunca usaram a internet (2015)

Estimativas em milhões de pessoas



Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 141)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Continuando com a análise do Gráfico 5, 49 milhões de pessoas que **nunca acessaram a internet** têm idade acima de 35 anos e 54 milhões fazem parte das classes C, D e E. Todavia, para os cidadãos da Classe A, este número se quer é registrado (0%), mesmo reconhecendo que a Classe A representa uma parcela pequena da população, ou seja, cerca de 3% do total da população de acordo com o Critério Brasil, adotado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), em dezembro de 2015.

Assim, apesar do Não Acesso sofrer forte influência das questões econômicas, este não foi o único motivo apontado pelos entrevistados. Pois, de acordo com a pesquisa

Dentre os brasileiros com 10 anos ou mais que nunca utilizaram a Internet, foram investigados os motivos para isso. **Ainda que o custo seja um fator importante para o não uso da Internet – motivo mencionado por metade (50%) dos que nunca acessaram a rede –, as principais razões citadas foram a falta de habilidade com o computador (74%), a falta de**

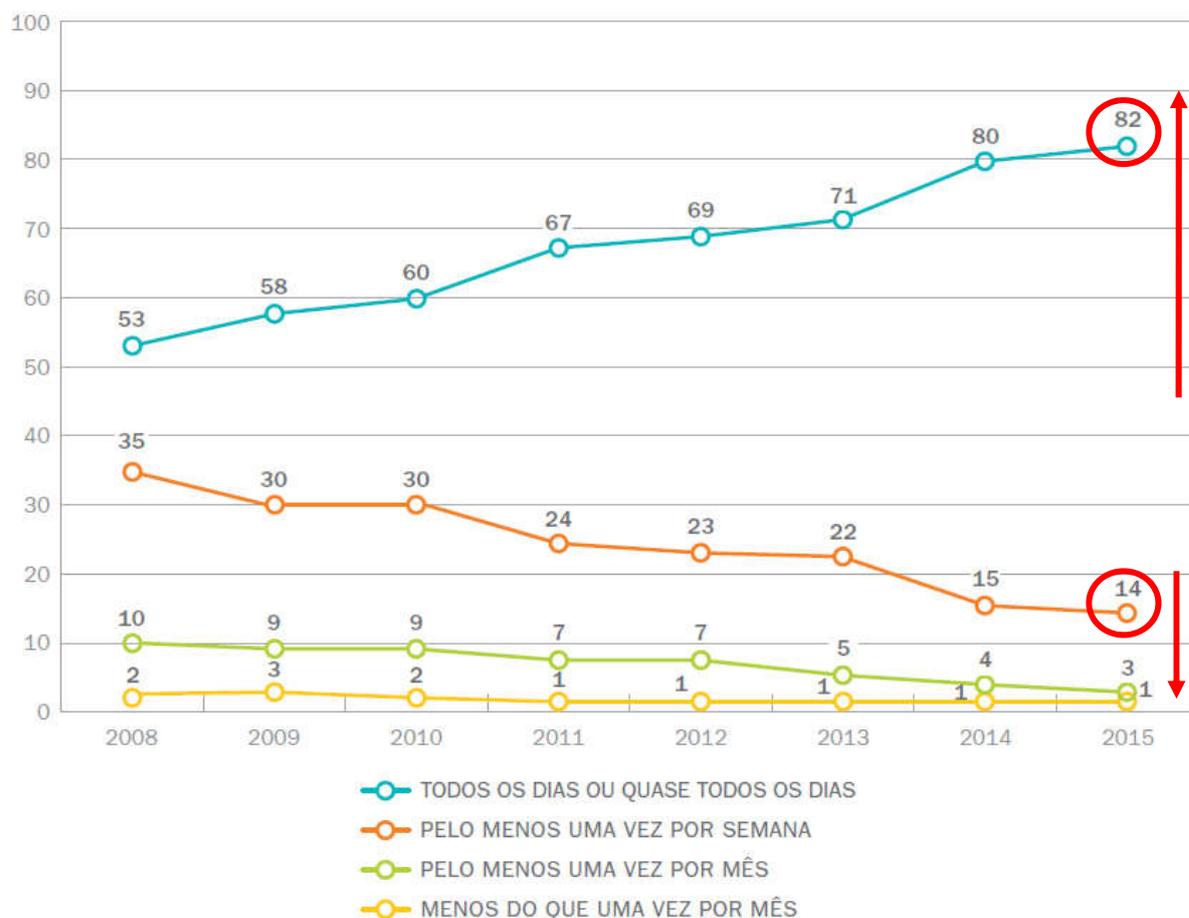
interesse (70%) e a falta de necessidade (59%) (CETIC, TIC DOMICÍLIOS 2015, p.141, grifo meu).

Entretanto, defendo que os motivos apontados para o Não Acesso, de certa forma, estão interligados, ou seja, a questão financeira, a falta de habilidade, a falta de interesse e a falta de necessidade são motivos que se vinculam.

Para formular melhor meus argumento, outro gráfico que destaco é o que trata da frequência de uso daqueles que já acessam a internet – Gráfico 06, abaixo –, ou seja, que venceram a barreira da disponibilidade instrumental e da falta de recursos para adquirir e contratar o serviço de conexão.

Gráfico 06 - Proporção de usuários de internet, por frequência do acesso individual (2008 – 2015)

Percentual sobre o total de usuários da Internet



Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 142)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Ao analisar o Gráfico 06, noto que, a partir do momento que as pessoas tem acesso à esta tecnologia, existe uma tendência de ampliação de demanda de uso diário do computador/celular com acesso à internet, o que implica o Sujeito em um aumento da habilidade de uso, do interesse e da necessidade pelo instrumento, que foram apontados, juntamente com a barreira econômica, como os principais motivos para que as pessoas entrevistadas nunca tenham acessado a internet. Isto demonstra a importância desta ferramenta na vida das pessoas, sobretudo depois que vencem a barreira da disponibilidade tecnológica para o primeiro acesso.

Com base nos dados do Gráfico 06, observo que, nos últimos 8 anos, o uso semanal caiu de 35% para 14%, já o uso diário subiu de 53% para 82%. Queda percentual também percebida para o uso mensal (7 pontos percentuais) ou inferior a isso (menos de uma vez ao mês), que reduziu um ponto percentual, mas que representa 50% de redução em relação a 2008, pois diminuiu de 2 para 1 ponto estatístico.

Outros dados importantes, que resultaram com a pesquisa, foram os que comprovam o aumento considerável no uso do celular como dispositivo de acesso à internet. Inclusive em 2015, pela primeira vez, o número de acessos através de celular ultrapassa o número de acessos por computador, um comportamento, acredito eu, que só tende a crescer. De acordo com dados coletados, Gráfico 07, entre os usuários da rede, 89% acessam a Internet pelo telefone celular, enquanto 65% o fizeram por meio de um computador. Sendo que, na pesquisa TIC Domicílios 2014, o percentual era 80% de acessos pelo computador e 76% pelo telefone celular. Mesmo assim,

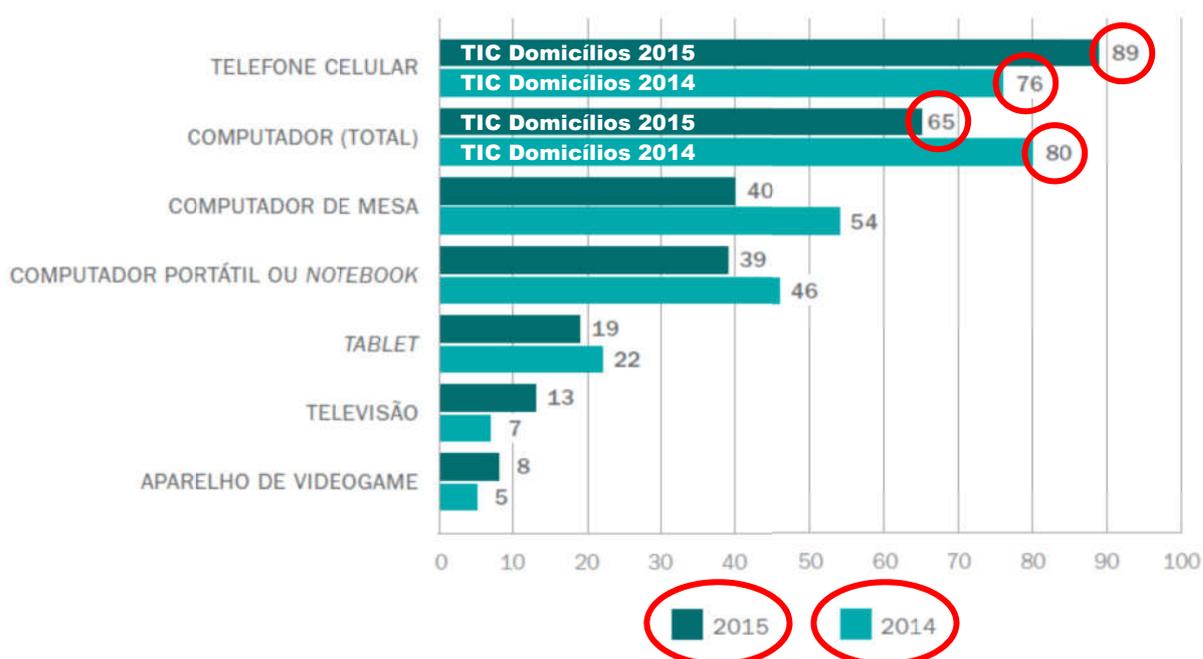
O crescimento no número de usuários, contudo, não foi suficiente para diminuir as desigualdades entre os diversos estratos estudados na pesquisa. Enquanto 90% dos indivíduos da classe A e 78% dos de classe B são usuários de Internet pelo celular, essa proporção foi de 55% na classe C e de apenas 28% na classe DE.

Essa nova realidade, com o uso de *smartphones*, impõe desafios importantes no que diz respeito à uma utilização qualificada deste dispositivo. O limite tecnológico imposto pela falta de investimentos em infraestrutura de rede cabeada, potencializa a exploração comercial da Internet Móvel, o que aponta por uma busca pela massificação do seu uso comercial, sendo uma lógica diferente da proposta de universalização de sua disponibilidade tecnológica como um direito do cidadão de “acesso” à informação, na medida em que empresas privadas e Governo limitam o volume de dados de acesso, seja por custo ou infraestrutura disponível; e

agora por conteúdos e serviços que começam a ser direcionados através dos Dados Patrocinados.

Gráfico 07 - Proporção de usuários de internet, por dispositivo utilizado para acesso individual (2014 – 2015)

Percentual sobre o total de usuários da Internet



Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 143)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Antes de aprofundar mais criticamente estas questões dos Dados Patrocinados, sigamos com os números que consolidam a idéia de que os *smartphones* se tornarão cada vez mais absolutos, em termos de possibilidade de acesso, acima que qualquer outro dispositivo do ponto de vista numérico.

Entre os indicadores, vi com destaque, o crescimento no uso do *smartphone* como único dispositivo de acesso para uma parcela significativa da população conectada. Em 2014, a média nacional era de 14% entre usuários que usaram apenas o celular para acessar a *internet*, já em 2015 este percentual pulou para 35%, ou seja, mais que dobrou. Outro dado interessante, que podemos extrair do Gráfico 8, é a diferença percentual entre os usuários que usaram apenas o celular para acessar a *internet* pela Classe A (8%) e aqueles da Classe D e E

(65%). Já o acesso por ambos dispositivos (computador e *smartphones*) inverte o percentual entre as Classes, sendo 84% para Classe A e 24% para as Classes D e E.

Gráfico 08 - Proporção de usuários de internet, por dispositivo utilizado para acesso individual (2015)

Percentual sobre o total de usuários da Internet



Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 144)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

Conforme argumentado anteriormente,

[...] o telefone celular já se configura, no Brasil, como o equipamento mais utilizado para acessar a Internet. Segundo a TIC Domicílios 2015, 98 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais são usuários de Internet pelo telefone celular, o que representa 56% da população, proporção que apresentou crescimento de nove pontos percentuais em relação a 2014 (47%) (CETIC, TIC DOMICÍLIOS 2015, p.150).

Volto a defender que o acesso através de *smartphones* possui algumas limitações qualitativas como, por exemplo, a possibilidade de concentração em pesquisas e estudos de textos longos. Claro que o *smartphone* é implacável no quesito praticidade, mobilidade e acesso à conteúdos simplificados de forma ágil, mas o imediatismo tem seu preço.

As diferenças entre os dispositivos, em relação à capacidade de processamento e de armazenamento, apesar de existirem, quando comparamos um celular e um computador, não acredito ser a mais relevante, já que esta limitação é contornável, com o mínimo de habilidade técnica de uso, pois os dados podem ser armazenados na nuvem¹⁰⁷ e o processamento é suficiente para “rodar” as principais aplicações tanto no computador quanto no celular. Inclusive a tendência é a possibilidade de uso híbrido, pois muitas aplicações hoje permitem o acesso à dados pelo *smartphone* e pelo computador, assim os dispositivos funcionariam como “Janelas de Acesso”.

Acredito que o maior problema esta relacionado ao tamanho da tela (monitor), que limita as possibilidades de uso e o tempo de permanência, com o mínimo de salubridade, pelo usuário diante do dispositivo, que é fortalecido com os limites de dimensão do teclado para digitação. Muitos dos conteúdos mais qualificados dependem de uma área de tela maior, pois ajuda ergonomicamente o usuário que precisar passar longos períodos usando o dispositivo visando uma verticalização crítica de um determinado conteúdo. Com isso, temos o fator de imersão e concentração na atividade de estudo ou pesquisa, que é diferente quando comparamos *smartphones* e computadores. O *smartphone* é um importante instrumento, mas não substitui por completo o computador (*Desktop* e *Notebook*). Não é à toa que o uso do computador é elevado para Classe A (Gráfico 08), chegando à 92% de uso no acesso à *internet* (somados os 8% de acesso apenas pelo computador e 84% pelo computador e pelo *smartphone*). Já para as

¹⁰⁷ Quando os dados são armazenados fora do dispositivo, em servidores de armazenamento de empresas que prestam este serviço gratuitamente ou de forma paga. São os chamados “discos virtuais”.

Classes D e E o percentual total é de 34% (somados os 10% de acesso apenas pelo computador e 24% pelo computador e smartphone).

Voltando para pesquisa TIC Domicílios 2015, outros dados, como podemos verificar na Tabela 02, confirmam a tendência de queda no uso computador (incluindo *desktop*, *notebook* e *tablet*), como único dispositivo de acesso à internet, quando comparamos os percentuais totais de 2014 (24%) e 2015 (11%), uma queda de mais de 50% em um único ano. A redução no uso do computador aconteceu em todas as Classes, mas destaco os dados das Classes D e E com uma queda de 20 pontos percentuais, o que representa um terço do total, em comparação ao ano anterior. Já o inverso aconteceu com os celulares, onde seu uso foi ampliado em 26% nestas mesmas Classes (D e E). É possível verificar também que o crescimento no uso do *smartphone*, como único dispositivo de acesso, acontece em todas as Classes Sociais (econômicas).

Tabela 02 - Proporção de usuários de internet por equipamentos usados para usar a rede, por classe social (2014 – 2015)

Percentual sobre o total de usuários de Internet

		Usuários de Internet que usaram a rede apenas pelo computador (de mesa, portátil ou tablet)		Usuários de Internet que usaram a rede apenas pelo telefone celular		Usuários de Internet que usaram a rede tanto pelo computador quanto pelo celular	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
TOTAL		24%	11%	20%	35%	56%	54%
CLASSE SOCIAL	A	13%	8%	2%	8%	85%	84%
	B	22%	10%	10%	19%	68%	71%
	C	25%	11%	26%	44%	48%	44%
	DE	30%	10%	39%	65%	31%	24%

Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 145)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

O acesso à Internet por meio do celular, de forma exclusiva, também foi mais freqüente entre os usuários que residem nas regiões Norte (55%) e Nordeste (43%), e nas zonas rurais com percentual de 56%, o que reforça a tese de que o *smartphone* se configura como,

possivelmente, a única alternativa para o uso da rede nas áreas em que a infraestrutura de *internet* fixa não está disponível.

É fato que a mobilidade permitida pelas redes de sinal 3G e 4G (e futuramente 5G) favorecem o seu uso em qualquer ambiente, entretanto a solução, que agora é comercial, deveria ser social, com a ampliação de espaços/lugares públicos de acesso gratuito, como telecentros, praças públicas, transporte público, bibliotecas públicas, entidades comunitárias, escolas públicas, universidades públicas, dentre outros. Uma perspectiva que defende a universalização do acesso à rede como um direito para o cidadão e a *internet* como um direito público. A pesquisa porem não demonstra, com clareza, haver uma ampliação do uso do sinal de internet através de espaços públicos gratuitos que estejam disponíveis. Pois, apesar da pesquisa registrar

o aumento do uso em centros de acesso gratuito de 2014 (8%) para 2015 (14%). Esse movimento não significa necessariamente um aumento do uso da rede em telecentros. Além das políticas públicas das diversas esferas de governo de oferta de acesso à Internet gratuito em locais públicos, como praças e outros equipamentos, é possível que esse aumento se deva também a uma maior disponibilidade de pontos de conexão gratuitos via WiFi providos por outros tipos de locais, como estabelecimentos comerciais, em resposta à demanda crescente de uso da Internet via telefones celulares. (CETIC, TIC DOMICÍLIOS 2015, p.147)

Pois coloco-me em uma lógica de compreensão diferente da pesquisa, em relação a este ponto, defendendo que a dúvida posta pelo estudo, sobre o aumento do uso em centros de acesso gratuito, precisaria levar em consideração quantos dos "espaços digitais gratuitos" implantados, apoiados ou incentivados pelo poder público ainda funcionam, se estes são constantes na disponibilidade do serviço e em quais horários, quais os mecanismos de divulgação do serviço foram adotados, se é um local seguro para usar livremente computadores e *smartphones*, quais as restrições de acesso adotadas, se existem tomadas disponíveis no local, qual a qualidade do seu sinal (em termos de volume, velocidade e de falhas) e como é feita a contabilização de usuários do serviço e do número de acessos. Cabendo a pergunta: como usar algo, que muitas vezes, não funciona? Não me parece que a referência estatística da pesquisa dá conta de todas estas variáveis.

Ao afirmar que a ampliação do uso da *internet*, nestes espaços digitais gratuitos a partir dos dados coletados, não pode ser comprovada, já que põe em dúvida o real motivo do aumento percentual, pois aponta como possibilidade que a ampliação pode ter sido causada pela

"disponibilidade" da livre concorrência, onde empresas privadas ofertam o serviço *wi-fi* gratuito como um atrativo complementar aos negócios, no meu entendimento, pode servir ao poder público de argumento para se isentar da responsabilidade de universalização do acesso, já que isto vem ocorrendo de forma natural a partir da competição entre empresas privadas que ofertam o serviço sem cobrar por isto (pelo menos de forma direta).

O problema desta solução está no controle e limitação de uso dos dados, inclusive no direcionamento de conteúdos pelos *firewalls*¹⁰⁸ que podem adotar critérios que desrespeitem o princípio de neutralidade na rede. A empresa pode considerar que a rede é um serviço privado, já que é mantida com recursos próprios.

O princípio da Neutralidade é fundamental, no meu entendimento, para garantir a postagem e o acesso à rede sem restrições. De acordo com o artigo 9º, Seção I, do Marco Civil da Internet, Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, nos diz que:

O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. [...]

III - informar previamente de modo transparente, claro e suficientemente descritivo aos seus usuários sobre as práticas de gerenciamento e mitigação de tráfego adotadas, inclusive as relacionadas à segurança da rede; e

IV - oferecer serviços em condições comerciais não discriminatórias e abster-se de praticar condutas anticoncorrenciais.

§ 3º Na provisão de conexão à internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados, respeitado o disposto neste artigo (BRASIL, Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014).

O princípio da Neutralidade, no tratamento dos pacotes de dados, é fundamental para permitir a disponibilidade da informação dos mais diversos conteúdos como uma garantia de dar Voz à diferença. Defendo que quanto maior é o contato do cidadão com visões de mundo diferentes, mais plural tende a ser o universo de idéias, a partir do qual pode desenvolver uma visão crítica e menos preconceituosa, o que pode permitir o trânsito em ambientes diferentes dos seus. É por isso que a diversidade ideológica e a promoção dos valores da liberdade são assegurados pela Constituição, sendo a Neutralidade um princípio regulamentar para disponibilização dos instrumentos e dos conteúdos na rede.

¹⁰⁸ Equipamentos de segurança da rede que monitoram o uso pelos internautas, criando bloqueios, de acordo com a política da instituição, ou seja, controla o tráfego de dados de entrada e saída e decide permitir ou bloquear pacotes específicos de acordo com regras pré-definidas, cujo argumento se baseia na segurança da rede.

Esta solução de dar gratuidade ao acesso como cortesia, por parte de empresas, não resolve o problema da universalização, pois o acesso estaria atrelado ao consumo de produtos ou serviços destas empresas que patrocinam o sinal. O que é válido do ponto de vista da massificação do sinal gratuito, mas não do ponto de vista da universalização do direito de “acesso”. Defendo que o poder público não pode se isentar da **responsabilidade legal**, de acordo com a **lei 12.965/ 2014**, de cuidar do acesso à internet tendo como **fundamentos** “os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais”, “a pluralidade e a diversidade”, “a abertura e a colaboração” e ainda, e não menos importante, “a finalidade social da rede”. Nem tão pouco negligenciar **princípios** como a “garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal”, a “proteção da privacidade”, a “proteção dos dados pessoais, na forma da lei”, a “preservação e garantia da neutralidade de rede”, a “preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas”, a “responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades” e a “preservação da natureza participativa da rede”. Cabendo ao Estado também a **promoção** “do direito de acesso à internet a todos”, “do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos”, “da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso” e “da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados” (BRASIL, Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014).

Por isso, volto a defender que a solução de “redes gratuitas”, mantidas pela iniciativa privada, coloca em risco alguns fundamentos e princípios do Marco Civil da Internet, pois o Estado pode começar a se isentar de promover direitos que são previstos pela referida lei. Novamente o poder público pode deixar o setor de telecomunicações à mercê unicamente do setor privado, esquecendo-se de seu dever de garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, através de políticas de fortalecimento da universalização da *internet* (*internet* como um direito público).

Nesta mesma perspectiva, mas não menos preocupante, sobre a interpretação desta lei, no que diz respeito à Neutralidade, está em ofertar gratuidade sobre certos serviços e outros não, como vêm fazendo as operadoras de celulares, em acordos firmados com outras empresas, ao promoverem alguns pacotes de dados de forma gratuita (Dados Patrocinados). É feita uma

filtragem dos dados com fins comerciais, não tratando com isonomia os pacotes que trafegam na rede. Serviços de bancos, sites de venda, aplicativos de comunicação e redes de relacionamento “patrocinam” a disponibilidade de suas transmissões de modo que o usuário passa a ter acesso gratuito, mas com restrição de uso apenas a estas aplicações patrocinadas. Para não adentrar muito nestas questões de regulamentação e jurídicas, por não se tratar do eixo temático central desta Tese, deixo aqui a indicação do meu interesse em pesquisas futuras também sobre este campo jurídico ligado a esta temática. Já demarcando meu entendimento inicial de que, se os Dados Patrocinados forem considerados um dispositivo legal, o próprio Governo Brasileiro deveria adotá-lo para toda e qualquer informação de interesse público (Portais de Transparência, por exemplo), incluindo serviços de governo, dando gratuidade ao "acesso", universalizando este tipo de informação/serviço como um direito do cidadão.

Os pesquisadores da TIC Domicílios 2015 tabularam dados que registraram, até junho de 2016, aproximadamente 62,3 milhões de residências brasileiras com pelo menos um telefone celular, o que corresponde a 93% do total de domicílios brasileiros, lembrando que nem todos os celulares são do tipo *smartphone* e nem todos os usuários dos *smartphones* contratam o serviço de dados (*internet*).

O celular, só perde, em termos percentuais, para o aparelho de televisão, pois este está presente em 97% dos lares brasileiros. Porém, em relação ao serviço de conectividade contratado, a própria pesquisa afirma que

No total da população com 10 anos ou mais, 75% possuíam um celular com plano pré-pago, enquanto 21% possuíam um plano pós-pago. Entre os indivíduos de classe A (61%) e aqueles com renda familiar de mais de dez salários mínimos (59%), foi significativamente mais comum a contratação de planos pós-pagos, ao passo que entre os indivíduos de classe DE (82%) e os com renda familiar de até um salário mínimo (80%) foram mais frequentes os planos pré-pagos (CETIC, TIC Domicílios 2015, p. 149).

Isto reforça a proposta de dar gratuidade nos dados e serviços mantidos pelo Governo, incluindo os Portais de Transparência, pois o valor pago pelo *magabyte*¹⁰⁹ (unidade de medida do tráfego de dados), em franquias pré-pagas, é consideravelmente mais alto que o valor pago planos pós-pagos. Esta seria uma forma de universalizar o acesso a estes tipos de conteúdos e serviços para população de baixa renda. Lembrando que os dados móveis são limitados por

¹⁰⁹ Abreviação MB é uma unidade de medida de informação usada para informar o volume de dados transmitidos em linguagem computacional. O termo megabyte equivale a 1.000.000 de bytes.

volume, diferente dos dados que trafegam pela rede de banda larga cabeada, cujo contrato é por velocidade e não por volume (pelo menos por enquanto).

A opção feita pelas pessoas pelos planos pré-pagos se deve ao fato do contrato ser sob demanda e com maior controle de uso e restrição de volume, além de possuir pacotes promocionais mais competitivos que incluem, muitas vezes, dados patrocinados de aplicativos de mensagens e de redes sociais. O que torna este tipo de contrato mais acessível e atrativo para uma parcela considerável da população.

Tabela 03 - Proporção de usuários de telefone celular, por atividades realizadas no telefone celular nos últimos três meses (2014 – 2015)

Percentual sobre o total de pessoas que utilizaram telefone celular nos últimos três meses

Atividades realizadas no celular	2014	2015
Efetuar e receber chamadas telefônicas	97%	95%
Tirar fotos	62%	68%
Ouvir músicas	57%	63%
Enviar mensagens de texto pela Internet, como por WhatsApp, WeChat ou ICQ	47%	60%
Assistir a vídeos	42%	56%
Compartilhar fotos, vídeos ou textos	44%	55%
Acessar redes sociais	47%	53%
Enviar mensagens de texto SMS ou torpedo	59%	52%
Buscar informações, como por exemplo no Google	40%	50%
Acessar páginas ou sites	38%	48%
Baixar aplicativos	39%	46%
Acessar e-mail	35%	40%
Jogar	40%	39%
Usar mapas	27%	32%

Fonte: CETIC, TIC Domicílios 2015 (p. 145)

Nota: Destaques e adaptações realizadas dos pelo Autor.

De acordo com a Tabela 03, as atividades mais realizadas no telefone celular, nos últimos três meses, foram efetuar e receber chamadas telefônicas (95%), tirar fotos (68%) e ouvir músicas

(63%), lembrando que estas atividades não dependem, obrigatoriamente, do serviço de dados. Já aquelas que dependem do serviço de dados ativo, ou seja, o dispositivo tem que ser do tipo *smartphone*, as atividades mais realizadas foram: enviar mensagens de texto pela Internet, como por *WhatsApp*, *WeChat* ou *ICQ* (60%), assistir a vídeos (56%), compartilhar fotos, vídeos ou textos (55%) e acessar redes sociais (53%), como podemos verificar na tabela anterior.

Com base nos mapas, gráficos e tabelas referenciados, percebo que o Brasil ainda enfrenta disparidades entre as regiões brasileiras, disparidades entre as zonas urbanas e rurais, disparidades dentro de uma mesma cidade (entre bairros nobres e periferias) e, principalmente, profundas disparidades socioeconômicas, no que diz respeito ao acesso aos instrumentos e infraestrutura de informação e comunicação, o que se constitui um obstáculo para a expansão de serviços públicos, para o desenvolvimento econômico “digital” e, principalmente, para universalização da informação como um direito. Os quase 100.000.000 (cem milhões) de brasileiros sem acesso à internet compõem um cenário preocupante que pode perpetuar e amplificar ainda mais as situações de desigualdade social. Neste cenário, a expansão da infraestrutura de redes de sinal sem fio (3G e 4G) nos parece uma alternativa para o problema numérico, inclusive com a melhoria da tecnologia e a disponibilidade de nova faixa de banda, com a desativação do sinal analógico das emissoras de televisão. Entretanto, a pouca concorrência entre operadoras de telefonia celular apontam obstáculos de difícil solução, em termos de custos e volume para o usuário final.

Como já tratado anteriormente, mais importante do que garantir formas para que a iniciativa privada ofereça estes serviços com baixo custo, defendo a possibilidade de o Estado assumir o acesso à internet como um direito do cidadão, principalmente, em espaços públicos, disponibilizando-o de forma gratuita (*Internet Pública*). Sendo que, a *Internet Pública* não impede a exploração comercial, mas, pelo contrário, ao ampliar o número de pessoas com acesso à rede que podem se tornar consumidoras de produtos e serviços.

Os *smartphones* vem ampliando o número de pessoas “conectadas” à internet. Acredito que este crescimento rápido deve-se também pela sua inserção mercadológica, pois tem se mostrado rentável na fabricação e comercialização de aparelhos e acessórios, no desenvolvimento de aplicativos, na expansão de serviços *on-line* e no aumento dos contratos e “consumo” de dados trafegados pela telefonia móvel. Modelos mais baratos que desktops e

notebooks, melhor portabilidade e pessoalidade de uso, tornaram o celular, desde 2014, o dispositivo mais utilizado para acessar a nuvem. Superando a televisão em termos numéricos, que durante décadas foi um instrumento quase hegemônico de informação em nosso país.

Com o passar do tempo, surgem novas formas de exploração comercial desse tipo de dispositivo. No entanto, a perspectiva de capitalização do dispositivo coloca os sujeitos em uma condição de consumidores de produtos e serviços, não incentivam, muitas vezes, o potencial criativo-transformativo deste instrumento.

Nesse sentido, o computador desempenha um papel fundamental para apropriação efetiva das tecnologias digitais pelos cidadãos – o que é mais desafiador para aqueles que somente acessam a rede pelo celular. É a partir da combinação do uso de diversos dispositivos e de aplicativos de maior complexidade que se possibilita o desenvolvimento de habilidades digitais mais sofisticadas. Porém, defendo que a passagem da disponibilidade da informação para seu real acesso, depende da Ação Interoperativa como condição do Sujeito e não como mera resposta ao uso de instrumentos.

Na seção seguinte, tratarei dos aspectos que relacionam as tecnologias de informação e comunicação com a Governança Pública e a Democratização da Informação.

4.2 RELAÇÕES POSSÍVEIS DO SUJEITO COM AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, A GOVERNANÇA PÚBLICA E A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Outro campo de tabulação importante, da Pesquisa TIC Domicílios 2015, diz respeito ao aumento da proporção de usuários que utilizaram serviços de Governo Eletrônico. Obviamente, este indicador tem como seu maior foco a prestação de serviços, mais do que em processos participativos. Entendo que o desenvolvimento de aplicativos para celulares, que permitem o acesso aos bancos de dados de informações registradas/controladas pelo Governo, em conjunto com a disponibilidade cada vez maior de aparelhos do tipo *smartphone*, para população em geral, cria uma janela de informação e um instrumento de comunicação prático, funcional e seguro para os cidadãos.

Porém, mesmo reconhecendo a importância destes serviços, por facilitarem a vida do cidadão, na perspectiva de **usuário de sistemas governamentais** – no sentido de que este agora pode ser informado de forma facilitada sobre serviços de Governo e sobre seus direitos e deveres –, entendo que, novamente, o Estado assume um lugar de provedor de serviços, não havendo espaço para uma participação ativa do Sujeito. Nesse sentido, o que vem acontecendo é uma modernização de serviços, que antes eram presenciais, mas com a chegada da “revolução digital”, passaram a estar disponíveis através de navegadores *web* e agora, com mais um avanço instrumental, estão disponíveis também através de aplicativos de celular. O que antes dependia da presença física do Cidadão, agora pode ser feito através de computadores e *smartphones* conectados pela rede cabeada ou sinal sem fio (*wifi*).

Uma parte importante da pesquisa (TIC Domicílios 2015) se ocupou em obter dados sobre como se dá a comunicação do Governo com o cidadão e vice-versa, para isso investigou o tipo de busca, o tipo de canal e quais os serviços governamentais são mais utilizados pelas pessoas na Internet, porém

Os resultados mostram que ainda é incipiente a comunicação dos cidadãos com o governo pela Internet, dado que apenas 8% dos usuários contataram o governo ou instituições públicas por redes sociais, proporção que foi equivalente ao contato por e-mail (7%) ou pelo site (6%). Isso se deu mesmo em um cenário em que a maior parte dos órgãos públicos, das esferas federal, estadual ou municipal, estavam presentes em redes sociais (92% dos órgãos federais, 74% dos estaduais e 66% dos municipais), disponibilizaram endereços de e-mail (98% em órgãos federais, 96% em estaduais e 92% em municipais) ou formulários eletrônicos para contato com o público (90% dos órgãos federais, 76% dos estaduais e 57% dos municipais). (CETIC, TIC Domicílios 2015, p. 158).

Os dados coletados mostraram, também, que as "atividades ligadas à participação dos cidadãos em questões governamentais foram ainda menos citadas pelos usuários de Internet, como a participação em votações ou enquetes (5%) e o envio de sugestões ou opiniões em fóruns ou consultas públicas de sites de governo (4%)" (CETIC, TIC Domicílios 2015, p. 158). Desta forma, mesmo resolvendo os limites instrumentais e ordenamentos jurídicos (aspectos relevantes), é preciso compreender que a abordagem do "acesso à informação" não se restringe a isto, uma vez que se trata, por outra via, das relações possíveis e irreduzíveis de operações dos Sujeitos (Subjetivos) diante de estruturas instrumentais, político-institucionalizada, jurídicas, capitalistas, funcionais e, principalmente, simbólicas; de informações dispostas ideologicamente na sociedade de hoje, profunda e tecnicamente

informatizada. E como tratei nos capítulos 1, 2, 3 e 4, exigiu um aprofundamento epistemológico, uma crítica e um deslocamento de sentido, pois originalmente estava circunscrito a uma pragmática científica nos termos da Interoperabilidade e do “Acesso à Informação”, com todo peso que se fazia recair nos aspectos instrumentais e jurídicos, na idealização de um sujeito formal epistêmico, tratado sob uma perspectiva científica moderna como um usuário de instrumentos e sistemas que permitem “acessar” algo que esteja disponível.

Por isso, não se trata apenas de uma simples solução quantitativa, ou seja, criar mais dispositivos legais, mais canais de comunicação, mais portais de transparência, mais diponibilidade instrumental, etc – mesmo reconhecendo que isto é importante e que os avanços devem continuar nesta direção – a questão principal de abordagem desta Tese se ocupa em nominar que a informação, enquanto significativa, dependerá da condição Interoperativa do Sujeito, de sua implicação e autonomia no campo da Governança e da Democratização da Informação.

Claro que, no campo instrumental, o crescente uso dos *smartphones* e das conexões móveis se destacam, tendo o poder público institucionalizado o desafio de criar, aprimorar e acompanhar políticas de redução de desigualdades, na tentativa de diminuir as diferenças de oportunidades na apropriação destas tecnologias. Pois, a disponibilidade destes instrumentos e serviços “digitais” facilita a vida do cidadão. As múltiplas ferramentas, sejam portais de informação ou aplicativos de *smartphones*, permitem novas formas de ordenamento social em relação aos serviços, aos registros e à disponibilidade de dados.

Entretanto, em relação à disponibilidade da informação, no que se refere à prestação de contas por parte do Estado, à participação popular nas tomadas de decisão e ao ativismo político, existem outros desafios que precisam ser melhor compreendidos. Além do não acesso à tecnologia, outro entrave consiste, para aqueles que têm acesso, a busca de material qualificado, pois parte das informações ainda não está disponível. Muitos não checam a origem da informação para comprovar se sua fonte é segura, falta uma formação mais crítica que ajude no entendimento do que está posto, as informações não são inteligíveis, os instrumentos de escuta são pouco eficientes ou pouco divulgados e, por fim, porque tudo, ao final, depende do Desejo do Sujeito de participar ativamente deste processo de forma autônoma diante daquilo que esta posto. Tudo se tratará de uma escolha, inclusive a escolha

de não escolher. Desta forma, quando defendo a possibilidade de fortalecimento do ativismo político, não quer dizer necessariamente que todos os Sujeitos se interessam por esta práxis, mas do ponto de vista de um Direito Humano, previsto pela constituição e diversas leis – que tomo como um princípio argumentativo – as condições instrumentais e jurídicas são importantes para permitir ou ampliar a disponibilidade tecnológica, a disponibilidade da informação e a igualdade de oportunidades e de direitos sociais.

Neste contexto, apesar de ainda refletir, no funcionamento da política institucionalizada e na articulação econômica, os **valores do patrimonialismo**,¹¹⁰ o Estado Brasileiro já avança sua legislação rumo a uma melhor percepção da disponibilidade da informação, enquanto um dever de Governo, que objetive ações fundamentadas na participação e não mais na representação. A noção de patrimonialismo, que assumo, diz respeito à inexistência de limites entre o público e o privado, onde o **“governante do interesse público”**, através das suas prerrogativas de representante máximo do Estado, que para ser eleito tem sua campanha patrocinada por capital privado de empresários, empresas ou grupos econômicos (poder patrimonial), através das chamadas “doações” eleitorais; depois das eleições é cobrado a atuar como um facilitador dos interesses destes financiadores de campanha na obtenção de vantagens indevidas, em benefício do seu patrimônio privado. Assim, o uso ilegal de verbas públicas, na sangria do erário através de esquemas de corrupção e extorsão, dentre outros graves desvios de conduta dos governantes são práticas que se repetem historicamente em nosso país.

Não há entendimento entre os limites do público e do privado, se há, ignora-se convenientemente como meio para a obtenção de obter benefícios particulares, estabelecendo como moeda de troca vantagens em licitações, emendas constitucionais para alterar leis trabalhistas, projetos de lei para beneficiar empresas, medidas provisórias para perdoar dívidas ou reduzir impostos, disponibilizar cargos públicos em áreas estratégicas para indicação de alguém ligado aos grupos que financiaram as campanhas, dentre outras formas menos ou mais sofisticadas de se obter vantagens indevidas. Com isso, negligenciam-se os princípios comuns utilizados no direito constitucional e administrativo (administração

¹¹⁰ Os temas que relaciono nesta passagem foram mais amplamente tratadas na minha dissertação de mestrado, intitulada *Governança Pública, Interoperabilidade e Interoperatividade: desafios para a gestão do dado institucional na UNEB*. Sendo esta passagem um resumo e ao mesmo tempo uma revisão dos estudos e pesquisas realizados entre 2010 e 2013, que demonstra uma continuidade desta abordagem temática em minha trajetória, enquanto pesquisador.

pública) referentes à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (inclusive econômica).

Por isso, o poder público, muitas vezes, nunca esteve nas mãos de seus verdadeiros donos, os cidadãos, mas sim nas mãos dos representantes destas organizações criminosas que financiam boa parte das campanhas eleitorais em nosso país. A administração pública, daí decorrente, nesses casos, orienta-se muito mais para a prestação de serviços aos interesses do capital de alguns grupos do que para a sociedade ou o cidadão; como princípio democrático. Nesta perspectiva de entendimento, afirma Martins (1997, p.09):

De fato a cultura política do Brasil é profundamente enraizada em uma herança colonial patrimonialista. Apesar das enormes mudanças econômicas e sociais que o País sofreu, o nepotismo, o favoritismo e o clientelismo, sob diferentes formas, tornaram-se características culturais persistentes, e têm sido reforçadas através do populismo. Isso moldou tanto a percepção da sociedade com respeito ao Estado como a organização da administração pública.

Como delineamento das questões que mais me interessam nesta Tese, entendo que o Estado Brasileiro, mesmo com entraves patrimonialistas, procura avançar, graças à singularidade dos Sujeitos, que provocam furos nestas estruturas de obliteração, sua legislação rumo a uma melhor percepção da disponibilidade da informação, enquanto um Dever de Estado. Prova disso, a Lei de Acesso à Informação, de novembro de 2011, cria condições para que se proporcione, sob a máxima de que o acesso constitui regra e o sigilo uma exceção (BRASIL. *Lei n. 12.527*, de 18 de novembro de 2011), a defesa do amplo acesso à informação pública, assim como reitera o compromisso de combate à cultura do segredo que, “de forma silenciosa e invisível, ainda se constitui um dos grandes obstáculos para a abertura dos governos” (BRASIL, Controladoria Geral da União, 2011, p.4). Mesmo que dependa da efetivação de fatores alheios a esta lei – por exemplo, o comprometimento ético dos gestores – a Lei de Acesso à Informação já sinaliza uma possível tendência do Estado brasileiro em promover reformas em sua estrutura administrativa ao ter como meta a implantação de um regime de Governo que favoreça a participação popular. Para tanto, a Lei 12.527 estabelece diretrizes que, se (e somente se), respeitadas em conjunto, criam condições bastante favoráveis, do ponto de vista jurídico, à instalação de uma cultura de disponibilização da informação que deverá ser partilhada, sobretudo, pelos vários "representantes" e agentes públicos.

Em verdade, os princípios enumerados na Lei 12.527 não chegam a ser, a rigor, uma novidade legal, pois esta Lei toma como referência a Constituição Federal de 1988 que já previa, particularmente em seu artigo 5º, inciso XIV, os direitos que assegurariam a todos o acesso à informação, bem como o entendimento (inciso XXXIII) de que

todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988).

Além da Lei de Acesso à Informação outras Leis, a partir deste fundamento Constitucional, tentam dar conta deste direito, cada uma em um campo específico, sendo elas:

a) **Lei de Responsabilidade Fiscal.** Lei complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 que já foi revisada/modificada/atualizada pela Lei Complementar nº 131, de 2009 e, mais recentemente, pela Lei Complementar nº 156, de 2016. Esta Lei "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição", sendo que "a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e **transparente**". Particularmente, aqui me interessou, como recorte temático, a redação do seu Capítulo IX, que trata da Transparência, do Controle e da Fiscalização. Pois, especificamente em seu Artigo 48, se afirma que:

São **instrumentos de transparência** da gestão fiscal, aos quais será dada **ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público**: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

§ 1º **A transparência será assegurada** também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016).

I – **incentivo à participação popular e realização de audiências públicas**, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II - **liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade**, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em **meios eletrônicos de acesso público**; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016).

III – adoção de **sistema integrado de administração financeira e controle**, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010).

§ 2º **A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais** conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser **divulgados em meio**

eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016).

Esta lei prevê, portanto, dispositivos legais que permitem um maior controle e "transparência" sobre as contas públicas de modo a garantir a participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos, bem como a disponibilidade de dados sobre a gestão fiscal e a execução orçamentária.

b) **Lei do *Habeas Data*.** Lei Nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *Habeas Data*. Assegurando ao cidadão a disponibilidade de qualquer informação a ele próprio relativa, constantes de bancos de dados digitais ou físicos, de entidades de caráter público ou governamental. Sendo considerado "de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações" (BRASIL, Lei Nº 9.507, de 12 de novembro de 1997).

O *Habeas Data* é um instrumento processual que protege o cidadão de forma preventiva e corretiva (se necessário). Um desdobramento do princípio do direito previsto na Constituição de 1988, em consonância com seu artigo 5º, incisos XIV e XXXIII, como mencionei anteriormente.

Há todo um espírito humanístico no texto constitucional, com a sistematização de direitos e garantias (tanto individuais como coletivos) que não devem ser ignorados ou restringidos pela ação do Estado (pelo menos como norma de lei). O *Habeas Data* veio como uma resposta às constantes violações e excessos praticados pelo Estado durante o período da ditadura militar brasileira.

c) **Lei de Arquivos.** Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. A Lei de Arquivos afirma que:

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 5º - **A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos** na forma desta Lei. (BRASIL, Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Grifo Meu).

Assim, estes dispositivos jurídicos já contemplariam, juntamente com a Lei de Acesso à Informação, formas variadas de garantia à disponibilidade da informação. Entretanto, antes da criação da Constituição Brasileira e destas regulamentações jurídicas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, já instituía o acesso à informação pública como um direito inalienável do cidadão, princípio que seria, doravante, norteador para acordos internacionais que se seguiram à Declaração Magna.

Ainda que substancie uma progressiva mudança e amadurecimento em relação ao modo como a disponibilidade da informação tem sido trabalhada pelo Governo brasileiro, as diversas leis citadas – e aqui, como recorte, especificamente a Lei de Acesso à Informação – não garantem, sozinhas, uma fundamental e genuína guinada na cultura da “prestação de contas” no País, pois sua implementação, na prática, representa desafios de ordem “técnica e tecnológica e também de caráter administrativo, que incluem a necessidade de recursos financeiros e humanos – estes, devidamente capacitados – para garantir a observância do que dispõe a Lei” (BRASIL/CGU, 2011, p.4.). A implementação da Lei de Acesso à Informação depende, ainda, em um outro plano, de que o Governo assuma um perfil responsivo.

De acordo com Pzeworski *apud* Filho (2004, p.217), um governo responsivo é caracterizado ao agir “em defesa dos principais interesses dos cidadãos”; e conservar uma relação entre Estado e sociedade fundada em “mecanismos de *accountability*, os quais são eficientes em promover o acompanhamento e pressão social organizada, relacionada, fundamentalmente, ao conteúdo e implementação das políticas públicas”. Assim, para Domingues Filho (2004), a *accountability* seria então o esteio fundamental para a ativação de um perfil de Governo que valoriza a intervenção da população na dimensão político-administrativa do Estado. Nesse sentido, a *accountability* sintetiza, grosso modo, uma capacidade de tomada de decisões de Governo sob égide de condutas éticas que, via de regra, derivam de uma maturidade democrática assimilada pelos governantes ao longo da história, ao passo que também os governados compreendem tais condutas e passam a cobrá-las constantemente.

Em geral, no Brasil, ainda prevalece uma cultura do sigilo em relação à informação de Governo, pois muitas informações disponíveis consistem em dados brutos e pouco

inteligíveis, fato que logo impõe à gestão pública o desafio de encarar o processo de afirmação da disponibilidade da informação, não só como questão que solicita soluções de foro técnico-instrumental e jurídico, mas, sobretudo, como uma questão que exige a reflexão dos valores que, historicamente, orientam a construção da democracia brasileira.

Marcadamente delegativa, a democracia brasileira além de se caracterizar pela falta de transparência nas ações tomadas pelo Governo central é, também, caracterizada pela falta de participação popular nas decisões do Estado, onde vemos predominar uma postura passiva da população sem que se cobre energicamente uma melhora na condição de vida, bem como uma maior abertura política para o cidadão comum (AKUTSU, L.; PINHO, J., 2002, p.732). Assim, a democracia brasileira segue determinada pela pouca valorização da participação da população na vida política do Estado institucional. Tal característica, por um lado, é resultado de uma delegação de plenos poderes conferida aos governantes pelos seus governados – portanto se reconhece o governante como uma espécie de tutor da população; por outro, os governantes passam a governar sem que se vejam pressionados a prestar contas dos seus atos durante a gestão, sobretudo do que fora objeto de promessa durante as eleições (AKUTSU, L.; PINHO, J., 2002, p.732). Conseqüentemente, temos um cenário de resistência política em relação à democratização da gestão, sob forma de uma falta de abertura política à participação popular nos processos de tomada de decisão. Assim, a informação, enquanto um direito público, segue sem sua necessária disponibilidade, via de regra, protegida por mecanismos burocráticos que dificultam o acesso aos dados de governo e que terminam por instalar uma atmosfera de sigilo em relação às ações do Estado.

Reitero que desta forma, no Brasil, o aspecto delegativo da democracia, fundada sobre acordos firmados em uma cultura de gestão pública patrimonialista, caracteriza-se pela falta de transparência nas ações adotadas pelo governo central e, ao mesmo tempo, em uma postura passiva da população, onde não se reconhece, não compreende e não se pratica muitos dos direitos e deveres civis.

Por estes aspectos, a gestão pública institucionalizada brasileira segue ainda distante da criação de um cenário amplamente favorável à acomodação dos valores da prestação de contas – ou *accountability* em um sentido mais amplo e crítico. Faltaria, neste caso, além de condições instrumentais, jurídicas e técnico-administrativas, portanto objetivas e estruturantes, também o desenvolvimento de uma consciência crítica do lugar ocupado pelo

gestor público e pela população, que implicaria a assimilação de uma série de deveres herdados de uma concepção genuinamente democrática de Governo, bem como na sua implicação singular do "Lugar" ocupado.

Neste entendimento, a *accountability*, definida por Filho como “expedientes institucionais que obrigam os governos a tomarem as suas decisões às claras e permitem que os governados ‘vejam’ como e onde as tomam” (FILHO, 2004 , p.217-218), estabeleceria uma possível atmosfera fecunda onde as novas políticas voltadas para mecanismos de acesso instrumental e de disponibilização da informação encontrariam suporte para a sua implementação. Nesta direção, Akutsu e Pinho descrevem a sociedade da *accountability* plena como um ambiente onde

os gestores públicos prestem contas de suas ações, dando publicidade às decisões e ações governamentais que interessem à coletividade, tais como a divulgação de balanços orçamentários; ampla publicidade às licitações, indicando os fornecedores selecionados e preços das propostas vencedoras; e indicação dos serviços e programas de governo oferecidos. Em estágios mais avançados da democracia, espera-se que, além da transparência dos resultados alcançados pela administração, as principais decisões governamentais – tais como a elaboração do orçamento e a licitação de obras e serviços de maior vulto – sejam sempre tomadas com consulta à sociedade por meio de audiências públicas (AKUTSU; PINHO, 2002 , p.733).

A Lei de Acesso à Informação, que a meu ver pode ser reconhecida como uma forma parcelar de *accountability*, já se apresenta como um dispositivo legal que visa contribuir com mudanças nas práticas governamentais. No campo instrumental, o governo brasileiro, desde 2005, vem buscando a adoção de um padrão único de linguagem computacional para a criação de sistemas, como meio de melhor oferecer lastro técnico para a gestão dos índices de dados sociais que visem a tomada de decisão e, sobretudo, para uma melhor oferta de informação de Estado ao cidadão. Esta medida seria então conhecida como a adoção de padrões de interoperabilidade pelo governo brasileiro; medida que, no plano tecnológico (*softwares*),¹¹¹ buscaria ajudar, em especial, os avanços conquistados, no plano normativo, pelas legislações de acesso à informação (Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei do *Habeas Data*, Lei de Arquivos e a Lei de Acesso à Informação) no cruzamento e filtragem de dados.

Entretanto, os resultados e avanços que gradativamente são alcançados pela governança apoiada no uso das TIC têm sido afetados, ao menos parcialmente, pelo seguinte paradoxo:

¹¹¹ Rotina ou conjunto de instruções que permitem o funcionamento de um computador, o que inclui programas, sistemas operacionais, aplicativos de celular etc.

enquanto se tem garantido e ampliado o acesso da população aos dados públicos e à informação institucional e política – a determinação de padrões de interoperabilidade e os investimentos em portais de transparência pública são bons exemplos de ações desse tipo –, observa-se que a população, em geral, em especial as lideranças populares, ainda apresenta razoável despreparo técnico, ignorando, assim, o rol de conhecimentos elementares necessários à decodificação e conseqüente interpretação dos dados disponibilizados nos relatórios públicos de gestão. Sendo assim, segundo Dagnino, o

envolvimento com políticas públicas, seja na sua formulação, discussão, deliberação ou execução – exige quase sempre o domínio de um saber técnico especializado do qual os representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos, em geral não dispõem” (DAGNINO, 2002, p.148).

Já para Akutsu e Pinho (2002), além de um domínio dos jargões da administração, da política, da economia e do direito público, existe ainda uma carência anterior, portanto de natureza mais elementar e fundamental:

Diante de uma ampla quantidade de conteúdos disponíveis, mais do que a habilidade técnica para saber como buscar conteúdos e interagir com as ferramentas, é preciso que o internauta possua condições cognitivas para estabelecer seus próprios critérios de seleção, tanto para a escolha dos conteúdos a consumir quanto para a sua própria produção, interligada a outros conteúdos já disponíveis na rede. (AKUTSU; PINHO, 2002, p.733).

Desta forma, a compreensão do arcabouço simbólico, que normatiza o Estado Institucionalizado Brasileiro, cada vez mais amplo e complexo, demanda que o cidadão domine um volume considerável de informações técnicas, normativas e organizacionais sobre o funcionamento do Estado, além de questões legais que fundamentam direitos e deveres, onde a lei deixa de ser a verdade e passa a ser um entendimento possível, ou ainda, em um plano mais pragmático, “entender um orçamento, uma planilha de custos, opções de tratamento médico, diferentes materiais de construção, técnicas de despoluição dos rios”, além de “uma infindável lista de conhecimentos exigidos nos vários espaços de atuação” (DAGNINO, 2002, p.148), tornam o domínio técnico da lógica técnico-normativo-organizacional e do campo jurídico, uma faculdade importante de domínio simbólico entre aqueles que desejam atuar no jogo político. Para Dagnino, a exigência de uma qualificação técnica e política tem, hoje, “se revelado um desafio importante para a sociedade civil, não só porque é condição necessária a uma participação efetiva, mas também pelas implicações que tem assumido na prática” (DAGNINO, 2002, p.148). Ainda para esta autora, o “predomínio de uma razão tecnoburocrática, o excesso de ‘papelada’, a lentidão, a ineficiência, a ‘falta de

sensibilidade e o despreparo' da burocracia estatal; a falta de recursos" têm seriamente dificultado a materialização de um ideal de Governo que cumpra, afinal, o papel de facilitador e coordenador ao atuar em uma coalizão de forças onde se inclui também a sociedade civil. Tais questões operam dificultando uma participação mais igualitária nos espaços políticos. Estes fatores, segundo Boneti, seriam resultado do uso da técnica

como fator de dominação das relações de produção e, enquanto tal, no âmbito do progresso tecnológico ela não absorve as diferenças [entre elite e classe dominada],¹¹² mas as exclui. Mas é este conhecimento e esta interpretação da realidade que fundamenta as políticas públicas de desenvolvimento. (BONETI, 2006, p.86).

Ainda para Dagnino (2002), tal paradoxo agrava-se na medida em que o sucesso de eventuais iniciativas de treinamento técnico tem seu êxito diretamente condicionado ao equilíbrio entre a permanência e a rotatividade dos atores sociais nos cargos e espaços políticos por eles ocupados. Assim, "dadas as dificuldades da aquisição dessa competência, seus eventuais portadores tendem a ser perpetuados enquanto representantes" (DAGNINO, 2002, p.149). No caso contrário, a ocorrência de uma alta rotatividade de lideranças também impede a fixação do conhecimento através de sua transmissão ao demais, mediante efeito multiplicador. Por vezes, estas duas situações fortalecem a idéia de deficiência técnica da sociedade civil, argumento que tem sido amplamente utilizado para a desqualificação das representações em conflitos abertos com o Governo, conforme frisa Dagnino: "essa deficiência dos representantes da sociedade civil tem sido não só utilizada na desqualificação política desses últimos como até cultivada, reforçada pelos seus contendores como forma de exercer o controle sobre as decisões" (DAGNINO, 2002, p.149).

Além do desafio da qualificação técnica das lideranças, ou de qualquer Sujeito que deseje atuar neste campo, há ainda o desafio de sua qualificação política. A importância da qualificação política – que somente pode dar-se na vida coletiva – advém da necessidade de amadurecimento das Sujeitos mediante o reconhecimento da pluralidade e da legitimidade dos interlocutores como "requisito não apenas da convivência democrática em geral, mas especialmente dos espaços públicos, enquanto espaços de conflito, que têm a argumentação, a negociação, as alianças e a produção de consensos possíveis como seus procedimentos fundamentais" (DAGNINO, 2002, p.150). A qualificação política envolve, assim, "um aprendizado crucial nestes novos espaços que trazem, como parte da sua novidade, a

¹¹² Trecho do autor.

convivência direta com uma multiplicidade de atores portadores de concepções e interesses diversos” (DAGNINO, 2002, p.150).

Segundo Pinho, o espaço da internet, nesse sentido, pode vir a ser um grande aliado, pois auxiliaria na busca de soluções em coletivo, cabendo ressaltar que há, entretanto, “um problema no fato de que o ‘trabalho em rede envolve uma cultura de trabalho que não estamos habituados’ (GUIMARÃES, 2003, p.252), representando este um impedimento à busca de movimentos de caráter mais coletivo”(PINHO, 2008a, p.14), que tem que se organizar sem perder o fundamento de respeito e escuta das singularidades.

Desta forma, o desafio técnico também persiste na disponibilidade de canais de escuta e de diálogo da população com os políticos e servidores públicos. Entretanto, a participação cidadã não ocorre apenas na relação com o Governo, ela acontece também no debate sobre as políticas públicas, na formação de espaços de discussão sobre leis, serviços, fatos sociais, dentre outros, acontece no ativismo de discussões sobre temas em geral que podem se agrupar em redes temáticas. Uma sociedade mais informada e com disponibilidade de uma ferramenta comunicativa que não dependa do controle do Estado é, também, fundamental. Por isso, vencer as muitas barreiras da disponibilidade tecnológica, pode ser o primeiro passo para uma condição transformadora.

Nesta via de entendimento, as redes "digitais" de relacionamento¹¹³ surgem como espaços alternativos de discussão e mobilização, reconfigurando, em última análise, a própria natureza e a forma de realização do ativismo político. Este fenômeno exige, assim, uma perspectiva diferente para a gestão pública; uma outra ordem sob a qual o Governo passa a sofrer uma crescente inspeção de grupos organizados e dispostos a lutar por direitos, intervindo, monitorando e regulando as ações do Estado. Neste cenário, a perspectiva administrativa da governança pública ganha força ao propor modelos de gestão onde governo, sociedade civil e população compartilhem as tomadas de decisão e passem a ocupar o espaço político, antes preenchido pela figura do Estado tradicional delegativo e representativo.

Não obstante, o “espaço” da internet pode ser um grande aliado nas discussões coletivas de natureza pública. No entanto, a simples existência deste lugar instrumental não garante uma

¹¹³ As redes de relacionamento sempre existiram, mas este dispositivo tecnológico (computadores em rede) ampliou as possibilidades.

cultura de trabalho em rede com respeito às singularidades. Além disso, para assumir um *logos* político, mais do que garantir espaços públicos de debate, faz-se necessário ressignificar o lugar da educação dentro dos acordos sociais e preservar a condição subjetiva do sujeito de ser e estar implicado nisto.

Assim, o Estado da Governança Pública, um Estado Participativo, apesar de sua administração fundada na co-gestão – modelo que se opõe à extensa lista de responsabilidades do Estado provedor –, põe-se diante de questões até então pouco enfrentadas pela gestão tradicional, caracterizada, fundamentalmente, pela luta pelo poder, pelo Estado Patrimonialista, pela Democracia Delegativa, pela centralidade decisória, pela rigidez hierárquica, pela simples oferta e controle dos serviços públicos.

Para Lévy (apud PINHO, 2008b), o abandono da lógica da gestão tradicional, portanto resistente à mudanças, demandaria

“uma verdadeira revolução cultural”, “uma mutação de grande amplitude” que exigiria redução de níveis hierárquicos, circulação fluida da informação, transparência, diálogo aberto com o público e mobilização a serviço do cidadão cliente (LÉVY, 2003, p.378; apud PINHO 2008b, p.475).

Já Lima Jr., Novaes e Hetkowsky entendem que a superação deste modelo exige que a gestão seja imediatamente pensada e instituída “como efeito de uma racionalidade outra, calcada na pragmática e operacionalidade estético-expressiva, na qual o papel de cada Sujeito, a partir de sua condição participativa e de autonomia, desempenha uma função fundamental” (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKY, 2012, p.9). Tal consideração logo parece se desdobrar em questões que me soam desafiadoras – e que só podem ser vividas na singularidade de cada Sujeito – podendo tomar esta realidade de organização social como um *Topos* para interoperativizar seus significantes, que poderão resultar em outro sentido possível. Necessitando, assim, a implicação deste Sujeito para responder questões como:

O que seria exatamente uma gestão que leve em consideração seu dinamismo interno de comunicação e também o conhecimento ou o potencial intelectual como sua base estruturante? Como pensar e instituir a gestão tendo como horizonte político não mais a luta hegemônica – que também implica no fim das metanarrativas e da lógica paradigmática –, mas a convivência na diferença? Isto equivale a perguntar: como instituir a gestão com base na diferença e não na identidade? Como pensar a gestão em bases estéticas criacionistas e não em bases epistemológicas duras, como reflexo da racionalidade instrumental, tecnicistas e mecanicistas? Como pensar a gestão não como um mero instrumento técnico-científico para as redes sociais, mas como uma rede, um dinamismo rizomático, um movimento

instituinte ou mesmo um processo anárquico? (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKY, 2012, p.9).

A idéia de que a governança “compreende a ação conjunta de Estado e sociedade na busca de soluções e resultados para problemas comuns”; e que o surgimento dos atores não-estatais é central para o desenvolvimento de sua idéia e de sua prática (GONÇALVES, 2006, p.14) solicita uma visão de governança que leve em consideração as particularidades e expectativas locais, obstáculos e entraves endêmicos e únicos a determinada região ou localidade e as expectativas singulares dos Sujeitos que participam da negociação.

Apesar das expressões governança pública, governança em TIC e governança local serem frequentemente utilizadas quando se busca fazer referência a uma forma de gerir que leve em consideração a participação dos Sujeitos e seus modos de expressão, nota-se, por vezes, a existência de um expressivo hiato entre a aplicabilidade do que preconiza a governança, o uso das TIC – como recurso que interessa e se torna fundamental para a sociedade – e a escuta dos diversos atores e grupos sociais diretamente afetados pela gestão.

Tais dificuldades advêm, sobretudo, da resistência frente a um novo *modus operandi* para a governança, que requer, para que seja integralmente assumida pelo Estado, o necessário abandono de uma lógica de gestão tradicionalmente “fundada na racionalização científica do processo, e gestada na base de uma divisão social do trabalho entre os que pensam e os que executam, refletindo, outrossim, a divisão social mais ampla do jogo social” (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKY, 2012, p.13). Ainda, para estes autores, tal aversão encontra uma de suas possíveis causas na falta de compreensão do novo lugar destinado ao Sujeito de Voz Ativa e Autônomo, que implica “a composição de um diferente horizonte político em que a busca de hegemonia perde sentido, com a ascensão de uma condição histórica de convivência na diferença, em permanente processo de negociação, de correlação de força” (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKY, 2012, p.4). Este lugar da autonomia poderá utilizar-se dos “espaços” das redes digitais, ora reconhecidas como plataformas que comportam e transmitem vivências, relatos e perspectivas que exigem, dos atos de Governo, o respeito ao Nome Próprio, também a participação individual e coletiva, a criticidade, “o respeito ao saber-fazer dos partícipes, o acesso às informações e diálogos entre os pares” (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKY, 2012, p.15). Para estes autores, “abordar as redes sociais implica em constatar a emergência de dinâmicas e operações que se articulam em razão das relações e

laços sociais. Assim, tanto entram em cena aspectos relativos aos interesses econômicos, políticos, sociais, como aqueles de ordem cultural e subjetiva”. Esta nova ordem de coisas solicita, portanto, a deposição de “velhas bases analíticas sociológicas, que visavam a dinâmica social em função da produção material e do jogo de poder consequente das relações de trabalho no âmbito dos processos produtivos” (LIMA JR.; NOVAES; HETKOWSKY, 2012, p.4).

A superação desta velha política, onde se cultiva a bipolaridade entre Estado e massa governada, depende não só de uma reconfiguração do protesto social e do ativismo político, uma vez afetados em forma pela ampliação e popularização do acesso à tecnologia. O sucesso de uma participação popular eficiente e produtiva, ou a assunção do lugar da autonomia (Nome Próprio) do qual há pouco falava, dependeria ainda de outros tantos fatores igualmente importantes os quais venho tratando neste trabalho. Questões que se estendem desde a disponibilidade instrumental e entendimentos jurídicos, a necessidade de compreensão das linguagens nativas deste novo lugar – os jargões técnico e político – pelos atores sociais até o desenvolvimento, e aí envolve certa demora histórica, de uma maturidade política da população, pois é necessária ao bom trânsito na arena de negociações e, por vezes, de concessões. Esta última dependeria ainda de uma ressignificação mais radical, sobretudo por parte dos Sujeitos, do que seja, afinal, a democracia enquanto um significante.

Nesse sentido, de acordo com Touraine (2002), trata-se de, sobretudo, se buscar a submissão do poder político perante os direitos próprios do cidadão, direitos de ordem social e cultural:

o poder político ao respeito de direitos cada vez mais amplamente definidos, primeiramente cívicos, mas também sociais e até culturais. Se a idéia de direitos do homem encontra tanta força, é porque o objetivo principal não é mais derrubar um poder tradicional, mas proteger-se contra um poder que se identifica com a modernidade e com o povo e deixa cada vez menos espaço à contestação e às iniciativas. (TOURAINÉ, 2002, p.344).

Esta ressignificação exigiria ainda a instalação de um ambiente político que permita

aos atores sociais formar-se e agir livremente. São os seus princípios constitutivos que comandam a existência dos próprios atores sociais. Só há atores sociais se se combinar a consciência interiorizada de direitos pessoais e coletivos, o reconhecimento da pluralidade dos interesses e das idéias, particularmente dos conflitos entre dominantes e dominados, e enfim a responsabilidade de cada um a respeito de orientações culturais comuns. (TOURAINÉ, 2002, p.345).

Assim, a Governança e a Democratização da Informação, enquanto definição, categoria teórica ou conceito, mesmo que epistemologicamente pautadas em diferentes compreensões, sempre terão uma fragilidade semântica, pois pretendem criar uma identidade para uma coisa que já não é mais A Coisa em Si. Daí, meu questionamento, pois a questão da linguagem ao tratar dos objetos com pretensão explicativa não consegue explicar tudo, por ter uma instância neste processo que é o Sujeito por ele mesmo, que só se explica por ele mesmo, e isso não tem a ver apenas com os instrumentos ou a formalização do conhecimento, por estar inscrito na instância da subjetividade, do desejo, da fantasia, do gozo; no limite do que por ser expresso enquanto ato. É por esta via de compreensão que venho tratando do objeto de minha Tese, a **Interoperatividade como uma condição do Sujeito**, num remonte e, por vezes, subversão das compreensões das categorias teóricas que bordejam o cerne da questão. Assim, faço uma derivação destas bases, sendo a contribuição deste trabalho questionar a verdade de concepções já postas (a partir de um rigor epistemológico científico), por isso trato discursivamente outra problematização epistemológica da abordagem. O resultado já não se configura em nova conceituação para Governança ou para Democratização da Informação, considerando que a crítica do trabalho é em direção do enfrentamento disto. O resultado escrito é uma literalização, uma formalização própria (específica), para dar conta dos meus significantes para que contribuam com as discussões das áreas que tratam destes temas.

No campo conceitual, estes temas, muitas vezes, são tratados como significados, que implica em uma busca do conhecimento cada vez mais verdadeiro e totalizante, mas quando isso fracassa, se reinveste novamente em outro conceito. Porém quero escapar deste ciclo ao buscar de uma perspectiva que não lide mais com significado, mas, sim, como já afirmei, como uma Noção, para que os Sujeitos possam expressar o sentido que determinados processos têm para Si. Deste ponto em diante, resta-me o silêncio, pois, na Interoperatividade, cada Sujeito tem a sua própria Voz ao enfrentar obliterações e manipulações, exercendo seu poder no jogo de poder, sendo autônomo e gozando de sua liberdade na esperança de que seja **implicada**.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de abordar, mais diretamente, as considerações finais desta Tese sobre o tema do Acesso da Informação, sua disponibilidade e a Interoperatividade do Sujeito como condição da Governança e da Democratização da Informação, trarei alguns sentidos articulados pela minha memória, como forma de elaborar simbolicamente o que eu vivi e que, de alguma forma, me trouxeram até aqui, neste momento-texto, ou seja, enquanto percurso de vida que permitiu literalizar esta temática em uma narrativa. Acredito que isto mostra uma coerência entre a Tese e as muitas das questões que vivenciei e experiências que acumulei. Dessa forma, decidi incluir meu memorial nas considerações finais deste trabalho, pois só agora percebo este importante reencontro comigo mesmo.

Nasci em São Paulo, em 1977, filho de retirantes nordestinos. Começo a morar em Salvador, em 1984, aos sete anos de idade. Sempre observei o empenho do meu pai e da minha mãe em investir na educação como uma forma de “garantir um futuro digno”, porém me inquietava perceber que ambos mal tinham concluído o ensino médio, pois moraram na roça¹¹⁴ durante a infância e adolescência. A **distância da escola** e o **pouco acesso ao material didático** colocaram desafios enormes para o processo de formação deles.

Orientado pelo respeito à escolha e cuidado dos meus pais, sempre fui um aluno regular, mas dedicado. Quando completei 14 anos, meu pai decide fazer um grande esforço financeiro ao me matricular em um colégio particular na região da Pituba. Neste momento, a única exigência que ele fizera, era que eu deveria ajudá-lo em uma panificadora que acabara de se tornar sócio. Assim, cumpria uma jornada diária de entrega de pães, entre 4h e 6h da manhã; depois, ir para escola em um ônibus lotado; estudar durante toda a tarde e, por fim, já à noite, cumpria uma jornada adicional de trabalho preparando sanduíches no balcão da padaria até às 21 horas.

Criado nas ruas de Itapuã, pensava sobre o contraste das vidas dos amigos de um bairro humilde com os “filhinhos de papai” da escola. Naquele momento, ampliava ainda mais a percepção da importância da educação como um meio de transformação e oportunidades. **Acreditava que o maior e melhor "acesso" à informação/conteúdos da escola fazia uma**

¹¹⁴ Meu pai cresceu em um vilarejo chamado Marimbondo e minha mãe em um vilarejo chamado Pau-Ferro, situados a aproximadamente 20 quilômetros de distância do centro de Cruz das Almas / Bahia.

grande diferença. Afinal, as condições escolares e as visões de mundo eram muito contrastantes entre as pessoas que faziam parte do meu cotidiano. Nesta época, por ter habilidade com desenho, fazia charges sobre o contraste destes "dois mundos" em que vivia, era sempre incentivado por amigos e familiares a aprimorar a minha técnica e, por isso, decido prestar vestibular para um curso em que eu pudesse, de algum modo, aproveitar esta minha habilidade. Em 1995, fui aprovado no curso de Desenho Industrial com Habilitação em Programação Visual da UNEB, onde encontrei muitas pessoas com históricos semelhantes ao meu. Filhos de pais com poucas condições financeiras que, com muito esforço, queriam ver seus filhos formados num "nível superior". Sentia-me em casa.

Início a graduação sem saber exatamente o que seria o dia-dia do desenhista industrial (designer). Experimento uma formação técnica com disciplinas como materiais e processos gráficos e desenho geométrico; e disciplinas "humanísticas" como filosofia e sociologia; que provocante mistura este curso tem. Apesar das limitações estruturais da instituição, a qualidade da formação é boa, mérito que atribuo a boa parte do seu corpo docente. Identifico-me com a profissão como uma realização, um desejo e um gozo. Ao longo do curso, desenvolvo diversos projetos acadêmicos como o *Yabadabadoo*,¹¹⁵ com Professor Eudaldo;¹¹⁶ Design de Jóias,¹¹⁷ com a Professora Ana Beatriz (Bia);¹¹⁸ e a Videoinstalação,¹¹⁹ com o Professor Neto.¹²⁰ Após concluir o curso de graduação, continuo meus estudos e busco especializar-me na profissão, pois entendia que, depois de tanto esforço empreendido pelos meus pais e por mim, não poderia ser um empregado com remuneração de subsistência. Pelo menos, esta era a motivação racional da época.

Minha primeira especialização foi em Artes Visuais. A intenção em cursá-la consistia em aprimorar, ainda mais, o que, naquela época, denominava de "função estética do design" e a "**informação através de signos não-verbais**". A segunda pós-graduação foi em Design de Produto. Como o curso possuía duas habilitações diferentes, uma em Programação Visual e a

¹¹⁵ Nome fantasia de um projeto de parque temático elaborado na disciplina Desenvolvimento do Projeto de Programação Visual.

¹¹⁶ Prof. Dr. Eudaldo Francisco dos Santos Filho (<http://lattes.cnpq.br/1316314265032276>).

¹¹⁷ Trabalho de campo articulado pela Prof^a. Dra. Ana Beatriz, em parceria com o Instituto Edvaldo Loyd (IEL). Éramos orientados por uma profissional renomada (Karina Monica Achoa). O objetivo era aprender, na prática, sobre as etapas de produção de jóias, no caso, a Joalheria Simon, situada no Pelourinho.

¹¹⁸ Prof^a. Dra. Ana Beatriz Simon Factum (<http://lattes.cnpq.br/5653748892353101>).

¹¹⁹ Trabalho de conclusão da disciplina Produção e Análise da Imagem III, cujo tema era sobre a morte.

¹²⁰ Prof. Ms. Antônio Ferreira da Silva Neto (<http://lattes.cnpq.br/3858248231086244>).

outra em Projeto de Produto, motivado por professora Suzi,¹²¹ percebi, por exemplo, o quanto a ergonomia era importante para formação do designer e o quão isto foi pouco enfatizado na minha graduação, pois havia optado pela habilitação em programação visual. Durante as especializações, fiz, em paralelo, cursos de computação gráfica para aprimorar a técnica no uso de ferramentas para o exercício profissional. Entre autodidatismo e cursos técnicos, segui ampliando minha consciência crítica sobre esta atividade profissional. Neste momento, **começo a despertar o interesse pelo desenvolvimento de *websites* e pelo seu potencial de facilitar o "acesso" à informação, pois esta podia ser "acessada" a qualquer tempo e em qualquer lugar.** Não tinha maturidade crítica para entender naquele momento que não era tão simples assim, que **o real acesso à informação não se dá apenas pela disponibilidade do conteúdo.**

Este acúmulo de conhecimentos e experiências levou-me a refletir sobre a influência dos educadores na minha formação, minhas responsabilidades sociais e o papel da educação na minha vida. Assim decidi compartilhar o que eu sei e, em meados de 2004, preparei-me para enfrentar um novo desafio: ser professor. Assim, concorro, em 2005, à vaga de professor auxiliar, na UNEB, no curso em que me formei. Fui aprovado em segundo lugar, por isso, somente em 2007, fui convocado para assumir a vaga de professor auxiliar em regime 20 horas. Uma nova trajetória se iniciava.

Faço, aqui, uma interrupção da minha trajetória acadêmica, para tentar estabelecer um paralelo entre minha formação e a atividade profissional que desempenhava.

Retorno, agora, ao ano de 1996, que considero o marco de minha inserção no mercado de trabalho como designer (desenhista industrial). Com quase 2 anos de iniciada a minha graduação na UNEB, percebo que está na hora de sair detrás do balcão da padaria para ingressar no mercado de trabalho da nova profissão. Início um projeto com alguns amigos chamado *Salvador ao Vivo e a Cores*. A idéia era desenvolver uma **apresentação multimídia sobre Salvador com informações turísticas sobre a cidade.** Por um lado, o projeto não deu certo, mas por outro, pude me comprometer com um trabalho que exigia o aprimoramento das minhas habilidades, além do diálogo e troca de experiências com estudantes e profissionais de outras áreas, momento muito importante de aprendizado. Em 1997, fui convidado para

¹²¹ Prof^a. Dra. Suzi Maria Mariño (<http://lattes.cnpq.br/6641978572569252>).

trabalhar na Mendes Figueiredo & Associados Publicidade.¹²² Em dois meses, tornei-me líder da equipe de criação, tendo, como clientes, por exemplo, a Le Biscuit e A. Gomes.

Em meados de 1998, tendo a obrigação de cumprir a disciplina Estágio Supervisionado, do curso de Desenho Industrial, fui convidado por Justino Lima Pinto¹²³ e Professor Lourivaldo Valentim da Silva¹²⁴ para compor a equipe de criação do Laboratório de impressão da UNEB, graças à minha experiência acumulada no mercado privado. Em 2001, assumo a função de subgerente do Laboratório de Impressão da UNEB, o que na prática acontecia desde 1999. Sou reconhecido, juntamente com outros egressos¹²⁵ do curso, pelo salto qualitativo na forma com que a instituição elaborava seus impressos e sua comunicação interna e, em alguns momentos, externa. Esta experiência técnica associada com o reconhecimento de parte da comunidade unebiana, sobre meu trabalho, permitiu que, em 2006, fosse convidado pelo Professor Valentim para fazer parte do Grupo Gestor da UNEB, ficando à frente da Unidade de Desenvolvimento Organizacional (UDO). Aqui destaco a escolha, do recém eleito Reitor, em optar pelo reconhecimento do trabalho, por eu realizado, ao invés de uma indicação “política”.¹²⁶ Lembro que a experiência no mercado privado fez com que eu elaborasse um **projeto de comunicação/informação institucional para UNEB**, que articulava 3 estruturas administrativas, sendo: a **Gerência de Informática (GERINF)**, a **Assessoria de Comunicação (ASCOM)** e o **Arquivo Central (SIARC)**. Este projeto foi decisivo para indicação do meu nome ao cargo de Chefe da Unidade de Desenvolvimento Organizacional.

Tornava-me gestor de uma equipe composta por mais de 100 funcionários e o meu papel era potencializar suas atividades, contribuindo com o desenvolvimento institucional. Esta experiência permitiu aprofundar meus conhecimentos sobre o regimento institucional e as leis estaduais e federais, juntamente com todo aparato burocrático que o Estado brasileiro está assentado. Estava cada vez mais crítico sobre as **responsabilidades de um gestor público e de seu compromisso com os aspectos informacionais e comunicacionais**.

¹²² Agência que ficava localizada no Garcia e depois, devido ao seu crescimento, mudou sua sede para Pituba. A última informação que tenho é que seus sócios mudaram para São Paulo.

¹²³ Egresso da UNEB que foi o meu orientador profissional durante dois anos.

¹²⁴ Prof. Ms. Lourivaldo Valentim da Silva (<http://lattes.cnpq.br/4161632583632460>) que, na época, era Pró-Reitor de Extensão.

¹²⁵ Refiro-me aos designers Adriano Reis, Cristiano Vieira, Sidnei Silva, Gilson Rabelo, Lucas Hirata, Serafim Nossa, Márcio Carvalho, Dilton Dória e outros que minha memória não permite recordar neste momento.

¹²⁶ Considero pouco comum esta escolha, entendendo que cargos de confiança, normalmente, são destinados a indicações ou compromissos políticos assumidos durante o processo eleitoral, que não era meu caso, apesar de ter contribuído com o a criação do material gráfico de sua campanha.

Na UDO,¹²⁷ através da Gerência de Informática (GERINF), junto com meu amigo Benjamin Ramos Filho,¹²⁸ tive que estar constantemente atualizado sobre os **instrumentos tecnológicos e no desenvolvimento de sistemas que otimizassem a administração pública. Percebi o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação** como meio, possível, para melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. Com a Assessoria de Comunicação (ASCOM), através de Toni Vasconcelos,¹²⁹ Qhele Jemima¹³⁰ e Jocenildes Oliveira,¹³¹ percebi, além da preocupação de tentar dar uma "identidade" interna e externa para a UNEB, **como a informação pode influenciar as tomadas de decisões e servir de forma estratégica para valorização das ações institucionais e motivação de seus colaboradores.** Com o Arquivo Central (SIARC), através da experiência de Tânia Peixoto¹³² e sua equipe, identifiquei inúmeras **fragilidades no registro e armazenamento das informações** e de quanto culturalmente **não estávamos preparados para valorizar estes dados (documentos/informações), que muito tem a contribuir com uma avaliação e evolução institucional.**

O cargo de Chefe da UDO possibilitou a execução de inúmeros projetos importantes para Universidade, todos visando a **melhoria da comunicação e do "acesso" à informação.** Dentre estas ações, destaco:

1. Sistema de videoconferência para todos os Campi da UNEB (que atualmente é utilizado);
2. Regulamentação de uma tabela de temporalidade de documentos para o Arquivo Central (projeto apresentado por Tânia Peixoto) e reorganização de toda documentação do arquivo central da UNEB, inclusive com a informatização de alguns processos;
3. Criação da WebTV UNEB;

¹²⁷ As estruturas organizacionais variam nas universidades brasileiras. No caso da UNEB, a UDO passou a ficar responsável pela Gerência de Informática, Assessoria de Comunicação e Arquivo Central. A Assessoria de Comunicação até então não fazia parte da UDO, pois estava ligada ao gabinete do Reitor.

¹²⁸ Técnico da UNEB com larga experiência na área de Tecnologia da Informação.

¹²⁹ Jornalista do quadro da UNEB que foi nomeado por Valentim como jornalista chefe da ASCOM.

¹³⁰ Profissional de Relações públicas, egressa da UNEB. Conheci Qhele quando ministrei uma disciplina no curso de comunicação social em Salvador. Qhele me ajudou a estruturar o projeto de WebTV para UNEB, assumindo sua coordenação.

¹³¹ Técnica do quadro da UNEB que ficou à frente do núcleo de relações públicas. Uma das pessoas mais humana e sensível que pude conhecer até hoje.

¹³² Nomeada gerente do Arquivo Central deu significativas contribuições para reestruturação do setor.

4. Integração de diversos núcleos de comunicação/informação para reorganizar a ASCOM/UNEB,¹³³ sendo: um núcleo de jornalismo, um núcleo de design, um núcleo de relações públicas e um núcleo de TV (WebTV);
5. Criação do portal de notícias da UNEB com gerenciamento de conteúdo simplificado que permitiu a inserção de notícias pelos próprios jornalistas;
6. Desenvolvimento de sistemas próprios e interoperabilização de algumas bases de dados, como o projeto embrionário do Sistema Integrado de Publicações Eletrônicas (SPO), o Plano Operativo Anual Eletrônico (POAWEB), o Plano Individual de Trabalho Eletrônico (PIT Eletrônico), o Cadastro de Extensão (CAEX) e a primeira versão do Sistema Integrado de Planejamento (SIP);
7. Desenvolvimento do Portal UNEB – um sítio multiplataforma com gerenciamento de conteúdos de forma simplificada. Permitindo criar páginas de departamentos, cursos e setores da UNEB sob demanda. Com treinamento simplificado, qualquer pessoa podia atualizar dados nos sítios;
8. Reestruturação e ampliação física de servidores e bancos de dados da UNEB;
9. Renovação do parque de computadores para atender aos laboratórios de ensino e área administrativa (aquisição de 2.500 microcomputadores ao longo de 4 anos);
10. Aquisição de 20 servidores de alto desempenho com escalabilidade e a aquisição de uma unidade (storage) de alta capacidade (até 97 terabytes) para armazenamento (backup e hospedagem) de grandes volumes de dados e informações;
11. Ampliação da largura de banda dos links de internet e comunicação de dados na Capital e Interior onde a UNEB possui unidades;
12. Implantação da primeira etapa do Sistema Complementar de Gestão de Pessoas. Desenvolvido com arquitetura de software capaz de integração aos demais sistemas de informação da UNEB (interoperabilizáveis);
13. Implantação de rede sem fio (wireless) no Campus I e algumas unidades do interior (uma novidade na época);
14. Desenvolvimento e implantação do Sistema para Inscrição e Processamento de Seleção e Concursos Públicos, utilizado em vários certames de órgãos do Estado da Bahia: SEC, SAEB, SEI, SJCDH, FUNDAC, SEAGRI, DERBA, AGERBA, DPE, CRA, PLANSERV,

¹³³ No projeto que apresentei em 2006, a ASCOM deixou de ser um setor de assessoramento do Reitor e passou a compor uma gerência da UDO. O que permitiu a fusão e criação de núcleos para que os setores de comunicação/informação passassem a ser articulados de forma integrada.

totalizando mais de 300 mil candidatos que usaram o sistema para concorrer às seleções públicas.

Quando estive à frente da Unidade de Desenvolvimento Organizacional (UDO), entendia que meu papel era, junto com os diversos colaboradores – alguns já citados –, planejar o desenvolvimento organizacional e a capacitação profissional dos servidores, através de **programas, intercâmbios e atividades que assegurem a incorporação de tecnologias**. Além disso, buscava **ampliar a qualidade dos serviços e aperfeiçoar continuamente a estrutura tecnológica dos setores, visando à construção de uma universidade viva e participativa**.

Em 2006, quando assumi a UDO, vislumbrei mecanismos que possibilitassem uma ampla, importante e democrática discussão com toda a comunidade acadêmica, visando a estabelecer um conjunto de propostas que apontassem alternativas para a elaboração de um Plano Estratégico, de forma que este pudesse contemplar objetivos institucionais oriundos da **escuta da comunidade acadêmica**. Tínhamos (eu e a equipe) como meta **priorizar as ações estruturantes, trabalhando e desenvolvendo uma proposta mais ampla para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que deveriam evoluir para além de uma orientação tradicional de suporte maquínico e administrativo, adotando um papel estratégico dentro da organização, incluindo os sistemas de informação, o uso de hardware e software, telecomunicações e equipe qualificada. Tudo de modo a garantir a disponibilidade da informação**. Priorizando a tecnologia da informação como importante ferramenta para atividades acadêmicas e administrativas, buscou-se investir na modernização de sua estrutura tecnológica.

Nesta trajetória como gestor, sou provocado e incentivado por diversos professores (a exemplo de Eliseu¹³⁴, Nádia¹³⁵ e Arnaud¹³⁶), em momentos distintos, a dar continuidade na minha formação acadêmica. Aconselhavam que eu devia fazer um mestrado. Com o apoio e,

¹³⁴ Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza (<http://lattes.cnpq.br/3968241717391173>).

¹³⁵ Prof. Dr^a. Nadia Hage Fialho (<http://lattes.cnpq.br/0894339271117102>).

¹³⁶ Prof. Dr. Arnaud Soares de Lima Junior. Este encontro com Arnaud aconteceu no ano de 2007, quando eu estava apresentando as potencialidades de uso de uma lousa digital, a primeira da UNEB, na sala de reuniões da Reitoria.

principalmente, o exemplo de Serafim Nossa Junior,¹³⁷ me encorajo e encontro a motivação que faltava. Sua alegria e intelectualidade serve de inspiração. Na época, Serafim estava cursando mestrado em filosofia pela UFBA e falava com entusiasmo sobre as mudanças que a experiência e os estudos trouxeram para sua vida.

Faço uma autocrítica e decido retomar aquilo que não devia ter parado. Ingresso como aluno especial no Mestrado em Políticas Públicas (PGDR), em 2010, e, no ano seguinte, com a criação do Mestrado **Profissional** em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), me inscrevo para concorrer a uma vaga como aluno regular.

Sendo consequência de reflexões e inquietações que tinham sua **origem no cotidiano da minha atividade profissional, busquei recolher, ao longo de minha trajetória de vida, subsídios para elaboração de um projeto de pesquisa cujo objeto era a Informação.** Com contribuições sensíveis e norteadoras dadas por professora Tânia Maria Hetkowski,¹³⁸ me aproximo do professor Arnaud Soares de Lima Júnior,¹³⁹ em 2011. Sob a orientação dele, as peças começam a se encaixar e seu cuidado auxilia-me na busca por um lastro simbólico que permitisse dizer algo sobre o que eu sabia. Finalmente, me percebo no programa de mestrado. Com sua orientação, **estruturo como campos teóricos a Informação, a Gestão Pública e o Sujeito**, tendo como *locus* de pesquisa a UNEB.

Acreditando que o acesso à informação deveria ser tratado como regra, enquanto o sigilo seria considerado exceção, e que, apesar de inúmeras leis, este acesso ainda é incipiente, questionava-me sobre o porquê? Desse modo, precisava propor outro olhar sobre a gestão pública e sua cultura organizacional e burocrática, durante o mestrado. **Entendia que a reconfiguração do modo como até então se pensava a gestão da informação de governo passou a exigir da gestão pública a criação de novos protocolos e aparatos tecnológicos que dessem melhor suporte à guarda da informação, sua consolidação e fidedignidade, assim como a garantia de acesso ao dado público mediante expedientes de consulta eficazes e de fácil compreensão pelo cidadão (inteligível).** Pela

¹³⁷ Egresso e contemporâneo do curso de desenho industrial, que, ainda hoje, mantenho uma relação de amizade. Atualmente, Serafim é doutorando em Filosofia pela UFBA, sob orientação do Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva.

¹³⁸ Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Hetkowski (<http://lattes.cnpq.br/8171755375557958>)

¹³⁹ Encontro no sentido de diálogo, como já afirmara Paulo Freire "O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. (FREIRE, 2005, p. 91)".

minha experiência prática percebi que, subordinada a esta legislação, a Universidade do Estado da Bahia se colocava diante de desafios de ordem gerencial e tecnológica que, por vezes, impediam uma pronta e positiva resposta administrativa às novas exigências de “acesso” à informação previstas em Lei. Sob esta perspectiva, desenvolvi uma dissertação que tratou destes campos, propondo diretrizes como princípios para disponibilização das informações geradas pela comunidade unebiana.

Das discussões presentes em minha dissertação, surge meu Projeto de Doutorado que visa aprofundar questões que já havia tratado no mestrado, onde, agora, trato do Sujeito Subjetivo e de como este “acessa” a Informação. Dando uma **ênfase teórica em estudos sobre Epistemologia, Estética, Subjetividade e Linguagem**.

Feita esta digressão, que para meu Eu funcionou como uma espécie de memorial mnemônico (DERRIDA, 2001), um espectro recriado pela minha imaginação que projeta um real de um momento vivido, tratarei, agora, das considerações finais sobre o campo de abordagem temática desta Tese, iniciando por sua base epistemológica que lida a todo momento com os contingenciamentos da linguagem.

Assim, este trabalho se orientou pela **crença**¹⁴⁰ que a modificação de como compreendemos a realidade perpassa pela necessidade de analisarmos o sentido epistemológico (sentido e relação para sujeito e objeto do conhecimento) com o qual nos referimos a ela. Visto que a palavra “crença” também é polissêmica, no sentido de sua relação com a verdade ou com uma verdade relativa do Sujeito, trata-se de um Saber do Sujeito e, neste caso, de minha compreensão, que tem uma dimensão de elaboração imanente à algo do Ser Sujeito e, outra de ultrapassagem, daquilo que a consciência pode dizer e elaborar. Neste aspecto, comporta algo da ordem da crença e de dar Voz a Si Mesmo.

O que vimos até aqui e o que nos interessa mais especificamente, posso colocar, em síntese, da seguinte maneira: a racionalidade científica, filosófica e qualquer outro tipo de racionalidade terão sempre em comum a linguagem, porque qualquer campo de produção de sentido se estrutura a partir da linguagem. Apesar de cada campo operar com suas

¹⁴⁰ Entendo que o que é dito pelo Sujeito é uma verdade, uma verdade que ele acredita. O que não deixa de ser um ato de fé. Como fazem também os cientistas, mas com a diferença que isto não é, muitas vezes, assumido por eles, pois em sua formalização lógica esta forma de nomeação não é adotada.

especificidades, não deixa de lidar a todo momento nos limites das estruturas da linguagem. Então, cada campo articula suas especificidades lógicas, dentro inclusive de particularidades lingüísticas (normas, acordos, jargões e significados), mas dentro de uma base comum que é a linguagem. Assim, a linguagem é um primado onde opera infinitas possibilidades epistemológicas (e disso não se pode fugir). Por isso, não se pode formalizar uma racionalidade sem passar pelo campo da linguagem, que é um processo, mas antes disso um dinamismo interoperativizado pelo Sujeito, enquanto uma articulação de significantes. É só a partir da compreensão deste aspecto que se torna possível atribuir um sentido para relação sujeito-objeto do conhecimento. Por isso, um elemento constituinte de qualquer abordagem epistemológica – inclusive, desta Tese – é a linguagem.

Em meu discurso, quando temos como fundamento um Sujeito Subjetivo, minha epistemologia de articulação de sentido lógico já não é mais científica. Por entender que o que é articulado de forma lógico-formal, a partir de um discurso científico sobre o sujeito epistêmico, advêm de um pensar com o objetivo de chegar a um sentido que fale por ele, pois os sujeitos formalizados pela ciência visam dar sentido ao Ser Sujeito pela via do pensamento consciente; cada um na sua forma particular e diversa do seu dizer. Considero a ciência uma forma de dar sentido à realidade válida e verdadeira (como uma verdade), mas não é a única.

Interessa-nos esta demarcação, pois defendo que, em Educação, temos a relação entre Sujeitos (Subjetivos) que não se esgota, através de um discurso racional, por ser única e singular. Dito isto, minha compreensão de Educação está para além da formação “conteúdisto-técnico-profissional-normativa” como forma de habilitação para inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma Educação do Ser Humano Social que está para além de uma formalidade escolar, pois é atuada, a todo momento, pela Subjetividade como condição do humano, onde convivem educadores e educandos, que são Sujeitos, em uma relação dialógica (duplo *logos*).¹⁴¹ Desta forma, não há separação entre o que se é na institucionalidade escolar ou fora dela, já que se trata do mesmo Ser. Por isso, a Educação extrapola este lugar formalizado e pode acontecer em todo tempo-lugar. Relações que acontecem em espaços formais e não formais e se dinamizam na relação de Um com o Outro. O que provoca um furo em qualquer pretensão ideológica de forjar o sujeito em uma organização de conhecimento que possa esgotar o seu sentido dizendo por ele. Todavia, produzir sentido, como defendido aqui, só é

¹⁴¹ Duplo Lugar de Sentido e de Ação onde os sentidos são negociados.

possível a partir de um Saber que se autoriza em uma expressão estética. Estética não apenas no sentido formal, mas como uma expressão/ação singular do Sujeito Criativo.

Defendo uma articulação da linguagem a partir desta gênese humana de expressividade estética, pois é atuada por uma condição singular do Ser Sujeito. Só através do Saber e desta condição estética – que é criativa – que há uma autorização do Sujeito em Ser Voz do seu *Logos* (lugar de sentido e de ação). Disto resultam diferentes formas de racionalidade e expressividades dentro do campo da linguagem como, por exemplo, o teatro, a dança, a música, a pintura, dentre outras criações/produções humanas; e aqui, sendo uma Tese, uma Escritura. Por conseguinte, parece-nos mais coerente, tratar da educação como um impossível (FREUD, 1976) potente, pois nesta pesquisa, valendo-me das palavras de Cifali (2009),

Nosso engajamento e nossa consciência da subjetividade são a própria base da investigação. Isso impõe exigências, o que nos leva a tomar precauções: assim, a boa distância do nosso objeto é uma luta constante em que se alternam um “estar dentro” e a necessidade de um “estar fora”. A objetividade aqui nasce de um trabalho sobre a nossa subjetividade: desvelamento do que é implícito e de resistências desenvolvidas face aos nossos objetos; exposição prévia de nossa investigação e seus limites; e, para não nos iludir, exigências de um trabalho psíquico que podem chegar à análise de nossa transferência e contratransferência. Nossa subjetividade assumida nos leva então a uma relação particular com o saber assim construído. Nós o concebemos marcado pela história de sua produção, condenado, por isso, a ser ultrapassado. Nosso “objeto” é uma coisa viva que evolui, transformado devido à cultura e à técnica específicas, e nós mesmos somos inscritos em uma afiliação teórica sempre em evolução. Isso nos convoca à humildade e, sobretudo, reintroduz a história em nossa investigação (CIFALI, 2009, s.p).

Neste sentido, o Sujeito, pela sua condição, se apropria de um modo de articulação simbólica para dar “materialidade”¹⁴² ao seu pensamento, que antes é desejo, pois apesar de ser dito consciente teve sua gênese em um Saber-Ser. É neste viés epistemológico que se dinamiza pela estética, pela subjetividade e pela linguagem do Sujeito que podemos tratar de uma humanidade como uma condição real do Sujeito que se fundamenta em um discurso outro (diferente da ciência). A epistemologia, desta forma, trata-se de uma estética, por ser criação originada pela condição subjetiva e singular do Sujeito. Assim, a gênese de qualquer criação epistemológica está atrelada à condição do modo expressivo de cada Ser. Por conseguinte, é o conhecimento o resultado desta “operacionalização” estética e uma forma simbólica de articular o Saber.

¹⁴² Toda materialidade é simbólica, pois o “acesso” à matéria se dá pela via da linguagem. O que chamo de matéria já não é mais a Coisa em Si, mas a coisa para si (a coisa para o sujeito).

O Ser, através de sua condição estética, vai singularizando estas estruturas amplas para dar o Seu Sentido. Sendo assim, o Sujeito não é efeito do que está fora, muito menos de um deslocamento de sentido obtido através da linguagem formalizada (efeito simbólico), pois o Sujeito só É por ele mesmo, caso contrário não poderíamos falar em Autonomia (Nome Próprio) ou até mesmo em Ser Sujeito no sentido aqui proposto. Aqui, temos um triplo dinamismo como um Real, ou seja, “(...) aquilo que não cessa de não se escrever” (LACAN, 1992b), sendo um da Coisa em Si, outro do Sujeito e outro da própria Linguagem. Desta forma, não é A Coisa que provoca o Sujeito, no sentido de causa e efeito, pois na relação dinâmica com A Coisa, através da linguagem, é que o Sujeito se faz. A Coisa para ele só poderá ser a partir dele mesmo, do seu Saber como condição ontológica expressada (expressão estética) pela linguagem. Esta condição singular e dinâmica de Ser é que faz com que este Sujeito exista, enquanto um *Logos* de sentido e de ação.

O social seria assim uma Coisa, que tem seu próprio dinamismo, cujo sentido só pode ser dito pelo Sujeito, pois o seu Sentido em Si está perdido, não cabe representação simbólica. Por isso, o social não é determinante, pode até operar de forma obliterante, mas não é determinante. Por isso, existe um Isso (Coisa) que o Sujeito se defronta, mas depende de um Ato de escolha inaugural do Sujeito de adentrar isso, um adentramento que já é singular, e que só pode ser dado sentido por ele enquanto um *logos*, que tem sua gênese em um Saber que é ontológico. Ser Sujeito não é uma condição de ser efeito de algo, por ser um Lugar de Ação e não simplesmente de reação.

Durante meu percurso profissional tive que lidar com circunstâncias, como condição potencial, que provocaram inquietações, aguçando o desejo de dar sentido ao que é A Informação e como se dá seu “Acesso”. Este trabalho não pretendeu esgotar o tema, ao contrário, procurou indicar uma via de abordagem para estudos futuros. Espero que esta pesquisa contribua para a ampliação da compreensão daquilo que nomino Interoperatividade do Sujeito e de sua relação, como recorte temático, com a Governança e a Democratização da Informação. Busquei a minha verdade sobre os temas abordados, ciente que toda verdade expressa só tem valor e funcionalidade, se remeter ao discurso do Sujeito, ao seu modo de fazer Laço e de Ser no Mundo. Assim, qualquer conhecimento produzido por uma Tese, só terá validade enquanto repousar num Saber e num Laço, que o torna, assim, uma verdade relativa, dinâmica, incompleta e transitória. Sendo o aspecto formal desta verdade uma escritura (DERRIDA, 2002) e um litoral (LACAN, 1992c) – um campo e uma demarcação

lógica – que é um vazio, pois seu sentido real remete a um Saber que está no Sujeito. Um ponto de demarcação entre a escrita e a escritura é que a escrita é o que está ali na estrutura gramatical (no aspecto pragmático, semântico e sintático do idioma) e a escritura é como a Coisa acontece nele dando um sentido codificado linguisticamente, por isso o sentido é potente e a escrita sempre resvalante. O simbólico não esgota a realidade. O simbólico é, inclusive, polissêmico e, por isso, o Sujeito o toma a partir de seu significante.

Assim, o **significante** Sujeito, ou qualquer outro significante, remete ao real de cada um de nós, não é um termo linguístico ou uma categoria lógica formalizada, por isso não é um conhecimento ou uma forma que pode ser literalizada. Por isso, compreendo Sujeito como uma instância real que cada um ocupa de forma singular, pois é relativa a cada um no seu simbólico e imaginário. Desta forma, o Saber é singular, ontológico, dinâmico e subjetivo. Aquilo que a pessoa articula pelo Saber é Ato (saber fazer). Assim, diante de uma estrutura material instrumental, esta só assumirá um sentido qualquer a partir do Saber do Sujeito que deseja atuar sobre isto. A palavra Sujeito não é uma verdade que define o que somos, a palavra é somente uma noção lógica que remete a algo real que só pode ser vivido pelo Ser no alcance de seu Saber.

Obviamente, seria impossível recortar uma questão, sem algum Saber prévio do contexto em que estas questões estão inseridas, ou seja, de como este Sujeito as Vê/Percebe/Sente. Neste entendimento, algo no contexto do tema despertou meu desejo, algo para o qual buscava um sentido e uma literalidade possível. Por isso, o recorte do tema diz respeito à este algo que me motivou e me provocou em pesquisar. Entretanto, a passagem do significante do Sujeito para língua é a passagem do significante para o signo (sinal de algo) – um conjunto de notas características, nos termos de Cassirer (2011) como finalidade da linguagem – uma espécie de “adjetivação” do sentido último do Sujeito; e como Adjetivo já não é “Substancia” em Si. Sendo o Real um enigma que “não cessa de não se escrever” (LACAN, 1992b).

Por isso, não é a educação que garante o Nome Próprio (Autonomia) do Sujeito, mas a sua condição pela via do desejo que pode fazer com que ele assuma este Lugar. Não se pode falar de autonomia se o Sujeito não se autorizar a pensar autonomamente. No jogo social temos uma tendência a hegemonias, pois os Sujeitos alimentam o jogo de poder ao desejarem estar nesse lugar.

Tratar do Sujeito foi estruturante para esta tese, o Sujeito entra como fundamentação, pois é o Sujeito que é Interoperativo, e ao tratar dos campos Governança e Democratização da Informação, a partir de outra perspectiva epistemológica, há uma subversão no sentido de abordagem do Sujeito e como ele lida com o Objeto Informação. Pensar uma base de fundamentação diferente demandou uma escrita que trate de um discurso outro, uma noção diferente para gestão pública ao demarcar o Impossível do Governar. Aqui, assumindo o compromisso de demarcação teórica que se orienta pela questão epistemológica como metodologia.

Não se tem uma única maneira lógica de construir sentido, mas a lógica científica tem se perpetuado de forma dominante em algumas culturas como ideologia, inclusive, com o financiamento do capital. Na topografia, como descrição do Lugar do Sujeito, temos uma representação do seu real, mas por ser uma representação não esgota o Saber em Si, apenas simboliza. A letra é um litoral entre o real e o simbólico.

Se eu reduzo um objeto qualquer a uma formulação lógica entre a Coisa em Si e a coisa simbolizada já existe uma diferença absoluta que não pode ser “preenchida”. Quando se tem uma representação já não é A Coisa, já não é possível a igualdade. É através do Saber que se chega a verdade que reside no Sujeito, que pode ser percebida por outros Sujeitos através do seu próprio Saber, mas esta verdade do Sujeito jamais será totalmente externalizada como uma lógica conceitual. Por isso a produção humana não pode ser absoluta, mas sempre relativa ao Sujeito. Eis o impossível do acesso à informação, sendo impossível potente, pois é assim que os Sujeitos operam algo na sua ordem. A impotência é onde não pode, onde não há o que fazer.

Por este viés lógico, o que é denominado de cidadão, nesta obra, é reconhecido como algo ligado a cultura, à política, à ideologia, às normatizações jurídicas, mas para além disso, na perspectiva epistemológica que estou tratando meu objeto, há algo na cidadania que depende do Sujeito-Cidadão. Assim, a cidadania passa assumir um sentido de como cada Sujeito, na sua Subjetividade, atua isto, pois este poderá negar, atender, subverter ao seu modo. Cidadania, mais que um conceito, é uma instância que o Sujeito ocupa enquanto *Logos*. Com isto quero afirmar que existe um Sujeito de desejo que é autoexpressivo e que o sentido de ser cidadão não depende tão somente do que as teorias, aspectos culturais ou a lei possa dizer. Desta forma a cidadania só acontece a partir do Sujeito no trato com a informação.

A cidadania, enquanto significativa, é o que é para o Sujeito enquanto sua elaboração que está ligada aos seus interesses e ao seu gozo, que é seu modo de ser e viver a cidadania. Tendo uma instância desta problemática que a teoria não trata e que está sendo apontada aqui e que se for desenvolvida vai gerar um outro conjunto de reflexões que se distanciará do Objeto temático desta tese. Mas esta reflexão interessa na noção de Sujeito Interoperativo na medida em que aborda conceitos, estruturas, teorias, mas, principalmente, temos um Sujeito que é subjetivo.

Voltando para questão de pesquisa, como móbil desta escritura, o que é a informação e como se dá seu acesso? Ou ainda: o que é a Interoperatividade como um real acesso à informação? Se tomar como referência seu sentido etimológico, temos como o ato ou ação de informar e de informar-se. Mas nos caberia questionar que quando nos informamos, nos informamos da mesma forma? A informação, enquanto significativa, é a mesma para dois Sujeitos distintos? Seria a informação o conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto ou pessoa? Cabendo ainda a indagação, pode o conhecimento ser uma verdade última uma fonte de onde todos “bebem” e entendem da mesma forma? Qual seria a diferença entre informação e o informado ou, como já tratado na seção 2.2 O Sujeito Subjetivo, ou enunciação e enunciado ou ainda, nomeação e nomeado? Sendo assim, o conjunto de informes, sejam dados, símbolos, documentos, planilhas, gráficos, tabelas, figuras, pinturas, esculturas, imagem em movimento, entre outros, são tomados pelo Sujeito enquanto um significativo.

Como afirmei no Capítulo 4 (O impossível do acesso à informação), esta Tese não procurou tratar da dúvida da percepção através de um meio lógico, ou seja, pela busca de um sistema de respostas para dar sentido, por entender que algo sempre escapa, pois a dúvida se reinscreve. Desta forma, qualquer resposta é uma resposta pontual e relativa.

Na minha ação investigativa, compreendo a pesquisa não como a busca de uma resposta para um problema, mas a trato como um processo e uma dinâmica interrogativa sobre aspectos da realidade que estão relacionados às Coisas e Sujeitos, sendo o texto uma literalização que produzo para tratar de Signos que são ordenados em um sentido possível. Organização lógica de unidades de sentido possível.

Desta forma, o que resulta enquanto minha pesquisa não é uma resposta, mas questionamentos e provocações que só podem ser respondidos por cada um. Resulta ainda,

mas não só, uma elaboração pessoal, singular, uma voz significativa e significante, a qual, por si mesma e pela sua natureza subjetiva, supõe poder ser “vista e escutada” para que seja consignada com um outro diferente de mim. Por isso, o resultado das criações humanas deixam de ser conceituais e voltam a ser entendidas como possíveis percepções estéticas sobre a realidade, cujo acesso se dá pela via do Saber.

Durante as considerações finais deste trabalho, revisei gradativamente a leitura do meu texto, agora, de forma mais fluente, porque se trata já de um ente conhecido, no qual reconheço e enxergo um esforço e um avanço elaborativo próprio. Entendo que seja assim que se manifesta um estilo de uma escrita autoral, ou seja, no vislumbre e no alcance de uma escritura. Há posicionamento, há uma fala, há uma elaboração, assim, há Saber.

Defendo que esta Tese cumpre afinal seu objetivo, qual seja: o de ser algo original e originante; que é para este Sujeito a expressão de sua Voz – Autoria –, pois se autoriza e se torna vivência de si mesmo e daquilo que se anuncia sem querer dizer tudo, mas, ao mesmo tempo, dizer aquilo que é seu alcance para tratar da real relação sujeito-informação como campo de compreensão e apreensão no corpo desta Tese Teórica. Há Saber e há discurso de um Sujeito nesta relação com esta causa complexa que é a interoperatividade em processos de acesso e de democratização da informação. Desta forma, esta Tese não pode deixar de ser Eu mesmo, como testemunho de acesso e democratização singular da informação, para assim dizer de que haverá verdades sobre esta causa na ordem do impossível que a constitui, mas que não obtura o Eu Sujeito, ao contrário, o supõe. Todo saber, todo conhecimento, visa a verdade como Causa movente e não como exterioridade abstrata. Seguindo o que Lima Jr (2012) e Santana (2012) dizem ser a tese lacaniana, aqui, de certo modo, apropriada para a unidade problemática que fiz para recortar e bordejar algo Real do Acesso à Informação, pela via do Sujeito, porque para além ou aquém disto temos apenas formalizações abstratas.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio G. de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n.36(5), set-out. 2002, pp. 723-745.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz C. (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

BONETI, Lindomar W. *Política públicas por dentro*. Ijuí-RS: Unijuí, 2006.

BRASIL. Comitê Executivo de Governo eletrônico. *e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo eletrônico*, 2015. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padroes-de-interoperabilidade>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BRASIL. Comitê Executivo de Governo Eletrônico. *Interoperabilidade*, 2016. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/interoperabilidade>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília: CGU, 2011.

BRASIL, Governo Eletrônico. *Interoperabilidade*. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/eixos-de-atuacao/governo/interoperabilidade>>. Acesso em 3 de julho de 2017.

BRASIL. Lei complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000. *Lei de Responsabilidade Fiscal*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências o que inclui a garantia do acesso público às informações.

BRASIL. Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. *Lei de Arquivos*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, sendo que "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos".

BRASIL. Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. *Lei de Informática*. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. *Lei Geral de Telecomunicações*. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

BRASIL. Lei Nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. *Lei do Habeas Data*. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data* (ação que assegura o livre acesso de qualquer cidadão a informações a ele próprio relativas, constantes de registros, fichários ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público).

BRASIL. Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. *Lei do Processo Administrativo*. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, prestando informações quando solicitadas.

BRASIL. Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. *Lei de Informática*. Altera a Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.

BRASIL. Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004. *Lei de Informática*. Altera a Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências.

BRASIL. Lei Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. *Lei do Bem*. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Lei de Acesso à Informação*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014. *Marco Civil da Internet*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

_____. *A Construção da e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico*. Ministério do Planejamento. Disponível em <http://www.http://cegov.ufrgs.br/files/documento_238.pdf>. Acesso em 08 de março de 2013.

BUBER, Martin. *Encontro: fragmentos autobiográficos*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.

CASSIRER, E. *Linguagem e Mito*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CETIC. *TIC domicílios 2015: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros* [livro eletrônico]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015/>. Acesso em 22 de junho de 2017.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2005.

CIFALI, Mireille. Ofício "impossível"? Uma piada inesgotável. *Educ. rev. [online]*. 2009, vol.25, n.1, pp. 149-164.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico nova fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DAGNINO, Evelina. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: PERISSINOTTO, Renato; FUKS, Mário (Orgs.). *Democracia teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2001.

DINIZ, A. *Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)*. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Brasília, 2 dez. 2014. Disponível em <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=157671> Acesso em: 10 de maio de 2017.

FILHO, João Batista D. Reforma do Estado: governança, governabilidade e accountability. *Histórias & Perspectivas*, Uberlândia, n.31, jul-dez. 2004, pp. 207-227.

FRAGOSO, Suely. de interações e interatividade. *Revista Fronteiras Estudos Midiáticos*, São Leopoldo - RS, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2001.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. O mal-estar na civilização. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. In: XIV Congresso Nacional do CONPEDI. *Anais*. Fortaleza: Fundação Boiteux, 2006.

GUIMARAES, Thiago. A luta pela inclusão digital: experiências e perspectivas dos telecentros em São Paulo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João (org.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

KNELLER, George F. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; São Paulo: Edusp, 1980.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *O Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992b.

_____. *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1992c.

_____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIMA JR., Arnaud S. de; NOVAES, Ivan; HETKOWSKY, Tânia Maria. *Gestão, tecnologias e educação: construindo redes sociais*. Salvador: Eduneb, 2012.

LIMA JR., Arnaud S. de; MARINHO, Ana Glória da S. A Exploração das Geotecnologias no espaço Geográfico: política de sentidos e jogo de poder. In: BONETI, Lindomar W.; ALMEIDA, Nilzan P.; HETKOWSKY, Tânia Maria. (Orgs.). *Inclusão Sociodigital: da Teoria à Prática*. Curitiba: Imprensa oficial do Paraná, 2010, pp. 25-38.

LIMA JR., Arnaud S. de. Ciência, Inovação, Educação no dinamismo do sujeito. In: LIMA JR., Arnaud S. de (Org.). *Educação e Contemporaneidade: contexto e singularidades*. Salvador: Edufba-Eduneb, 2012.

_____. *Educação e Contemporaneidade*. 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/tecinted/producao-cientifica>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

_____. *Tecnologias inteligentes e Educação: currículo hipertextual*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

_____. O Dinamismo do Sujeito na Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. In: LIMA JR., Arnaud S. de (Org.). *Educação e Contemporaneidade: contextos e singularidades*. Salvador: Edufba, 2012, pp. 29-66.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da Razão Sensível*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

MARTINS, Luciano. Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral. *Cadernos da ENAP*, Brasília, n.8, 1997.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil. *Portal do Software Público Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br>>. Acesso em 06 abr. 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Portaria normativa nº 05*, de 14 de Julho de 2005. Institucionaliza os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - *e-PING*, no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, cria sua Coordenação, definindo a competência de seus integrantes e a forma de atualização das versões do Documento.

OCDE (2002). Proposed Standard Practice for Surveys of Research and Experimental Development: *Frascati Manual 2002*, The Measurement of Scientific and Technical Activities Series, Paris.

OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

PINHO, José Antonio G. de. A internet e expectativas da democracia no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. *TIC Domicílios e TIC Empresas 2010*, São Paulo, 2010, pp. 37-47.

PINHO, José Antonio G. de; SACRAMENTO, Ana Rita S. *Accountability: já podemos traduzi-la para o português?*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.43, n. 6, dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de março de 2013.

_____. Internet, governo Eletrônico, Sociedade e Democracia no Brasil: algumas questões básicas em debate. *Veracidade*, Salvador, n.3, mai. 2008a.

_____. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n.42(3), mai-jun. 2008b, pp. 471-493.

PINHO, José Antonio G. de; IGLESIAS, Diego; SOUZA, Ana Carolina P. Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram. In: *ENANPAD, 29. Anais*. Brasília, set. 2005.

PRETTO, Nelson. Linguagem e tecnologias na educação. In: CANDAU, V. M. (Org.). *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. pp. 161-182.

_____. (Org.). *Tecnologia e novas educações*. Vol. 1, Coleção Educação e Comunicação e Tecnologia, Salvador: EDUFBA, 2005.

PRIMO, Alex. *Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por Computador*, n. 45, 2005. Disponível em: <www.facom.ufba.br/ciberpesquisa>. Acesso em: maio de 2008.

QUARESMA, Alexandre. *Tecnociências: meios ou fins?* *Revista Filosofia Ciência & Vida*. São Paulo: Araguaia. Ano VII, N. 86, Setembro de 2013.

REVISTA EM DISCUSSÃO. País constrói pontes entre ciência e indústria. Senado Federal. Ano 3 – Nº 12 – setembro de 2012. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/jornal/revista-em-discussao>. Acesso: 11 de maio de 2017.

SANTANA, Sérgio. A equação dos sujeitos. In: LIMA JR, Arnaud S. de (Org). *Educação e Contemporaneidade: contextos e singularidades*. Salvador: Edufba, 2012, pp. 67-80.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STAROBINSKI, Jean. *Ação e Reação: vida e aventuras de um casal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TELEBRÁS. *Plano Plurianual*. Biênio 2012-2013. Brasília, 2013.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

VIARO, Mario E. Dez livros para conhecer a etimologia. Disponível em: <<http://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/Etimologia.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994.